



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

DIONARA SOARES RIBEIRO

HEGEMONIA BURGUESA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: ANÁLISE DO
PROGRAMA VOTORANTIM PELA EDUCAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NA
FORMAÇÃO DE GESTORES DE ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE
ALCOBAÇA - BAHIA

AMARGOSA-BA
2021

DIONARA SOARES RIBEIRO

**HEGEMONIA BURGUESA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: ANÁLISE DO
PROGRAMA VOTORANTIM PELA EDUCAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES NA
FORMAÇÃO DE GESTORES DE ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE
ALCOBAÇA - BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia para obtenção do título de Mestre em Educação do Campo. Área de concentração: Educação do Campo sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Gilselia Macedo de Freitas.

AMARGOSA-BA
2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DE AMARGOSA - CFP/UFRB
Bibliotecário: André Montenegro – CRB-5ª / 1515

R484h

Ribeiro, Dionara Soares.

Hegemonia burguesa na Educação do Campo: análise do Programa Votorantim pela Educação e suas implicações na formação de gestores de escolas do campo no município de Alcobaça, BA. / Dionara Soares Ribeiro.

– Amargosa, BA, 2021.

192 fls.; il.color.

Orientadora: Prof. Dr. Gilsélia Macedo de Freitas.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação do Campo) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. – UFRB – Amargosa, BA. 2022.

Bibliografia: fls. 187 - 191.

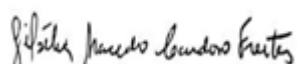
Inclui Anexo.

CDD – 379

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia para obtenção do título de Mestre em Educação do Campo.

Aprovado em: 04/10/2021.

Banca Examinadora



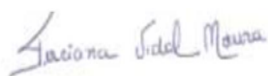
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gilselia Macedo de Freitas.

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB



Prof.^a Dr.^a Maria Nalva Rodrigues de Araújo Bogo

Universidade do Estado da Bahia – UNEB



Prof.^a Dr.^a Terciana Vidal Moura

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB



Prof.^a Dr.^a Celi Nelza Zulke Taffarel

Universidade Federal da Bahia -UFBA

AGRADECIMENTOS

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra por permitir-me construir enquanto sujeito coletivo na luta pela Reforma Agrária e Educação dos Trabalhadores;

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia-FAPESB, pela concessão de bolsa que possibilitou-me dedicar-me ao estudo e a pesquisa;

Aos educadores da Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egidio Brunetto pela partilha de sonhos e exercício da práxis na implementação da agroecologia e educação;

Agradeço à universidade Federal do Recôncavo da Bahia pela materialização de um curso na perspectiva da contra hegemonia e por possibilitar meu encontro com pares que comungam do mesmo projeto, estendo assim minha gratidão aos camaradas da sétima turma pela vivência e construção de uma coletividade, reconheço e agradeço também aos docentes do Programa de Pós Graduação e Educação do Campo pela dedicação e exemplo a educação do campo.

Meu especial e profundo agradecimento à orientadora Gilselia Macedo por sua atenção e dedicação na orientação, expressando sempre uma enorme generosidade, confiança e humanismo, essa travessia não seria possível sem sua contribuição.

Agradeço também a Cadu, camarada que trilhou durante esses mais de dois anos o mesmo caminho de formação, gratidão por andar lado a lado construindo o caminho que nos levará a um mundo mais justo;

Agradeço aos gestores Woshigton Luiz, Silvana Jesus dos Santos, a coordenadora pedagógica Maria de Jesus e a secretária de educação de Alcobaça Anilda França pelo aceite e contribuição para a construção desta pesquisa.

Gratidão à minha família, a Manuela pelo amor incondicional que me impulsiona a seguir lutando, ao meu companheiro Marcos pela partilha de sonhos, a minha amiga e cumadre Neuza e a Erlane pelo companheirismo com os cuidados com a Manu na minha ausência, aos meus pais, irmãs e irmão que mesmo que distantes me acompanharam nessa caminhada.

Por fim agradeço à banca examinadora, Professora Nalva Araújo, professora Celi Taffarel e professora Terciana Vidal pelo compromisso com a educação da classe trabalhadora e pela leitura contribuições a esse trabalho.

Fiz ranger as folhas de jornal abrindo-lhes as pálpebras
piscantes.

E logo de cada fronteira distante subiu um cheiro de
pólvora perseguindo-me até em casa.

Nestes últimos vinte anos nada de novo há no rugir das
tempestades.

Não estamos alegres, é certo, mas também por que razão
haveríamos de ficar tristes?

O mar da história é agitado.

As ameaças e as guerras havemos de atravessá-las,
rompê-las ao meio, cortando-as como uma quilha corta as
ondas.

Vladimir Maiakóvski (1883-1930)- O poeta da Revolução.

RESUMO

A pesquisa intitulada Hegemonia Burguesa na Educação do Campo: Análise do Programa Votorantim pela Educação e suas implicações na formação de gestores da Educação do campo no Município de Alcobaça/BA teve como objetivos analisar a atuação do Instituto Votorantim enquanto um aparelho privado de hegemonia que atua na formação de gestores e docentes da educação do campo, buscando compreender suas estratégias político pedagógica para as populações inseridas nas escolas, desde um grupo empresarial do agronegócio, na perspectiva de estabelecer uma crítica a cerca desta ofensiva em curso e também identificar elementos e formas de superação desta ofensiva empresarial na educação. Nossa questão da investigação se propôs analisar como se materializa a atuação do Instituto Votorantim enquanto um aparelho privado de hegemonia da educação do capital na formação de gestores e coordenadores pedagógicos de escolas do campo no município de Alcobaça? Tomamos como referenciais teóricos os seguintes autores: Caldart (2014), Marx (2002), Gramsci (2001), Katz (2016) e Harvey (2005), Leher (2009,2018), Freitas (2018), Lamosa (2016), Delgado (2012), Kopamans (2005), Mendonça (2012), Gruppi(1978), Neves(2012). O Lócus da pesquisa se deu a partir da Secretaria Municipal de Alcobaça, Escola Elói Ferreira e Escola Núcleo Pouso Alegre. O caminho metodológico se deu através de entrevistas semiestruturadas e análise documental a partir das categorias Instituto Votorantim, Formação de gestores, educação do capital e relação empresa comunidade. Como resultado a pesquisa nos permite afirmar que a empresa Votorantim S/A estabelece seus mecanismos de construção de hegemonia burguesa na educação pública e do campo através de seu aparelho privado de hegemonia aqui entendido como Instituto Votorantim. Esse impõe a agenda de educação empresarial do capital na educação pública através das formações de gestores e coordenadores pedagógicos com o aval da Secretaria Municipal de Educação. A Educação do empresariado materializa seu projeto educativo a partir da relação direta com as escolas e com as comunidades que dela fazem parte, imprimindo avaliações educacionais que condenam as gestões públicas como maus administradores, seus intelectuais orgânicos direcionam as práticas pedagógicas das escolas a partir de seus interesses privados, o que resulta na disputa direta da concepção da educação do capital com a educação do campo, assim alienando as populações impactadas pelo agronegócio do setor papelheiro da região.

Palavras chaves: Educação do Campo, Educação do Capital, Formação de gestores.

ABSTRACT

The research entitled *Bourgeois Hegemony in Rural Education: Analysis of the Votorantim Program for Education and its implications for the training of rural education managers in the Municipality of Alcobaça/BA* aimed to analyze the performance of the Votorantim Institute as a private apparatus of hegemony that operates in the training of managers and teachers of rural education, seeking to understand their political-pedagogical strategies for populations inserted in schools, from an agribusiness business group. We take as theoretical references the following authors: Caldart (2014), Marx (2002), Gramsci (2001), Katz (2016) and Harvey (2005), Leher (2009, 2018), Freitas (2018), Lamosa (2016), Delgado (2012), Kopamans (2005), Mendonça (2012), Gruppi (1978), Neves (2012). The locus of the research came from the Municipal Secretariat of Alcobaça, Escola Elói Ferreira and Escola Núcleo Pouso Alegre. Our research question aimed to analyze how the Votorantim Institute's performance materializes as a private apparatus of hegemony of capital education in the training of managers and pedagogical coordinators of rural schools in the municipality of Alcobaça? The methodological path took place through semi-structured interviews and document analysis from the Votorantim Institute, Manager Training, Capital Education and Company-Community Relationship categories. As a result, the research allows us to affirm that the company Votorantim S/A establishes its mechanisms for the construction of bourgeois hegemony in public and rural education through its private hegemony apparatus, here understood as the Votorantim Institute. This imposes the business education agenda of capital in public education through the training of managers and pedagogical coordinators with the approval of the Municipal Education Department. Entrepreneurship Education materializes its educational project from the direct relationship with schools and with the communities that are part of it, printing educational evaluations that condemn public administrations as bad administrators, its organic intellectuals direct the pedagogical practices of schools from their private interests, which results in the direct dispute between the concept of capital education and rural education, thus alienating populations impacted by agribusiness in the paper sector in the region.

Key words: Country Education, Capital Education, Manager training.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Quadro 1: Categorias para a análise na formação dos gestores e coordenadores pedagógicos, Fonte elaboração da autora, 2021.....	46
QUADRO 2- Competências para gestores Educacionais. Fonte, PVE 2019.....	
QUADRO 3- Modelo de Gestão conforme caderno de orientações do PVE.Fonte Caderno PVE Estar presente faz a diferença, 2018.	143
MAPA 1- Região Extremos Sul da Bahia, Fonte: Fonte: Ednice de Oliveira, MELO e SILVA, Sylvio Carlos Bandeira. 2005.....	93
MAPA 2- Mapa de evolução do desmatamento da mata atlântica entre os anos de 1945 aos anos de 1990. Fonte SEI, Bahia, 2008.....	103
IMAGEM 1: Ocupação de mulheres do MST na fazenda Boa Esperança localizada no Município de Alcobaça/ Bahia. Fonte arquivo do MST, 2017....	112
IMAGEM 2- Logomarcas representando as diversas empresas da Votorantim S/A, fonte Votorantim S/A 2021.....	117
IMAGEM 3- Formação do PVE com gestores das escolas municipais no ano de 2017. Fonte:noticias.primeirojornal.com.br. (2017).....	145
IMAGEM 4- Secretária de Educação de Alcobaça recebendo o Prêmio Jovens Mobilizadores PVE 2018.Fonte: Foto extraída da página eletrônica do PVE/2021.....	152
IMAGEM 5- Polímata/ Fíbria promovendo ações de construção da horta da Escola de Pouso Alegre. Fonte: Arquivo disponibilizado pela EMEF Pouso Alegre,2018.....	165
IMAGEM 6: Projeto jovens mobilizadores da Escola Núcleo Pouso Alegre vencedores do prêmio PVE 2019.Fonte: Fonte: Site http://sigaanoticia.com.br/	168
IMAGEM 7: Foto da Escola Municipal de Ensino Fundamental Elói Ferreira. Fonte: Arquivo Cassio Santana(2020).....	171
Tabela 1- Integrantes da Organização Todos pela Educação 2020. Fonte elaboração da autora, 2020.....	79

LISTA DE SIGLAS

ABAG-Associação Brasileira do Agronegócio

ALBA- Articulação Bolivariana para as Américas

BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento econômico

CEDAC- Comunidade Educativa

CENPEC-Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária

CEPLAC- Comissão Executiva de Recuperação Econômica Rural da Lavoura Cacaueira

CNA- Confederação Nacional da Agricultura

CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CPT-Comissão Pastoral da Terra

ETA- Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano

FAO - Organização da Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB-Índice de Desenvolvimento da Educação Básica IDEB

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LAG- Comitê Norueguês de solidariedade a América Latina

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

ONU- Organização das Nações Unidas;

PDE-Plano Nacional de Educação

PDRT- Programa de Desenvolvimento Rural Territorial

PRONACAMPO- Programa Nacional de Educação do Campo

PRONATEC- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PRONERA-Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PT- Partido dos Trabalhadores

PVE- Parceria Valorização da Educação

PVE- Parceria Votorantim pela Educação

SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEI- Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia

SENAR- Sistema Nacional de Aprendizagem Rural

TPE- Movimento Todos pela Educação

UFSB- Universidade Federal do Sul da Bahia

UNESCO- Fundação das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura

UNICEF-Fundação das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Aspectos da Conjuntura Brasileira em Tempos de Golpe.....	16
1.2 Educação do Campo, uma herança histórica da pedagogia dos trabalhadores	21
1.2.1 Pedagogia socialista.....	22
1.2.2 Educação Popular e Pedagogia do Oprimido	25
1.2.3 Pedagogia do MST	27
1.2.4 Educação do Campo	28
1.3 Trajetória Pessoal na Luta pela Terra e no Acesso a Educação do Campo.....	33
1.4 Contextualização do tema da pesquisa.....	36
1.5 Considerações acerca do método do materialismo histórico dialético e metodologia da Pesquisa	40
1.5.1 Estrutura metodológica da pesquisa	44
CAPÍTULO I - Luta de Classes, Estado e Hegemonia	49
1.1-Capital <i>versus</i> Trabalho: A Luta de Classes no Sistema Capitalista	49
1.2 Estado e Dominação Capitalista	53
1.3 Gramsci e o Conceito de Hegemonia	55
1.4 Estado Neoliberal e Hegemonia	66
CAPÍTULO II - A Educação do Capital e a agenda dos empresários para a Educação Pública.....	70
2.1 O Movimento <i>Todos pela Educação</i> e a organização dos empresários.....	78
2.2 – Os Empresários vão à Escola do Campo	82
2.3- O agronegócio na Educação pública via Associação Brasileira do Agronegócio - ABAG	89
CAPÍTULO III - Aspectos Históricos da região extremo sul da Bahia e a Consolidação do Agronegócio da Celulose	91
3.1- Colonização da região Extremo Sul Baiana, lutas e violências contra os povos indígenas.....	93

3.2 A inserção da região Extremo Sul Baiano na Economia Nacional .	99
3.2.1- A cultura Cacaueira	99
3.2.2 –A derrubada da madeira e a pecuária extensiva e a criação da BR-101	101
3.2.3- A entrada e a consolidação do setor florestal de celulose na região Extremo Sul da Bahia e seus impactos	104
3.2.4- Lutas e resistências dos trabalhadores/as frente ao avanço do eucalipto na região	109
Capítulo IV- Hegemonia burguesa na Educação: A atuação da Votorantim S/A na formação de gestores e coordenadores pedagógicos.....	114
4.1- A empresa Votorantim S/A, Fibria Celulose e sua atuação “social” na educação pública.....	115
4.1.1- A Empresa Fíbria e a atuação do Instituto Votorantim na educação	117
4.1.2- O programa Parceria Valorização da Educação do Instituto Votorantim	121
4.1.3- O programa Parceria Valorização da Educação do Instituto Votorantim	121
4.1.4 A proposta de atuação pedagógica do PVE junto aos municípios	127
Capítulo V- A Implementação do Programa Parceria Valorização na Educação, no Município de Alcobaça/Bahia	135
5.1 A inserção do Programa Parceria Valorização pela Educação na Secretaria Municipal de Educação do Município de Alcobaça	137
5.2 A implementação do Programa Valorização da Educação na Escola Municipal de Ensino Fundamental Núcleo Pouso Alegre	153
5.3 A implementação do Programa Valorização da Educação na Escola Municipal de Ensino Fundamental Elói Ferreira	168
Considerações Finais	181
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	187

INTRODUÇÃO

A Educação do Campo é uma grande conquista da classe trabalhadora. Seu nascimento se dá pela reivindicação de organizações sociais do campo, em especial da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em meados da década de 1990. Essa política em sua base originária traz consigo arraigada a luta social de trabalhadores que afirmam o campo enquanto um lugar de resistências e lutas diante da ofensiva do capitalismo na agricultura.

A construção da Política Social não está imune às contradições emergentes na sociedade, ela se dá no terreno da luta de classes. No atual momento histórico pelo qual passa nossa sociedade, compreendemos que os sujeitos da educação do campo perdem força no que tange os espaços já conquistados enquanto política pública, visto que o capital representado por frações de classe do agronegócio está atuando diretamente em escolas do campo e na formação docente, o que coloca em risco as concepções pedagógicas elaboradas e direitos obtidos até aqui.

Nossa investigação se situa na agudizante conjuntura pelo qual vivemos enquanto trabalhadores deste país. No plano da educação pública, sofremos muitas derrotas e no que tange a conjuntura agrária, vive-se um momento em que impera a lógica do liquidacionismo de movimentos sociais organizados, paralização das políticas agrárias e sufocamento das lutas populares e avanço avassalador do agronegócio.

Esse avanço está intimamente vinculado a um projeto de país implementado pelas classes dominantes em que a educação exerce a função de contribuir para a construção da hegemonia desta classe e a educação do campo se localiza nesta arena de disputa.

Nos cabe, enquanto investigadores, desvelar os mecanismos pelos quais os empresários do agronegócio da região extremo sul baiano se inserem na educação pública do campo e materializam sua estratégia de produção de consenso através das escolas do campo.

Desta forma, julgamos necessário, primeiramente, compreender os aspectos da conjuntura atual que conformam a realidade brasileira em um período de transição brusca, nossa democracia violada e a instauração de governos de ultra direita, com teor fascista.

Nossa opção metodológica prima pelo método materialista histórico dialético, buscando estabelecer as conexões entre a particularidade e sua relação com a totalidade e, a partir deste movimento, buscar compreender a síntese do fenômeno investigado, a dominação burguesa na educação do campo.

1.1 Aspectos da Conjuntura Brasileira em Tempos de Golpe

O Brasil elegeu no ano de 2003, o primeiro líder popular da história desta nação. Essa eleição representa um marco, justamente, porque Luiz Inácio Lula da Silva se apresenta como uma voz dos povos brasileiros que antes nunca tiveram a oportunidade de compor a direção do país.

Embora saibamos que essa eleição representou uma aliança entre a classe trabalhadora e a burguesia nacional, Lula adotou em seu governo uma posição de implementação de políticas híbridas que, por hora, tendenciaram ao modelo neodesenvolvimentista¹, o que resultou na opção de fortalecer o Estado, no sentido de desenvolver a economia, contrariando as gestões anteriores que o desmontaram com políticas neoliberais.

As políticas econômicas dos governos Lula, segundo Saad Filho e Morais (2011), são caracterizadas por serem políticas híbridas, visto que, no interior do governo, as correntes neodesenvolvimentistas foram impondo posições frente as correntes monetaristas e essas mudanças se plasmaram em novas políticas fiscais e de estímulos produtivos, investimentos públicos e expansão do Bolsa Família².

¹ O neodesenvolvimentismo costuma reivindicar o fortalecimento do mercado e do Estado, o fortalecimento da centralização e descentralização, a potencializar o público e o privado, mas esta variedade de orientações não abandona nunca o princípio de favorecer os grandes grupos capitalistas (...) (KATZ, 2016, p. 165).

² Bolsa Família - O Programa Bolsa Família, criado pela Lei nº 10.836/04 é um programa de transferência de renda do Governo Federal, sob condicionalidades, instituído no Governo Lula pela Medida Provisória de nº 132, de 20 de outubro de 2003, convertida em lei em 9 de janeiro de 2004, é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. Foi utilizado um limite de renda para definir essas duas situações. Assim, podem fazer parte do Programa:

- Todas as famílias com renda de até R\$ 89,00 mensais por pessoa (famílias em situação de extrema pobreza);

Nesse período do governo, foi possível visualizar a construção, sem precedentes, de políticas de contenção da pobreza para segmentos da classe trabalhadora. No que tange aos investimentos nos setores empobrecidos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva construiu políticas de transferência de renda a partir do Bolsa Família, que tiraram o Brasil do mapa da fome mundial, além de políticas de acesso à moradia, a começar de programas financiados pelos bancos públicos às famílias de baixa renda e acesso para filhos de trabalhadores às universidades, etc...

Lula permaneceu na gestão do país por oito anos e construiu como sucessora a presidenta Dilma Rousseff, também do Partido do Trabalhadores. Dilma assumiu o desafio de lidar com uma severa crise do capital, em que não foi possível emplacar os mesmos índices de crescimento dos anos anteriores.

Desta maneira, mesmo favorecendo à elite deste país, sua candidatura do ano de 2014 se deu por uma classe dominante da burguesia organizada, em meio a uma fratura nas alianças de classes construídas anteriormente. Em síntese, Dilma se elege diante de uma crise política instaurada sob forte processo de criminalização do governo, o que resultou em seu processo de *impeachment* no ano de 2016.

Como é possível observar, a presente investigação se situa no contexto pós-golpe da ex-presidente Dilma Rousseff, no ano de 2016, período cuja democracia foi violada, dando espaço para a destruição gradativa de direitos históricos conquistados pelos trabalhadores. Nesse bojo, a hegemonia do capital, sob a direção representativa das grandes corporações capitalistas e parlamentares eleitos pelo povo, mas financiados pelo grande capital, aprovam pacotes de reformas que sacrificam o futuro de milhares de brasileiros.

A conjuntura política atual demonstra que o cenário que atravessamos não é exclusivo do nosso país. A América Latina está cada vez mais cercada pela influência e ataques imperialistas financiados pelos Estados Unidos, a exemplo da derrubada do presidente Manuel Zelaya em Honduras no ano de 2009, do Golpe no Paraguai que derrubou o presidente Lugo de Mendés

ocorrido no ano de 2012, da presidente Dilma Rousseff no Brasil em 2016 e recentemente, no final de 2019, foi a vez de Evo Morales, presidente da Bolívia.

Nas últimas décadas, esses governos teceram projetos políticos e econômicos que se colocaram enquanto alternativa para o bloco latino-americano, haja vista a dominação histórica sofrida pela região e construíram um bloco de resistência ao neoliberalismo. Justamente por isso, o sistema imperialista vigente tece estratégias para causar golpes com distintas roupagens, um atentado às democracias que se utiliza dos meios de comunicação burgueses, como é o caso das grandes possuidoras das mídias, sobretudo, emissoras de TV, que, via internet, constroem falsas notícias (*fake news*)³ diariamente, que são massivamente difundidas por redes sociais e alimentadas por robôs.

Para Gonzalo Armuá e Lautaro Rivara⁴ (2019), ambos integrantes da Articulação Bolivariana para as Américas (ALBA), a conjuntura latino-americano assiste um momento de transição geopolítica onde o centro do poder econômico está correndo seu eixo desde o ocidente para o oriente, pela disputa entre os dois sistemas hegemônicos do capital, ocupados pelas potências dos Estados Unidos e China. Essa transformação está imbricada em uma crise social, econômica e ecológica.

Desta maneira, podemos evidenciar a corrida destes grandes capitais no alargamento de seu poder de exploração e expropriação dos trabalhadores, que visa intensificar cada vez mais sua ação nos países periféricos que detêm

³ *Fake news* - Segundo o dicionário Merriam-Webster, essa expressão é usada desde o final do século XIX. O termo é em inglês, mas se tornou popular em todo o mundo para denominar informações falsas que são publicadas, principalmente, em redes sociais. (...) A imprensa internacional começou a usar com mais frequência o termo *fake news* durante a eleição de 2016 nos Estados Unidos, na qual Donald Trump se tornou presidente. Para disseminar informações falsas, é criada uma página na internet. Um robô criado pelos programadores desses grupos é o responsável por disseminar o *link* nas redes. Quanto mais o assunto é mencionado nas redes, mais o robô atua, chegando a disparar informações a cada dois segundos, o que é humanamente impossível. Disponível em: <mondoeducacao.uol.com.br/curiosidades/fake-news.htm>. Acesso em: 14 out. 2020.

⁴ Extraído do artigo "*Nuestra América em três tiempos: Acontecimientos y análisis de la coyuntura regional y global*", disponibilizado durante o *II Taller de Formación política para movimientos populares*, Havana, Cuba, 2019.

áreas a serem ocupadas, como é o caso do Brasil, a exemplo da Amazônia, reservas indígenas e áreas quilombolas.

No Brasil, as eleições de 2018 deram sequência ao golpe institucional de 2016, pois através de uma intensa perseguição política desencadeada pela Operação Lava Jato⁵ a principal liderança política a candidatura a presidência da república foi presa, permanecendo mais de um ano na prisão. O encarceramento de Luiz Inácio Lula da Silva em meio a corrida presidencial e a alta criminalização do Partido dos Trabalhadores (PT), deram espaço ao crescimento de forças neofacistas que também concorriam a presidência.

O então candidato Jair Messias Bolsonaro, venceu a disputa dessa eleição em um cenário de polarização política. No que tange a questão agrária, o presidente declarou sua histórica postura de combate aos movimentos de luta pela terra, em especial ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, aos indígenas e quilombolas, o que se traduz como a tentativa de eliminação das resistências ao modelo do agronegócio no campo.

Segundo uma das lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra João Pedro Stédile⁶, a crise econômica pelo que o país passa é uma das maiores da história e desde 2014 são os trabalhadores os mais atingidos, haja vista a alta taxa de desemprego, a precarização do trabalho, a perda de direitos previdenciários, de moradia, de educação e de acesso à terra.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da pesquisa de amostra por domicílios no primeiro trimestre do presente ano, revela que há 12,2% da população brasileira em situação de desemprego, dado que totaliza 12,9 milhões de pessoas sem trabalho, já o índice de trabalhadores em condições de informalidade representa 40,6%, ou seja, 38 milhões de pessoas excluídas dos direitos previdenciários.

⁵ Operação lava jato- Conjunto de operações desencadeadas pela Polícia Federal no ano de 2014 que cumpriu mais de mil mandados de busca e apreensão e de prisões. A operação é marcada por uma série de inconsistências que levaram um conjunto de advogados e juízes a questionarem as violações ocorridas durante os processos, dentre elas a atuação parcial de juízes e promotores, a exemplo Juiz Sérgio Moro e procurador público Daltal Dalgnoil. Ver mais em <http://www.jusbrasil.com.br/artigos/430297335/criticas-a-lava-jato> e <https://theintercept.com/brasil/> consultado em 10 de novembro de 2020.

⁶ Em entrevista exibida no site “Poder 360”

Quando analisamos a questão da Reforma Agrária, verificamos que os dados seguem nas mesmas proporções de ataque ao campesinato, indígenas e quilombolas. Em 2019, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) aponta que o número de conflitos sociais (terra, água, garimpo, assalariados, etc.), passou de 1.124 (2018) para 1.254, com número de pessoas envolvidas no patamar de 859 mil.

O número de ocupações de terras foi de 43, envolvendo 3.476 famílias, sem que houvesse nenhuma desapropriação de latifúndio e nenhuma área indígena e quilombola foi legalizada e regularizada. Para além disso, a flexibilização do porte de armas, promovida pelo governo federal, que na verdade arma um segmento da população que combate as lutas sociais, como é o caso de fazendeiros, aumenta ainda mais os índices de violência no campo.

Dados da CPT de 2019⁷ nos traduzem esses dados:

Conforme dados de violência no campo no ano de 2019, 102 mulheres do campo sofreram algum tipo de violência. Das mortes, 28 foram por conflitos de terra, três relacionados a questões trabalhista e uma à água. Das 32 mortas, nove eram indígenas, sendo sete lideranças. E sete eram sem-terra (três lideranças). A lista de assassinados inclui ainda assentados (cinco), trabalhadores rurais (três) e posseiros (três). A relação da CPT tem um caso envolvendo sindicalista, outro de “aliado” ao movimento, um ambientalista, um funcionário público e um pequeno proprietário. (CPT, 2019).

As políticas de governo são de pleno incentivo a devastação do meio ambiente, o mundo inteiro vivenciou, em agosto de 2019, as queimadas realizadas na Amazônia, onde o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais revelou que foram incendiadas mais de 29.944 KM².

Diante dessa conjuntura de violência no campo, destruição da natureza em prol do modelo devastador do agronegócio e combate e intimidação as mobilizações da classe trabalhadora, a luta pela terra e pela educação do campo tem encontrado um caminho difícil, dado a forte coerção que vem sofrendo por parte do Estado e do bloco do agronegócio.

⁷ Disponível em: <cptnacional.org.br/>. Acesso em: 30 abr. 2020.

A Presente Pesquisa investigou a disputa dos empresários no terreno da educação do campo via Instituto Votorantim estando essa situada dentro desse momento de lutas históricas entre as classes, de perca de direitos, de assassinatos de trabalhadores, de despejos e fraturas na terra e nos biomas feitos pelo agronegócio e ainda a crise sanitária da covid 19 que já matou mais de meio milhão de pessoas em nosso país.

Para isso, nos cabe situar em segundo lugar o processo de lutas, avanços e retrocessos pelos quais a educação do campo se conformou historicamente e a forma como, na atualidade, vem resistindo ao desmonte das políticas públicas educacionais em curso.

1.2 Educação do Campo, uma herança histórica da pedagogia dos trabalhadores

A Educação do campo é oriunda de uma fração da classe trabalhadora organizada em movimentos de luta pelo acesso e permanência na terra. Nesta perspectiva, não há como referir-se a esse conceito sem conectá-lo com a totalidade de inter-relações que o constituem, visto que esse fenômeno é construído a partir de uma realidade material que se dá no terreno de lutas e disputas de diferentes projetos societários.

Por isso, damos início a essa reflexão partindo sobretudo por uma análise da realidade brasileira que se encontra sob a égide do projeto de dominação capitalista do agronegócio, que se traduz em consequências avassaladoras, visto que esse modelo de desenvolvimento se interessa unicamente pela extração do lucro e por isso não tem nenhum escrúpulo em relação a destruição da natureza, envenenamento da terra e de alimentos, e em expulsar ou assassinar trabalhadores que ali residem e resistem para concentrar mais territórios.

Em vista disso, nos embasamos no pensamento de Caldart para compreendermos a educação do campo enquanto uma categoria que carrega consigo seu percurso originário desde a luta de classes, pois segundo a autora, sua gênese é demarcada por uma luta que vai além da educação, defende um projeto de campo contrário à lógica do sistema capitalista, contrapondo-se ao agronegócio. Caldart (2009), assinala que:

Podemos dizer sobre a Educação do campo(...) que sua natureza e seu destino estão profundamente ligados ao destino do trabalho no campo e, conseqüentemente, ao destino das lutas sociais dos trabalhadores e da solução dos embates de projetos que constituem a dinâmica atual do campo brasileiro, da sociedade brasileira, do mundo sob a égide do capitalismo em que vivemos. (CALDART, 2009, p. 2).

A partir dessa perspectiva, podemos afirmar que a Educação do Campo nasce como luta pelo acesso à educação de milhares de trabalhadores e trabalhadoras que historicamente foram excluídos deste direito e que se inseriram em lutas pelo acesso à terra como é o caso do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Essa educação também é inspirada na práxis revolucionária da classe trabalhadora, a partir das experiências concretas em que foi possível triunfar a luta dos povos contra o sistema do capital, a exemplo da União Soviética e da resistente ilha Cubana. A partir destas duas experiências foi possível construir um sistema de educação voltado a uma sociedade baseada em valores socialistas contrários a educação do capital, baseada na exploração do trabalho.

Outra fonte primordial para a Educação do Campo é oriunda da Pedagogia do Oprimido, a Educação Popular, nascida em solos latino-americanos sob a rica experiência de Paulo Freire. Essa inspiração se dá justamente pelo compromisso com uma educação crítica e conscientizadora que prima pela libertação dos trabalhadores em condição de opressão.

Neste sentido, que ao tratar da educação do campo desde sua base originária, ou seja, desde onde ela nasce, calcada em processos de luta, julgamos necessário realizarmos uma breve exposição sobre as concepções críticas de educação que a orientam.

1.2.1 Pedagogia socialista

A pedagogia socialista tem seu embrião epistemológico desde as elaborações de Marx e Engles ainda no século XIX, quando estudavam o funcionamento da sociedade do capital e teciam a crítica a esse sistema, desvendando o processo de expropriação onde o trabalhador é subsumido no

seu processo de trabalho que é apropriado pelos donos dos meios de produção. O trabalho neste sentido se apresenta de duas formas conforme relata Manacorda (2010):

Como atividade do homem se apresenta como humanização da natureza, devir da natureza mediado pelo homem, o qual agindo de modo voluntário, universal e consciente como ser genérico ou indivíduo social, e fazendo de toda natureza o seu corpo inorgânico. Liberta-se da sujeição à casualidade, à natureza à limitação animal, cria uma totalidade de forças produtivas e delas dispõe para desenvolver-se omnilateralmente. (...) Com o trabalho expropriado o trabalho é verdadeiramente o homem perdido dele mesmo, a negação de toda manifestação humana, a miséria absoluta. (MANACORDA, 2010, p. 69-70).

E é a começar desse duplo sentido do trabalho que por um lado humaniza o homem a partir de sua intervenção na natureza para atender suas necessidades e, por outro, o escraviza diante de um modo de produção capitalista que usurpará sua força de trabalho para a produção de mercadorias, alienando esse trabalhador de si e da própria natureza, que a Pedagogia Socialista projeta a educação em uma perspectiva de libertação do homem sob essas relações de exploração.

Desta maneira, desde o pensamento de Marx e Engels descritos no Manifesto do partido Comunista em 1948, constam escritos sobre o papel do ensino na sociedade socialista, alicerçando o germe da pedagogia dos trabalhadores: *“Ensino público e gratuito a todas as crianças. Abolição do trabalho das crianças nas fábricas em sua forma atual. Unificação do ensino com a produção material”*. (MARX; ENGELS, 1968, p.21)

Marx teceu observações sobre o ensino politécnico das escolas de agronomia da época e salienta que, desde essa experiência, a formação dos trabalhadores não deveria ser implantada nessa perspectiva, pois caminhava em uma perspectiva industrial (prática), mas que deveria ser no sentido tecnológico que uniria a teoria e a prática, ou seja, a ciência aplicada a produção. Dessas observações, deriva a crítica contundente à escola unilateral e a afirmação de que a educação dos trabalhadores teria que se dar na perspectiva omnilateral.

Sobre esse conceito, Manacorda (2010) afirma que:

A omnilateralidade é, portanto, a chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidades produtivas, e ao mesmo

tempo a uma totalidade de capacidades de consumo e prazeres, em que se deve considerar sobre tudo o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais, e dos quais o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho. (MANACORDA, 2010, p. 96).

A partir desse princípio, essas ideias tomaram forma no início do século passado, com a concretização das primeiras experiências relacionadas a pedagogia socialista. Nesta perspectiva, Lobo e Ciavatta (2012, p. 560) *nos afirmam que tratar de uma pedagogia socialista é dimensionar dialeticamente experiências concretas no bojo de processos revolucionários e de movimentos sociais ao longo do século XX*. Esses processos revolucionários demandaram uma formação que ajudasse a construir um ser humano na perspectiva da *omnilateralidade*, seja um ser que se desenvolva em suas múltiplas dimensões da vida, contrariando a formação para o trabalho alienado.

O triunfo da Revolução Russa em 1917 foi uma experiência forjada na luta popular que desencadeou rupturas estruturais de uma sociedade que ainda tinha traços do feudalismo e a elevou para uma sociedade socialista. Nessa lógica, a revolução forjou experiências sob os princípios de uma educação socialista.

Depois de Marx, foram os pedagogos do período inicial da revolução soviética de 1917 que, a partir das suas indicações gerais e da análise das circunstâncias históricas sobre as quais atuavam, erigiram um sistema educacional que tinha a politécnica como um de seus pilares centrais (cf. Krupskaya, 2017; Shulgin, 2013; Pistrak, 2015). (Caldat, Frigotto 2018).

Esses pedagogos russos foram os pioneiros na formulação e aplicação de uma escola do trabalho com base na politécnica, fundamentando-se em uma teoria materialista histórico dialética de formação humana. As experiências construídas a partir das condições reais do processo revolucionário da antiga união soviética servem de exemplos até os dias atuais para pensarmos uma educação de cunho emancipador.

As práticas da Escola do Trabalho⁸ desenvolvidas a começar do pedagogo Pistrak (2000), deixam um grande legado para pensarmos a escola na atualidade, pois ele considera que o trabalho deve estar na base do processo educacional das escolas que, por sua vez, devem vincular os conteúdos escolares a vida e seu processo de produção. Desta maneira, a escola deve exercitar o trabalho em sua dimensão social, na produção real e concreta e em atividades socialmente úteis.

Como verificamos, as experiências históricas, a datar dos seus pressupostos teóricos como a educação pelo trabalho e educação politécnica, são orientações da pedagogia socialista para os dias atuais, claro que adequadas ao nosso tempo histórico e aos desafios da construção de uma perspectiva socialista na atualidade em que a educação do campo se insere.

A Educação do Campo também bebe em outra importante experiência de educação: a Educação Popular. Essa, forjada em solos brasileiros, se apresenta no atual momento político do nosso país como uma concepção de educação que se confronta com a educação conservadora e privatista, e por sua gênese está sendo muito atacada.

1.2.2 Educação Popular e Pedagogia do Oprimido

A Educação Popular é demarcada desde sua origem pela incansável luta de se desenvolver em favor daqueles que historicamente foram e são esmagados e silenciados pela ação do capital. Constitui-se como uma educação que intencionaliza a criticidade e se compromete com a transformação social e por isso combate a prática da educação bancária e excludente ofertada pelo sistema capitalista.

Posto isto, confronta-se com a pedagogia liberal, conservadora e classista que tem como intenção agudizar os processos de exclusão e de dominação da classe trabalhadora, pois a partir de sua ação, reproduz conhecimentos que asseguram a opressão entre homens e mulheres em uma sociedade de classes. Dessa forma, cabe às classes populares um ensino

⁸ Ver Livro “Fundamentos da Escola do Trabalho”, Expressão Popular, 2000.

baseado na transmissão dos conhecimentos necessários para atenderem a lógica da reprodução do capital, ou seja, um ensino intencional para a formação de força de trabalho e o consenso a respeito de uma sociedade dividida entre pobres e ricos.

A Educação Popular se forja a partir das classes populares e se afirma como uma ação política com vistas às transformações. Paulo Freire (2011), em sua vasta atuação no Brasil e na América latina, nos deixou um grande legado ao formular a Pedagogia do Oprimido, essa que coloca no cerne do processo de emancipação o oprimido e sua constituição como sujeito da sua própria liberdade. Vejamos o que ele tem a nos dizer:

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que está não se cinja em mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis. (FREIRE, 2011, P.52).

A Pedagogia do Oprimido se constitui no ato de tomada de consciência dos trabalhadores em condição de desumanização. Entretanto, essa conscientização não se restringe ao mundo das ideias, ela se confronta com a realidade prática deste sistema de opressão que logo exige uma ação para a transformação. Nesse sentido, ela implica, necessariamente, em processos de transformações materiais que ao final propiciem rupturas com as cadeias que impedem os oprimidos de exercer sua liberdade.

Sob esse prisma, as pessoas inseridas nesse processo de educação popular partem da premissa que é necessário conhecer o mundo a partir de onde seus pés pisam, constroem uma visão imediata, ainda sob condição de aparência e descobrindo as contradições que desenham tal realidade. Segundo Pelozo (2010, p. 40), esse método mostra que em tudo existe uma disputa, um intenso e permanente processo de luta entre opressores e oprimidos.

Neste caminho, a teoria e a prática precisam estar vinculadas: “*a teoria sem a prática vira 'verbalismo', assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade*”. (FREIRE, 1992, p. 67). Portanto, na

visão de Freire, a Educação Popular tem como horizonte a construção de uma nova sociedade, a qual só pode concretizar-se na medida em que conhecemos o já existente, ou seja, o possível na práxis e mediante sujeitos críticos e conscientes de seu papel neste mundo.

1.2.3 Pedagogia do MST

Entendemos que uma das sementes da Educação do campo germinou desde o final da década de 1970 em acampamentos do MST, por meio de trabalhadores que retomaram a construção da luta pela terra em nosso país, uma herança desde as lutas dos negros pela sua libertação da escravidão, das ligas camponesas, das resistências indígenas e tantas outras que existiram.

A luta pela terra é um processo contínuo de formação. O MST é um grande educador e em meio as ocupações de terra, os Sem-Terra constroem-se como sujeitos pedagógicos, como nos explica Caldart (2000): *“olhar para a formação dos sem-terra é enxergar o MST também como um sujeito pedagógico, ou seja como uma coletividade em movimento, que é educativa e que atua intencionalmente no processo de formação das pessoas que a constituem”*. (CALDART, 2000, p 199).

Neste movimento de constituir-se dentro de uma organização de classe, romper as cercas dos invioláveis latifúndios e construir as bases organizativas e políticas que sustentam a própria luta, que o MST também formula a sua própria pedagogia. A Pedagogia do Movimento é sintetizada a partir de matrizes pedagógicas de formação humana que ultrapassam as dimensões escolares, mesmo as considerando partes desta construção, e integra em seu bojo as matrizes pedagógicas, como o Trabalho, a pedagogia da história, pedagogia da terra, pedagogia da luta social, pedagogia da organização coletiva, pedagogia da cultura.

Para o MST, a escola está intimamente vinculada a essa pedagogia, contudo, ela não é reconhecida como um único espaço de construção pedagógica. É o movimento educativo do próprio MST que tem a tarefa de colocar essa escola em movimento, de fazer a constante reflexão sobre sua função político pedagógica e de como precisa estar inserida na própria

organização do movimento social de acordo com suas linhas políticas de atuação.

A pedagogia do Movimento nasce muito inspirada na pedagogia socialista, pois o próprio MST se define como um movimento social alinhado a transformação social desta sociedade e, por isso, o projeto educativo e a construção da escola necessariamente precisam ter como princípio uma pedagogia emancipadora que, nas palavras de Mezáros (2006, p. 264): “assuma a tarefa de transcender as relações sociais alienadas sob o capitalismo”.

Por isso que, segundo Caldart (2016, p. 552), reafirmar a Pedagogia do Movimento como uma referência político pedagógica da Educação do Campo, traz presente papel dos movimentos sociais como sujeitos protagonistas deste processo, evidenciando o papel da luta social como matriz pedagógica que coloca o campo e suas relações sociais contraditórias como uma totalidade formadora em suas distintas práticas educativas que põem e contrapõem na constituição prática de determinado ser humano.

Desta feita, adotamos nossa análise do fenômeno da educação do campo, na perspectiva de transformação social, partindo dos sujeitos organizados, que a começar da própria luta, se formam e transformam suas vidas e seu meio e reivindicam a Educação como um direito dos trabalhadores.

A contar dos diferentes desenhos históricos em que almejaram romper com o domínio do capital sobre a sociedade, ousando construir sociedades socialistas, trabalhadores desenvolveram estas experiências que estão localizadas sobretudo no século XX, quando o mundo, principalmente, viu triunfar as revoluções Russas. Assim, a Educação do Campo também toma como referência a Pedagogia Socialista, por seu caráter demarcado pela luta da classe trabalhadora.

1.2.4 Educação do Campo

O movimento de Educação do Campo nasce originariamente da luta dos movimentos sociais do campo pelo acesso a uma educação voltada ao projeto de campo brasileiro, contrariamente ao modelo vigente na sociedade capitalista, o agronegócio.

Esse movimento é desencadeado no ano de 1997, durante o *I encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária*, onde o MST foi provocado a desenvolver uma discussão ampla sobre a educação no contexto rural brasileiro (Caldart, 2012, p. 258) e, no ano de 1998, realizou-se então a primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo considerado o *batismo original*, evento esse que deu espaço a reunião de diversos segmentos de trabalhadores organizados do campo, representando a multidiversidade dos camponeses e povos que ali resistem.

Segundo Molina (2012, p. 224), esse movimento visa incidir sobre a política de educação dos movimentos sociais, das comunidades camponesas, remete as questões de trabalho, cultura, do conhecimento e das lutas camponesas (de classe, entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade) e nas concepções de políticas públicas de educação e formação humana.

Considera-se uma educação que tem em sua prática o enfrentamento a lógica em curso para o campo brasileiro, visto que nesse processo os camponeses são excluídos da universalização da educação. Caldart (2012, p. 263) ressalta o vínculo embrionário da Educação do Campo com a realidade da vida material dos sujeitos que ali vivem. Nessa perspectiva, afirma-se como uma necessidade:

A relação com a produção na especificidade da agricultura camponesa da agroecologia; o trabalho coletivo, na forma de cooperação agrícola, em áreas de Reforma Agrária, na luta pela desconcentração das terras e contra o valor absoluto da propriedade privada e a desigualdade social que lhe corresponde. Vida humana misturada com a terra, com soberana produção de alimentos saudáveis, com relações de respeito à natureza, de não exploração entre gerações, entre homens e mulheres, entre etnias. Ciência, tecnologia, cultura, artes potencializadas como ferramentas de superação da alienação do trabalho e na perspectiva de um desenvolvimento humano omnilateral. (CALDART, 2012, p. 263).

Como verificamos nas palavras de Caldart, a educação do campo se coloca no confronto com a lógica da educação do capital, pois tematiza a vida camponesa e suas múltiplas dimensões e contradições em relação ao sistema de dominação em que se encontra. Ela também recupera a base da pedagogia socialista de educação em uma perspectiva omnilateral.

Essa pedagogia se coloca no campo de reivindicar o direito ao acesso a universalização da educação, por isso atua no campo da pressão por políticas públicas. Desde sua origem se contrapõe a perspectiva da educação rural e atua em um terreno permeado de contradições, pois cobra a oferta da educação feita pelo Estado, mas pressiona para a autonomia do seu projeto político tendo em vista o projeto de campo com vistas às transformações sociais.

Um dos exemplos de conquistas alcançadas a partir dessa luta, foi o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), instituído no ano de 1998 por meio da Portaria MEPEF nº 10, de 16 de abril de 1998 no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O PRONERA se originou como resultado de um amplo processo de mobilização de massa dos trabalhadores rurais sem terra, apoiados por um conjunto significativo de apoiadores como o Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), Fundação das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Fundação das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura (UNESCO) e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). (SANTOS, 2019, P. 2012).

Como resultados⁹, o Pronera possibilitou a escolarização de pessoas que historicamente foram excluídas deste processo, além do financiamento de inúmeros cursos de graduação e pós-graduação. Sem dúvida um marco histórico, pois pela primeira vez na história jovens camponeses tiveram acesso a universidade pública. Segundo SANTOS (2019, p. 503), no ano de 2019, os Cursos de Licenciatura em Educação do Campo foram instituídos em 31 Universidades e Institutos Federais, e cerca de 7 mil estudantes compõem o corpo discente destes cursos em regime de alternância dos tempos de estudo.

No atual momento histórico pelo qual passa nossa sociedade, compreendemos que as políticas instituídas ao longo desses 21 anos ressignificaram o campo como um lugar de vida, de identidade, de lutas e de

⁹ O PRONERA, de acordo com pesquisa financiada pelo INCRA e executada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e publicada no ano de 2015, denominada *II Pesquisa Nacional sobre Educação nas Áreas de Reforma Agrária – II PNERA* (IPEA, 2015), formou cerca de 200 mil pessoas dos assentamentos rurais do país do nível fundamental ao nível de Especialização, nas áreas de Pedagogia, Agronomia, Geografia, História, Medicina Veterinária e Direito. Com um orçamento significativo nos governos Lula e Dilma, o PRONERA chegou a dispor de orçamento anual da ordem de R\$ 70 milhões de reais.

projetos de resistências. No entanto, nossa análise se dá no sentido de perceber o movimento contraditório deste fenômeno e, por meio disso, sabemos que o agronegócio se consolidou enquanto modelo hegemônico que, inegavelmente, traz disputas no seio das políticas sociais já instituídas.

A exemplo disso ocorreram disputas das classes hegemônicas por programas ditos da educação do campo, tal como Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO)¹⁰, onde frações do próprio agroenegócio participaram efetivamente do programa através da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Desta forma, o sistema S se apropriou de muitos recursos públicos para implementar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), formação essa voltada ao agronegócio.

Desse modo, verificamos que ao instituir-se, a educação do campo passa a ser disputada no âmbito de recursos, mas também em seu próprio conteúdo. Isso se deve, conforme Poulantzas (2000, p. 92), a própria materialidade institucional do Estado, visto que as classes subalternas não estão inseridas no mesmo espaço de poder, por isso não tem autonomia equivalente as classes dominantes, desta maneira o Estado através de suas classes dominantes reformula o próprio conteúdo das políticas ao seu favor.

Por esse viés, que compreendemos que o fenômeno da educação do campo oriundo de lutas populares que reivindicaram o acesso ao direito a uma educação do campo, reconhecendo a diversidade de sujeitos que nele habitam, se deu em um momento em que houve uma correlação de forças que garantiu essas conquistas. Ainda entendemos que a constituição da política não está imune a própria relação de forças no interior do Estado, muito pelo contrário, o próprio Estado, a partir das classes dominantes que o compõe, vai imprimir e disputar o próprio conteúdo da política para que possa garantir o processo de dominação.

Por isso, em nossa análise, compreendemos que é na arena das lutas sociais que se determina os avanços ou retrocessos do percurso da educação

¹⁰ O PRONACAMPO estabeleceu 04 eixos de ação: gestão e práticas pedagógicas; formação de professores; Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Tecnológica; e infraestrutura física e tecnológica. (BEZERRA; JUNQUEIRA, 2012).

do campo. Não obstante, o Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC)¹¹ descreve a série de ofensivas e desmontes pelo qual a educação do campo vem sendo atingida nos últimos quatro anos:

As medidas econômicas liberais adotadas pelo governo atual ratificam estas afirmações, como: a Emenda Constitucional nº 95, que congela os investimentos totais do País para assegurar os lucros ao capital financeiro; a entrega do Pré-Sal aos grandes conglomerados transnacionais, aliado à abertura do capital da Petrobras para o setor privado, causa principal da crise dos combustíveis; a Reforma Trabalhista e os ataques à Previdência Pública; os cortes orçamentários, contingenciamentos e criminalização das ações das/os docentes, gestoras/es e das próprias Universidades e Institutos Federais, colocando em risco a autonomia universitária; a ofensiva da Escola sem Partido; a militarização das escolas; a criminalização das ações dos Movimentos Sociais Populares e Sindicais; e a judicialização dos projetos desenvolvidos com estes sujeitos coletivos (FONEC, 2018, p. 1).

A partir deste chão de construção da educação do campo, evidenciamos um período de total destruição dos direitos já conquistados, assinalado por Santos (2019, p. 505): as medidas citadas repercutem gravemente sobre as condições de acesso e permanência à educação básica num contexto já agravado cujo índice médio é de 20% de analfabetos(as), a escolaridade média é de apenas 4,5 anos e o fechamento de escolas do campo nos estados e municípios é um processo em escala ascendente, mesmo no (curto) período de abertura do Estado às exigências populares.

Nesse bojo, a presente pesquisa tem seu encontro nesse movimento contraditório de luta dos trabalhadores do campo, ao mesmo tempo em que há um avanço acelerado das políticas neoliberais e do agronegócio. Assim, nossa perspectiva é de construção de uma investigação contra hegemônica, que possa trazer elementos de análise que contribuam para a resistência dos trabalhadores e da Educação do Campo.

¹¹ Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC) - organização que integra distintos segmentos da sociedade civil que atuam na educação do campo, tais como movimentos sociais do campo, universidades, fóruns estaduais e municipais de educação do campo, organizações sindicais de trabalhadores do campo.

1.3 Trajetória Pessoal na Luta pela Terra e no Acesso a Educação do Campo

Nasci em uma família de camponeses na região norte do Estado do Rio Grande do Sul em um período pós ditadura militar, fator esse que permitiu as bases concretas para a inserção de meu pai em organização sindical de pequenos agricultores e aproximações com a luta pela terra, visto que nesse período, em municípios vizinhos Ronda Alta e Sarandi, o MST realizara as primeiras ocupações de terras.

O fluxo de migrações do campo para a cidade era muito grande, com isso boa parte de meus familiares se mudaram para os grandes centros da região metropolitana para servirem de força de trabalho para indústria calçadista e outros para São Paulo. Minha família resistiu a esse fenômeno e ingresso no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no início da década de 1990.

Passamos então vivenciar a luta pela terra em um período de grandes ofensivas das políticas de Fernando Henrique Cardoso, entre o período de 1995 a 2003, permanência de Fernando como presidente do Brasil. A pedagogia da luta pela terra nos legou os enfretamentos diretos com as oligarquias latifundistas atrasadas e suas milícias, produziu um processo de consciência do ser e estar no mundo enquanto sujeitos que almejam um mundo de partilha da terra e das riquezas.

Vivemos em acampamentos por cerca de quatro anos, neste período discutia-se muito a perspectiva da construção de sistemas de organização social e produtiva a partir de cooperativas. Quando conquistou-se a terra já na década de 2000, fundou-se a Cooperativa de Produção dos Assentados de Tapes, na região metropolitana de Porto Alegre. Cooperativa essa, que foi pioneira na discussão da agroecologia a partir da produção de arroz. Infelizmente, nesse assentamento não conquistamos escola, minha escolarização seguiu até o ensino médio na zona urbana.

Minha militância política se intensificou na juventude a começar de grupos de jovens e com isso despertou uma vontade pessoal de contribuir mais intensamente nos processos organizativos do MST. Ingressei na nona turma de magistério promovida pelo Instituto de Educação Josué de Castro, espaço esse

pioneiro de formação e capacitação profissional do MST e mantido pelo PRONERA. A vivência em uma Escola do Movimento, a iniciar de pressupostos teóricos e metodológicos com base socialista, contribuiu muito para minha formação enquanto ser humano e educadora.

A pedagogia da alternância possibilitou minha inserção concreta em espaços de educação do Movimento como as Cirandas Infantis¹² e posteriormente as Escolas Itinerantes¹³. Desta maneira, ao invés de regressar para a casa de minha família, optei em voltar para acampamentos para contribuir na escolarização de crianças e jovens.

No ano de 2008, ingressei no primeiro curso de Licenciatura em Educação do Campo, parceria entre Ministério da Educação e Universidade de Brasília, sediado também no Instituto de Educação Josué de Castro e organizado igual em regime de alternância. O curso contribuiu muito para o aprofundamento dos estudos sobre a educação do campo, sobre a escola do trabalho e sobre a pedagogia do MST.

A oportunidade de vivenciar e estudar em escolas e cursos desde a proposta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra sem dúvidas me possibilitou a inserção em uma escola emancipadora, cujos objetivos se propõe a uma formação alargada (omnilateral) na perspectiva da transformação social. Assim entendo que meu percurso profissional e acadêmico é nutrido por essa proposta de educação que contraria a lógica capitalista de educação em curso.

Em 2011, minha atuação se deu a partir da coordenação pedagógica de um curso de realidade brasileira para Jovens do campo, esse curso foi organizado pela Escola Nacional Florestan Fernandes e ocorreu em 11 estados da federação. Com isso, foi possível desencadear para além das formações em

¹² Cirandas Infantis - Esse termo foi criado pelo MST e se define como espaços educativos destinados as crianças de 0 a 6 anos de idade, garantindo a essas direito do cuidado e acesso a práticas pedagógicas, estes espaços são implantados tanto em escolas de formação de adultos, cooperativas e em cursos de curta duração que garantem também a participação efetiva de mulheres nestes espaços.

¹³ Escola Itinerante - A Escola Itinerante foi criada no âmbito do Movimento Sem Terra, para garantir o direito à educação das crianças, adolescentes, jovens e adultos em situação de itinerância, enquanto estão acampados, lutando pela desapropriação das terras improdutivas e implantação do assentamento. Disponível em: <mst.org.br/educacao/>. Acesso em: 15 out. 2020.

si uma articulação da juventude camponesa através de grupos de jovens que passaram a compor uma articulação interestadual.

No ano de 2012, fui convidada a fazer parte de um projeto denominado “Projeto de Assentamentos Agroecológicos” no extremo sul Baiano, um dos eixos deste projeto objetivava a construção de uma Escola de Agroecologia, tendo em vista a demanda de formação nesta área na região. Neste sentido compus o primeiro coletivo de fundação da escola, essa denominada Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto.

Estar na Bahia me proporciona um momento ímpar em relação ao trabalho direto com escolas do campo, pelo fato de que aqui tem muitas escolas implantadas em assentamentos em comparação a outros estados do país. Muitos são os desafios, mas muitas também são as possibilidades. Meu trabalho, a partir da Escola de agroecologia, tem como um dos focos a formação de professores a contar da perspectiva da pedagogia do Movimento e também da inserção da agroecologia enquanto conhecimento necessário para as escolas do campo.

Por isso, partindo do setor pedagógico, venho realizando conjuntamente com o setor de educação do MST da região a elaboração do currículo em agroecologia para educação básica, dando acompanhamento a doze escolas que estão inserindo esse componente em seus projetos políticos pedagógicos e também contribuindo nas elaborações de materiais de subsídio a essa discussão.

Estar aqui também me possibilitou a oportunidade de exercer, acredito eu, um dos grandes desafios enquanto mulher que é ser mãe e cotidianamente estou aprendendo com a Manuela, minha filha, a exercitar o papel de aprender e ensinar, enfrentando os desafios de estudar, trabalhar e cuidar.

Nos últimos anos, desde o trabalho concreto com as escolas, temos percebido o avanço do capital na formação docente. Nesse sentido, tenho tido como foco de estudo buscar compreender esse movimento do agronegócio em relação as escolas do campo. O curso de Especialização Trabalho, Educação e Movimentos Sociais promovido pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio me possibilitou uma pesquisa sobre o projeto *Despertar* onde evidenciei disputas pela educação do campo feitas pelo patronato rural a partir do programa de educação ambiental que está presente em mais de cem

prefeituras do Estado da Bahia, em especial nos departamentos de Educação do Campo.

Acredito que, nesse tempo histórico marcado claramente pelo antagonismo de classe, nos cabe enquanto educadores o exercício da pesquisa e do estudo enquanto prática docente, justamente porque precisamos combater a precarização da formação dos trabalhadores da educação que estão sendo disputados pela lógica do capital. Ao mesmo tempo, necessitamos imprimir no chão das escolas o nosso projeto educativo.

A inserção no Mestrado Profissional em Educação do Campo traz com toda certeza a oportunidade de aprofundar o estudo acerca da Educação do Campo e a formação do educador do campo em um espaço que sem dúvida alguma é contra hegemônico. E para construir a contra hegemonia na educação do campo necessariamente precisamos examinar profundamente o terreno contraditório pela qual ela está inserida. Enquanto um ser social e político me coloco nessa condição de estudar, compreender e conjuntamente ao povo ajudar a transformar.

1.4 Contextualização do tema da pesquisa

Essa pesquisa se localiza territorialmente na região do extremo sul baiano, espaço que foi e é palco de históricas lutas desde o processo colonizador até os dias atuais. As disputas no âmbito agrário se localizam em torno das características edafoclimáticas do bioma mata atlântica que favorece o bom desenvolvimento de cultivos agrícolas.

Neste sentido, o avanço do agronegócio na atualidade está intimamente vinculado ao processo de destruição do bioma, dando lugar a exploração de monocultivos. As transnacionais da celulose atualmente dominam as terras da região, pois aqui elas encontram um dos maiores índices de produtividade do mundo.

Destacamos que as plantações de eucalipto são implantadas na região desde 1980. Na década seguinte, a região presenciou a construção das fábricas de celulose nos municípios de Eunápolis e Mucuri, tornando a região responsável por 90% da produção de celulose do estado, passando de 350.000 m³ em 1991 para 5.038.564 m³ de eucalipto em 2004. Essa expansão não se

deu sem desconsiderar as legislações locais, posto que em muitos municípios se extrapola a área total permitida para seu plantio. (IMA, 2008; NETO, 2012).

Desta Maneira, as empresas de celulose Veracel, Suzano e Fibria passaram a dominar o território a partir de grandes monocultivos de eucaliptos, somando mais de um milhão de hectares atualmente. Logicamente, isso se traduz em impactos sociais e ambientais para as populações locais, que resultam na expulsão de camponeses e comunidades tradicionais de seus espaços, destruindo culturas, biodiversidade e produção de alimentos.

A empresa Suzano é a força mais expressiva, já que ao comprar a empresa Fibria celulose do grupo Votorantim no ano de 2018, tornou-se a maior empresa do ramo no mundo. Para além disso, ela é sócia de 50% da Veracel Celulose. Eis um monopólio em ação e sua força destrutiva em uma região.

Os embates entre as distintas forças sociais da região também se dá no âmbito da educação pública, a própria lógica de expansão do capital na agricultura necessariamente precisa formar um consenso para tal modelo, de forma que as empresas de celulose estão intimamente inseridas no bloco de empresários que na atualidade conformam o projeto de educação do capital como veremos nos próximos capítulos.

Como campo de atuação na educação pública, as empresas constroem mecanismos de sua inserção através de programas de educação ambiental, formação de gestores e oferta de materiais didáticos para as escolas. As escolas do campo são alvos prioritários destas empresas, visto que os embates acerca da questão agrária se dá com essas forças de resistência no campo.

Nesta perspectiva, a Educação do Campo, em sua base conceitual e com vínculo originário desde os movimentos populares, passa a ser invadida por uma enxurrada de programas que “contaminam” os projetos políticos pedagógicos destas. Assim, as várias dimensões da educação do campo se encontram em derrotas consecutivas no atual momento pelo qual passamos.

A presente pesquisa nasce de um problema concreto pelo qual as escolas do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra, ao qual me incluo enquanto educadora, vem enfrentando a mais de sete anos na região do extremo sul baiano, visto que se deparam com a penetração de programas de

educação oriundos do agronegócio nas secretarias de educação, que por sua vez os incorporam nas escolas do campo.

A provocação principal que instiga essa investigação se deve a problematização de como o capital, através de seus aparelhos privados de hegemonia, constroem mecanismos para disputar a formação docente em uma perspectiva de minar forças de resistência no campo, como é o caso dos movimentos sociais e suas política públicas conquistadas a duras penas.

Um dos exemplos de grande relevância é a atuação do patronato rural a partir do Sistema Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), que desenvolveu um programa de educação ambiental voltado às escolas do campo e que está presente em mais de cem municípios do estado da Bahia. Neste sentido, desenvolvi no ano de 2015 uma pesquisa para compreender a disputa que esse programa do agronegócio realiza com a educação do campo e do MST.

Os resultados desta pesquisa se desenham enquanto os principais motivadores para seguir nesta linha investigativa, visto que, ao meu ver, há carências na formação docente do campo que impedem os educadores de compreenderem essas disputas de concepções que se dão no interior das escolas, o que faz com que o capital ganhe forças ao cooptar trabalhadores da educação para seu projeto.

No ano de 2018, constatou-se a atuação da empresa Fíbria celulose na educação pública da região através do Instituto Votorantim. Diferentemente do SENAR, ela atua na formação direta de gestores municipais, diretores de escolas e coordenadores pedagógicos. A Escola Municipal de Ensino Fundamental Elói Ferreira, situada no assentamento 40-45 no município de Alcobaça, integra as escolas partícipes deste programa e foi, a partir deste contato com gestores desta escola, que tive a motivação de realizar o presente trabalho.

Desta maneira, tomou-se como objeto inicial o programa PVE, Programa Votorantim pela Educação, que no ano de 2019, passou a denominar-se Programa Parceria Valorização da Educação. Assim buscamos ao longo da investigação responder a questão da pesquisa que visou *analisar como se materializa a atuação do Instituto Votorantim enquanto um aparelho privado de hegemonia da educação do capital na formação de gestores e coordenadores pedagógicos de escolas do campo no município de Alcobaça?*

A questão nos preparou para entrar em contato com o objeto em estudo. Inicialmente, quando elaborou-se o projeto de pesquisa, pretendia-se realizar a análise a cerca de uma escola específica para refletir sobre os impactos das formações de gestores do Programa Votorantim pela Educação em uma escola de assentamento do MST, no entanto, percebeu-se que as informações a partir de distintas realidades do campo poderiam trazer uma melhor análise de como essas estratégias desde a empresa se adequam nas diferentes tipologias de escolas do campo.

A começar desse viés, a presente pesquisa analisou a iniciativa do Programa Parceria Valorização da Educação¹⁴ e seus impactos na Secretaria Municipal de Educação de Alcobaça e em duas escolas do campo vinculadas ao município. São elas: Escola Municipal de Ensino Fundamental Elói Ferreira, situada em um assentamento de Reforma Agrária e Escola Municipal de Ensino Fundamental Núcleo Pouso Alegre, situada em uma comunidade rural.

O município escolhido para realizar a pesquisa foi Alcobaça, esse que possui uma população de 22.470 habitantes (IBGE, 2019). Sua base econômica advém do setor pesqueiro, do turismo e da agricultura, e é no campo que a empresa de celulose Suzano tem sua atuação ocupando 72% do território sob o plantio de eucalipto. No que tange a educação, o campo se destaca, visto que no município existem 40 escolas e destas, 30 se localizam na zona rural.

Objetivos da Pesquisa

Tomamos como objeto dessa investigação a Instituto Votorantim, esse que integra o grupo Votorantim S/A e nesta região da Bahia há mais de dez anos atuou em plantações de celulose através da Fíbria Celulose. A empresa vem desde alguns anos desenvolvendo projetos destinados a educação pública, inserida no Movimento “Todos pela Educação”, atualmente através de seu Instituto promove o programa “Parceria Valorização pela Educação” que atua

¹⁴ O nome do programa “Votorantim pela Educação” foi modificado para Programa Parceria Valorização da Educação em meados de 2019, quando a pesquisa já tinha iniciado, nesse sentido nesse texto trataremos desse objeto pelo nome atual do mesmo.

em mais de 100 municípios do Brasil. O município de Alcobaça integra esses municípios e implementa o programa sobretudo em escolas do campo.

Neste sentido traçamos como objetivo central desta pesquisa analisar a atuação do Instituto Votorantim enquanto um aparelho privado de hegemonia que atua na formação de gestores e docentes da educação do campo, buscando compreender suas estratégias político pedagógica para as populações inseridas nas escolas, desde um grupo empresarial do agronegócio, na perspectiva de estabelecer uma crítica a cerca desta ofensiva em curso e também identificar elementos e formas de superação desta ofensiva empresarial na educação.

A partir do objetivo geral a investigação pretende atingir os seguintes objetivos específicos:

- Estudar o plano de formação do PVE ofertado a gestores da educação pública do campo pela Fundação Votorantim no município de Alcobaça visando estabelecer uma crítica a respeito deste;
- Analisar a conformação do PVE enquanto um aparelho privado de hegemonia, descrevendo seu método de atuação desde a incorporação na ossatura material do Estado através da secretaria municipal de educação de Alcobaça;
- Analisar os impactos do programa de formação para gestores da fundação Votorantim, partindo da análise do corpo gestor da secretaria de educação de quatro escolas do mesmo município;
- Evidenciar a correlação de forças entre concepção de educação do campo e educação do capital expressas pelo corpo docente que integra essa pesquisa e identificar elementos de resistência e superação a educação do capital.

1.5 Considerações acerca do método do materialismo histórico dialético e metodologia da Pesquisa

Na construção desse trabalho, pretende-se utilizar o método materialista histórico dialético, advindo da tradição marxista, na perspectiva de que ele esteja explicitado no decorrer de toda a exposição dos resultados desta investigação.

Para ser fiel aos pressupostos do método adotado, inicialmente se faz necessário discorrer sobre a base real pela qual Marx desenvolveu seu método de investigação, ou seja, seu objeto de pesquisa durante sua vida, a sociedade capitalista. Neste sentido, a localização materialista histórica é fundada na obra intitulada *ideologia alemã* no ano de 1846.

Nessa obra, segundo Frigotto (1987), Marx estrutura a concepção básica do materialismo histórico e de sua dialética materialista. Nesse sentido, em primeiro lugar, é necessário compreender que a concepção materialista se funda no imperativo do modo humano de produção de sua existência. Vejamos nas palavras de Marx e Engels (1986):

O primeiro pressuposto de toda história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal destes indivíduos e, por meio disto, sua relação dada com o resto da natureza. Pode-se distinguir homens dos animais pela consciência, pela religião, ou por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida; passo esse que é condicionado por sua organização corporal (MARX; ENGELS, 1986).

Sob esse olhar, os autores compreendem que a produção das ideias está diretamente vinculada a vida material das pessoas, ou seja, não são as ideias que determinam a existência, ao contrário, é a existência que determina a consciência, e essa existência material dos homens é condicionada historicamente pelas forças produtivas de seu tempo, "*a consciência jamais pode ser outra do que o ser consciente, e o ser dos homens é seu processo de vida real* (MARX; ENGELS, 1986).

E essa perspectiva do método materialista, segundo Frigotto (1987, p. 83), irá se confrontar diretamente com concepções metafísicas que se fixam no fenômeno, no mundo da aparência ou na aparência exterior dos fenômenos, fundando-se sob categorias como a linearidade, harmonia e a-historicidade, o que a torna antagônica a materialista histórica, visto que essa se funda sob as categorias de totalidade, contradição, mediação, ideologia e práxis: "*A concepção materialista histórica, respectivamente se fixa na essência, no mundo real, no conceito, na consciência real, na teoria e ciência*". (KOSIK, 1976, p. 16).

Netto (2012, p. 53) assinala que para Marx, o Método não é um conjunto de regras formais que se “aplicam” a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade, para “enquadrar o seu objeto de investigação:

Recordemos a passagem de Lenin que citamos: Marx não nos entregou uma lógica, deu-nos a lógica d' *O capital*. Isto quer dizer que Marx não nos apresentou o que “pensava” sobre o capital, a partir de um sistema de categorias previamente elaboradas e ordenadas conforme operações intelectivas: Ele (nos) descobriu a estrutura e a dinâmica *reais do capital*; não lhe “atribuiu” ou “imputou” uma lógica: extraiu da efetividade do movimento do capital a *sua* (Própria, imanente) *lógica*- Numa palavra, deu-nos a teoria do capital: *a reprodução ideal do seu movimento real.*” (NETTO, 2012, p. 53)

Nessa lógica, o intelectual José Paulo Netto (2012), em seus escritos acerca do debate sobre Método em Marx, afirma que teoria é uma modalidade peculiar do conhecimento em relação a outras formas de conhecimento como o religioso. Essa diferença consiste em que o conhecimento teórico diz respeito ao conhecimento do objeto, da forma como ele é em si, que independe do desejo e representações do pesquisador. Conforme ele nos traz:

A teoria é para Marx, a reprodução ideal o movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E está reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) Será tanto mais correta e verdadeira, quanto mais fiel o sujeito for ao objeto”. (NETTO, 2012, p. 21)

A teoria para Marx é o “movimento do real, do objeto em pesquisa transposto para o cérebro do pesquisador. Esse desenho nos permite compreender que para se chegar ao conhecimento teórico do objeto, necessita-se partir do próprio objeto, e que esse objeto em si, ele independe da consciência de quem pesquisa. O método, nesta perspectiva, é a relação que permite o sujeito apreender o movimento real do objeto e suas determinações.

Por esse ângulo, a dialética materialista histórica, enquanto um método de análise, segundo Frigotto (1987), não pode ser compreendida como metodologia, ferramenta, pois o método está vinculado enquanto concepção de

realidade, de mundo e de vida no seu conjunto e, por isso, a questão da postura do pesquisador antecede o próprio método.

Cabe ao pesquisado ser o mais fiel possível ao objeto de sua pesquisa, para que assim se possa romper da compreensão aparente para apreensão de sua essência. Netto (2012) reproduz tal movimento:

Numa palavra: o método de pesquisa que propicia conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimento, e operando sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz no plano ideal, a essência do objeto que investigou". (NETTO, 2012, p. 23)

O autor ressalta que a dimensão da relação entre sujeito e objeto não é de externalidade, como as pesquisas das ciências naturais. Como exemplo, aponta que o objeto da investigação de Marx se referiu a sociedade burguesa: o sujeito está intimamente ligado ao objeto, neste sentido não há neutralidade, o que não retira a averiguação de sua verdade e, para Marx, o critério é a prática social e histórica.

O papel do sujeito é essencialmente *ativo*: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente para compreendê-lo como um *processo*)(...) "na investigação, o sujeito "tem-de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão que há entre elas" (MARX, 1968, p. 16).

Netto (2012, p. 42) nos explica que, como bom materialista, Marx distingue claramente o que é da ordem da realidade, do objeto e o que é da ordem do pensamento (o conhecimento operado pelo sujeito): "Começa-se pelo real e pelo concreto", que aparecem como dados; pela análise, um e outro elemento são abstraídos, e, progressivamente, com o avanço da análise, chega-se a conceitos, a abstrações que remetem a determinações mais simples. "Esse foi o caminho ou, se quiser o método.". José Paulo Netto (2012) também nos traz o seguinte:

O último método é manifestamente o método científico exato. O concreto é o concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no

pensamento como o processo de síntese, como resultado e não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo (*No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento*). (NETTO, 2012, p. 43, grifo nosso)

Ao reafirmar que Marx articula essas três categorias nucleares: a totalidade, a contradição e a mediação; o autor descobriu uma perspectiva metodológica que o possibilitou teorizar a sociedade burguesa, pôde nos proporcionar também essa possibilidade de estudo sobre tal sociedade e nos legou a base fundamental e indispensável para a teoria social.

1.5.1 Estrutura metodológica da pesquisa

Nosso trabalho terá a seguinte estruturação metodológica para atingir os objetivos pelo que se propõe, entendendo que o lócus deste trabalho se dará a partir da Secretaria Municipal de Educação e duas escolas Municipais da mesma.

Com o agravo da Pandemia da covid 19 em 2020 colocou-se em questão a possibilidade de realização das entrevistas presenciais com os participantes, neste sentido colocamos como alternativa viável entrevistas através de plataformas digitais. As visitas nas escolas foram realizadas seguindo todo o protocolo de segurança orientado pelas instituições de saúde.

Lócus da pesquisa

Secretaria Municipal de Educação- Neste espaço realizou-se a coleta de dados através da colaboração da Secretária de Educação do município.

Escolas Municipais do campo –Realizou-se a coleta de dados em duas escolas do campo do município de Alcobaça sendo elas: Escola Municipal de Ensino Fundamental Elói Ferreira situada em um assentamento de Reforma Agrária, na qual entrevistamos o gestor escolar e uma coordenadora pedagógica e Escola Municipal de Ensino Fundamental Núcleo Pouso Alegre, situada em uma comunidade rural aonde contamos com a contribuição da gestora educacional desta instituição.

Instrumentos de Coletas de dados

A partir de Netto (2011, p.25) compreendemos que os instrumentos e as técnicas de pesquisa são os mais variados, desde a análise documental até as formas mais diversas de observação, recolha de dados, quantificação etc. para o autor os instrumentos e técnicas são meios de que se vale o pesquisador para apoderar-se da matéria, mas não devem ser identificados com o método, pois os instrumentos e técnicas similares podem servir em escala variada, a concepções metodológicas diferentes. Para a coleta de dados dessa investigação tomamos como nosso instrumental a aplicação de entrevistas semi estruturadas e análise documental.

Entrevistas semiestruturadas- As entrevistas semiestruturadas a partir da abordagem de Triviños (1987, p.146) possibilita a coleta de dados e nos oferece um amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante, nesta direção esse autor aponta-nos três etapas para chegarmos a análise do conteúdo da pesquisa, sendo elas: a pré-análise, a interpretação analítica e a etapa de interpretação referencial que se ancora nos materiais selecionados na primeira etapa.

Realizou-se as entrevistas semiestruturadas com 4 docentes que desempenham funções distintas na educação pública de Alcobaça, (1) secretário de Educação, (2) gestores de Escolas do Campo e (1) Coordenador Pedagógico.

Análise Documental- A análise documental desse trabalho se fez necessária para conhecermos e analisarmos o projeto Parceria Valorização da Educação. Os documentos foram adquiridos a partir dos Sites de domínio público da empresa Votorantim S/A, Instituto Votorantim e Página do PVE.

Lüdke e André (2015) nos explicam que a pesquisa documental envolve sobretudo a interação entre o sujeito pesquisador com seu objeto e nesta relação se desenvolve a construção de significado e de conhecimento. Para os autores o sujeito que analisa possui uma posição sobre o documento, no entanto seu objeto por sua vez possui determinações, essas determinações não podem ser analisadas como estáticas visto que são permeadas de teoria.

Os documentos analisados para a presente pesquisa foram os seguintes: *Relatório de Atividades Votorantim 2017*, texto pelo qual extraímos o pensamento dos empresários a respeito da educação pública e do próprio programa, *Relatório de atividade PVE 2019* documento pelo qual analisamos o projeto pedagógico deste programa, sua concepção de educação e metodologia de implementação e por último analisamos um documento áudio visual intitulado “10 anos do PVE” de onde foi possível coletarmos informações acerca dos intelectuais que organizam e implementam o programa.

Categorias e conceitos da pesquisa - Com relação ao referencial teórico, busca-se a começar de categorias e conceitos advindo da tradição crítica da Educação marxista que, neste sentido, partiremos de uma análise que parte da realidade contraditória da luta de classes, trazendo ao presente os conceitos necessários para compreendermos o objeto a ser pesquisado.

Nesse sentido, este trabalho buscou construir um arcabouço teórico que visa contribuir com a análise do objeto, abaixo segue um quadro aonde situamos as categorias que partiram do conteúdo do objeto e as categorias correspondentes ao método do materialismo histórico dialético.

Quadro1: Categorias para a análise na formação dos gestores e coordenadores pedagógicos

Objeto da Pesquisa	Categorias de Conteúdo do objeto	Categorias do Materialismo Histórico Dialético
	Formação de gestores e coordenadores pedagógicos	Contradição Práxis Hegemonia Totalidade
	Educação do capital	Contradição Trabalho Historicidade
	Relação Empresa comunidade	Hegemonia Contradição Historicidade

	Educação do campo	Contradição Trabalho
--	-------------------	-------------------------

Fonte: elaborada pelo autor, 2021.

Inicialmente, o trabalho pretende apresentar desde a introdução a perspectiva de sociedade e educação pelo qual nos filiamos, por isso traremos ao presente os conceitos acerca das pedagogias críticas integrantes de movimentos históricos de lutas pela transformação social desde o pensamento de Pistrak (2000), que ilustra a pedagogia socialista; passando por Paulo Freire (2011), que traz a perspectiva da Educação Popular; e da educação e reforma agrária a partir da Pedagogia do MST sistematizada por Caldart (2014).

Trataremos de discorrer sobre a estrutura de dominação capitalista, a relação de capital trabalho, Estado e luta de classes a partir do pensador clássico Karl Marx (2002). Abordaremos o conceito de hegemonia e intelectuais orgânicos, iniciado pelos conceitos de Gramsci (2001); e sobre o estado neoliberal recorrentes de Katz (2016) e Harvey (2005).

Em relação ao tema referente a educação do capital na atualidade, embasamos nos estudos de Intelectuais com Roberto Leher (2018), Luiz Carlos de Freitas (2018) e sobre o empresariado do agronegócio na educação pública a partir do trabalho de Rodrigo Lamosa (2016).

Traremos para a atualidade também as abordagens sobre a expansão e territorialização do agronegócio a começar de Delgado (2012); e sobre o avanço da celulose na região extremo sul baiana por meio de Kopamans (2005) e Souza (2015).

A exposição desta pesquisa está organizada em quatro capítulos:

No primeiro capítulo denominado *Luta de classes, Estado e Hegemonia*, realizaremos a exposição de alguns conceitos e categorias advindos da teoria crítica marxista a partir de uma breve análise do modo de produção capitalista que dão base para a estruturação da sociedade atual no sentido de compreendermos a atualidade das relações no mundo do trabalho; a configuração do Estado enquanto um organizador das classes dominantes; e o processo de construção da hegemonia. Também tematizaremos a relação do Estado neoliberal e suas implicações materiais nas relações de reprodução capitalista, situando a luta de classes e as disputas no interior deste.

No segundo capítulo intitulado *A educação do Capital e a agenda dos empresários para educação pública*, buscaremos trazer ao presente a ofensiva da educação do capital no momento atual em que vivemos, analisando a ofensiva empresarial na educação pública a datar de seu viés neoliberal e suas implicações na educação da classe trabalhadora.

No terceiro capítulo denominado *Aspectos Históricos da região extremo sul da Bahia e a consolidação do agronegócio da celulose* visamos compreender a história conflituosa de ocupação da região do extremo sul baiano e a inserção das empresas de celulose neste contexto buscando entender como se estruturam os processos de dominação deste território.

No quarto capítulo intitulado *Hegemonia burguesa na Educação do Campo: a atuação da Votorantim S/A na formação de gestores e coordenadores pedagógicos*, tratamos de analisar a atuação do Instituto Votorantim enquanto um aparelho privado de hegemonia que atua na formação de gestores e docentes da Educação do Campo, buscando compreender suas estratégias político pedagógica para a educação pública.

O quinto capítulo denominado, *A Implementação do Programa Parceria Valorização na Educação do campo no Município de Alcobaça/Bahia*, apresentamos os resultados da pesquisa descrevendo analiticamente os mecanismos pela qual o Instituto Votorantim se incorpora no município de Alcobaça, entrincheirando-se desde a Secretaria Municipal de Educação via programa PVE e sua incisão direta na formação de gestores educacionais e coordenadores pedagógicos de duas escolas do campo. Por fim apresentaremos nossas considerações finais aonde responderemos a questão central desta investigação.

Portanto, a contar desta proposta de exposição da pesquisa nos próximos capítulos, apresentaremos o movimento de realização da mesma, onde buscar-se-á ser fiel ao método pelo qual assumimos do Materialismo Histórico Dialético; das categorias e conceitos apreendidos; e da análise da realidade em questão.

CAPÍTULO I - Luta de Classes, Estado e Hegemonia

O primeiro capítulo deste trabalho tem como objetivo apresentar uma discussão teórica acerca de conceitos imprescindíveis para compreendermos a presente investigação, essa que pretende analisar a atuação da fundação Votorantim na educação pública do município de Alcobaça.

Nesta perspectiva nossa intenção é realizar um breve diálogo a partir de conceitos e categorias que nos ajudam a compreender a organização da sociedade capitalista que se estrutura a partir da base de exploração capital *versus* trabalho. Para isso, buscaremos nos embasar desde as elaborações de Marx e Engels (2002), autores clássicos que nos legaram uma teoria capaz de interpretar a sociedade capitalista.

O trabalho também exige que compreendamos como a sociedade burguesa baseada na propriedade privada se ancora no Estado, enquanto um organizador de suas necessidades e demandas para sua reprodução. Desta maneira buscaremos também compreender como Marx explicou essa relação, e outros teóricos posteriores desenvolveram a partir da teoria marxista elaborações acerca do conceito de Estado de acordo com seu tempo Histórico.

Para isso, buscaremos apresentar a teoria do Estado ampliado de Gramsci (2000) e Mendoça (2007), bem como a caracterização do estado neoliberal, o qual vivemos na atualidade a datar dos escritos de Harvey (2005) e Katz (2017).

Por fim, buscando compreender como se estrutura o processo de dominação de classe no interior das relações capitalistas, nos ancoramos na discussão do conceito de hegemonia advinda desde a teoria de Gramsci (1978, 2007), das contribuições de Gruppi acerca do desenvolvimento deste conceito em Gramsci (1978) e de Pronko e Neves (2012).

1.1-Capital *versus* Trabalho: A Luta de Classes no Sistema Capitalista

A introdução deste trabalho nos remete a dedicarmos um breve espaço para dialogarmos acerca de alguns conceitos fundamentais para compreendermos a organização da estrutura da sociedade a qual vivemos.

Para fazer jus a teoria marxista, buscamos nos reportar ao filósofo alemão Karl Marx que nos legou a teoria acerca da sociedade do capital. Por isso, inicialmente apresentaremos uma breve abordagem sobre a discussão das categorias trabalho e capital visto que essas são consideradas fundantes para compreendermos a base da organização deste modo de produção.

Em primeiro lugar, partimos da compreensão da categoria trabalho, que nos remete a pensar a forma pelo qual o ser humano se fez humano na sua relação de ação e transformação da natureza e de si próprio. Marx e Engels (2002), desde seus escritos na obra intitulada *Ideologia Alemã*, nos esclarecem essa afirmação:

Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião, por tudo que se quiser. Mas eles começam a distinguir-se dos animais assim que começam a produzir os seus meios de vida, passo esse que é condicionado pela sua organização física. Ao produzirem os seus meios de vida, os homens produzem indiretamente sua vida material. (MARX; ENGELS, 2002, p. 15)

Compreendemos assim que é por meio do trabalho que o homem se forma. Isso se dá na relação direta de intervenção deste na natureza para suprir suas necessidades, e neste processo a natureza também o modifica, por isso o trabalho tem uma relação ontológica na formação humana. Marx e Engels (ano) irão nos explicar esta relação:

O modo como os homens produzem os meios de vida depende, em primeiro lugar, da natureza dos próprios meios de vida encontrados e a reproduzir. Este modo da produção não deve ser considerado no seu mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isso sim de uma forma determinada da atividade destes indivíduos, de uma forma determinada de exprimirem a sua vida, de um determinado modo de vida dos mesmos. Como exprimem a sua vida, assim os indivíduos são aquilo que eles são coincide portanto, com sua produção, com o que produzem e também com o como produzem. Aquilo que os indivíduos são, depende portanto, das condições materiais da sua produção. (MARX; ENGELS, 2002, p. 15)

Na teoria marxista, considerar-se-á o trabalho enquanto produtor do ser humano e suas relações mesmo nas condições mais brutais tais como em regimes escravocratas. Ciavata e Frigotto (2012, p. 749), na mesma perspectiva, enfatizam que o ser humano em sua história se utiliza dos bens da natureza pelo trabalho e desta maneira que produz seus meios de

sobrevivência e seus conhecimentos. No entanto, nas formas sociais de dominação, o trabalho ganha um sentido de ambivalência já que o mesmo é utilizado como forma de expropriação de uma classe sobre a outra, como é o caso das sociedades escravistas e da sociedade capitalista.

Por isso que cabe, enquanto pesquisadores, nos orientarmos na análise a partir do materialismo histórico e dialético, destacando a importância da compreensão desta categoria e desvelar as faces que o trabalho assume em uma sociedade dividida em classes. Uma sociedade baseada na exploração do trabalho e produção de mercadorias.

Neste sentido que Marx¹⁵ em sua principal obra intitulada *O capital* irá nos afirmar que o ponto de partida de suas investigações partiram sobretudo da análise acerca da mercadoria na sociedade do capital:

A riqueza das sociedades em que domina o modo-de-produção capitalista apresenta-se como uma "imensa acumulação de mercadorias". A análise da mercadoria, forma elementar desta riqueza, será, por conseguinte, o ponto de partida da nossa investigação. A mercadoria é, antes de tudo, um objecto exterior, uma coisa que, pelas suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. Que essas necessidades tenham a sua origem no estômago ou na fantasia, a sua natureza em nada altera a questão. Não se trata tão pouco aqui de saber como são satisfeitas essas necessidades: imediatamente, se o objecto é um meio de subsistência, [objecto de consumo,] indirectamente, se é um meio de produção. (MARX, 1988, p. 45)

Nessa concepção, Delgado (2012, p. 121) nos explica que na teoria marxista o capital representa o equivalente geral sob a forma de dinheiro e, a partir de aí, inicia-se o processo produtivo decomposto em dois componentes: Capital constante a ser despendido no gasto com os meios de produção e capital variável a ser gasto com o pagamento dos trabalhos diretamente envolvido no processo de produção. O autor destaca que o terceiro e principal componente diz respeito a mais valia, o excedente bruto, ou lucro bruto que incorporará o valor do produto final do processo produtivo, quando a mercadoria for vendida.

¹⁵ Obra consultada: *O capital*, texto Secção 1 - Os Dois Factores da Mercadoria: Valor-de-Use e Valor-de_Troca ou Valor Propriamente Dito (Substância do Valor, Grandeza do Valor). Disponível em: <marxists.org/portugues/marx/1867/ocapitalv1/vol1cap01.htm#c1s1>. Acesso em: 27 abr. 2020.

Compreendemos assim que a mais valia ocupa o lugar de motor de todo processo de produção de mercadorias e é considerada a chave teórica do conceito de capital, isso é, a teoria da exploração do trabalho. E é nesta perspectiva que a categoria trabalho assume uma posição fundamental na teoria marxista, visto que a partir da sociedade dividida em duas classes sociais, a classe dominante a partir da apropriação dos meios de produção organiza a sociedade de tal modo que os despossuídos destes meios só têm sua força de trabalho a ser vendida, a qual gerará o processo de mais valia, seja o tempo de trabalho pelo qual o trabalhador não recebe e é apropriado pelo patrão.

Esse processo de expropriação da força de trabalho da classe dominada tem sua reprodução e permanência justamente porque produz um processo constate de estranhamento do trabalhador ao seu trabalho, como se a produção que vira mercadoria ganhasse vida própria subsumindo-o justamente pelo fetiche da mercadoria¹⁶. Marx nos tem muito a dizer sobre esse processo:

O carácter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente que ela apresenta aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como se fossem *características obiectivas dos próprios produtos do trabalho*, como se fossem propriedades sociais inerentes a essas coisas; e, portanto, reflecte também a relação a relação social dos produtores com o trabalho global como se fossem uma relação social de coisas existentes *para além deles (...)* Aí os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, entidades autônomas que mantêm relações entre si e com os homens. O mesmo se passa no mundo mercantil com os produtos da mão do homem. É o que se pode chamar o fetichismo que se aferra aos produtos do trabalho logo que se apresentam como mercadorias, sendo, portanto, inseparáveis deste modo-de-produção. (MARX, 1988, p 71)

A partir disto que compreendemos que neste modo de produção, baseado na exploração do trabalho, a relação trabalho e capital se dá de forma antagônica, justamente pelo fato de que para esse capital se reproduzir, o capitalista que detém a propriedade privada dos meios de produção necessariamente irá roubar a força de trabalho da classe trabalhadora, esse processo de expropriação, como Marx nos explicou, se dá mediante a uma luta

¹⁶ MARX, Karl. O carácter de feitiço da mercadoria e o seu segredo. In: **O Capital Crítica da Economia Política**. Disponível em: <marxists.org/portugues/marx/1867/capital/livro1/cap01/04.htm>. Acesso em: 10 ago. 2020.

constante entre os que detêm os meios de produção e os que só tem sua força de trabalho a ser vendida, ou seja, a luta de classes entre capitalista e trabalhadores.

Podemos assim compreender que esse modo de organização da vida social se realiza mediante a organização do trabalho, a forma de organização do trabalho nesta sociedade capitalista que irá definir a organização da sociedade que por sua vez, divide-se em duas classes sociais, aqueles que tudo produzem com sua força de trabalho, a classe trabalhadora; e aqueles que detêm a propriedade dos meios de produção e se apropriam das riquezas produzidas pelos trabalhadores.

O mecanismo que organiza essa divisão de classes e assegura a perpetuação dessas relações capitalistas em uma perspectiva marxista se concretiza via Estado, esse compreendido como uma arena de constantes embates entre as classes e que em sua natureza possui uma estrutura capaz de garantir a reprodução das relações capitalistas e a valorização do capital. N

Na próxima seção, buscaremos apresentar nossos pressupostos teóricos com a finalidade de apreender esse conceito.

1.2 Estado e Dominação Capitalista

O debate referente ao conceito de Estado tem inúmeras interpretações muito anteriores a teorização de Marx e Engels em meados do século XIX. Esses autores, ao compreenderem a natureza da exploração capitalista sobre os trabalhadores, conseguiram inaugurar uma nova perspectiva de análise acerca da origem e função do Estado na sociedade moderna.

Dantas e Pronko (2018, p. 74) nos explicam que Marx e Engels romperam com a tradição liberal que isentava o conflito de classes na relação sociedade e Estado. Esses autores afirmam que o Estado é ao mesmo tempo, produtor e produto da sociedade de classes, ou seja, no sistema capitalista, o Estado é sempre um Estado de classes, visto que ele é resultante da apropriação privada pela classe proprietária da riqueza produzida socialmente pelos trabalhadores e da necessidade de perpetuação dessas relações. Sendo assim, os filósofos Marx e Engels (2007) dizem o seguinte sobre este tema:

A burguesia por ser uma classe, não mais um estamento, é forçada a organizar-se nacionalmente, e não mais localmente, e a dar ao seu interesse médio uma forma geral. Por meio da emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado se tornou uma existência particular ao lado e fora da sociedade civil; Mas esse Estado nada mais é do que a forma de organização que os burgueses se dão necessariamente, tanto no exterior, como no interior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses. (MARX; ENGELS, 2007, p. 75)

Sonia Mendonça (2012, p. 347) nos explica que são inúmeras as formas de definir o Estado, que no senso comum por hora este é visto como uma agência burocrática, por outra como uma figura notória da administração pública, estas duas compreensões, segundo a autora, representam a coisificação deste conceito, visto que por advirem de operações teórica implícitas, não nos permitem compreender no que o Estado e sua dinâmica consistem. Logo em seguida, a mesma autora ainda diz:

O conceito de Estado na matriz liberal parte de dois princípios-chaves. O primeiro, que seu estudo deve decorrer do direito, e o segundo, que esse direito fundamento do próprio Estado, pertence ao domínio da natureza, assim como os demais fenômenos sociais. Contrapondo-se a noção de direito divino, em voga quando de suas formulações iniciais, os pensadores da matriz liberal contrapunham a transcendência de Deus a centralidade do homem no universo, tornando-o responsável por suas ações e modos de vida. (MENDONÇA, 2012, p. 348)

A autora ainda nos explica que, para a matriz liberal, a sociedade era composta por indivíduos com natureza egoístas e agressivas, essa forma instintiva de se viver gerariam constantes conflitos e guerras devido a esses instintos indomáveis. Mendonça (2012) afirma que para os liberais a forma de conter essa tendência se daria por via de um contrato social, fundador do próprio Estado, este que garantiria os direitos fundamentais como a vida e a propriedade.

Nessa perspectiva, segundo essa autora, o Estado assume aspectos ambivalentes, pois apresenta-se como um sujeito que regula todos sob a mesma forma e de modo neutro e ao mesmo tempo assume o monopólio da violência para conter manifestações, mantendo o contrato entre governante e governados.

A matriz marxista vai se opor a essa teoria de estado entendendo que sua origem deriva da propriedade privada onde a classe dominante se apropria

dos meios de produção e torna a classe dominada sua força de trabalho para produção de mercadorias. O Estado exerce então por meios de leis e da violência a manutenção destas relações de dominação, assegurando que a classe trabalhadora se mantenha em seu lugar de subalternidade.

Nos ancoramos em uma das várias correntes do marxismo que realiza uma discussão sobre a concepção de Estado, o intelectual Antônio Gramsci, que viveu sob as grandes transformações do início do século XX e com isso teve a oportunidade de se debruçar sobre a configuração do Estado ocidental capitalista e sua complexidade, ele assim supera as abordagens economicistas sobre o tema. Para Gramsci (2007), o Estado não é o sujeito e nem objeto, é uma relação social:

Nesse sentido, o Estado não deve ser tomado nem como Sujeito, nem como Objeto, afirmando-se como uma condensação das relações sociais e, justamente por isto, que tem que ser visto como atravessado pelo conjunto das relações de classes existente na própria formação histórica, incorporando, em si mesmo, os conflitos vigentes na sociedade em geral. Gramsci, ao recuperar para a reflexão os conceitos de sociedade política e sociedade civil, sobretudo esse último, também opera sua redefinição e, ao fazê-lo recria um conceito de Estado, que engloba tanto a uma quanto a outra, em permanente interação e interconexão. (MENDONÇA, 2007, p. 14)

Gramsci (2007) irá criar então o conceito de Estado ampliado, ele resgata a matriz marxista incorporando dentro desta os componentes da sociedade civil e da sociedade política, esses que como ele nos explica estão em uma constatare inter-relação.

Antônio Gramsci estará observando a capacidade de uma classe se manter no poder justamente por ser capaz de ir para além de seus interesses particulares e, assim, conseguir realizar a direção moral e intelectual desta sociedade. Desse modo, essa classe dirigente desempenha sua função de hegemonia, conceito esse imprescindível para compreendermos a noção de Estado a partir do pensamento Gramsciniano.

1.3 Gramsci e o Conceito de Hegemonia

O Termo Hegemonia tem sua origem advinda da Grécia, ao reportar-se a autoridade militar¹⁷, que se preservou no sentido de caracterizar o predomínio militar e autoridade de um país sobre outro. É tomado então como conceito, segundo Pronko e Fontes (2012), no interior da tradição marxista a partir da revolução Russa, dado ao papel hegemônico do proletariado e a necessária aliança com a classe do campesinato.

Neste sentido Vladimir Lenin incorpora tal conceito para pensar a importância da consciência proletária e ao mesmo tempo a direção da luta revolucionária e a necessidade de envolvimento da massa de trabalhadores nesta. Será Antônio Gramsci, importante intelectual e jornalista italiano, o qual se filia entre os grandes teóricos da tradição marxista, que irá reformular e aprofundar esse conceito.

A história intelectual de Antônio Gramsci é marcada por um intenso percurso de militância e dedicação a causa socialista, pois ele nasceu no ano de 1891 na Itália, período pelo qual emergem na Europa um grande movimento da classe trabalhadora e da formação dos partidos socialistas. O intelectual citado acima ingressa na universidade de Turim e, posteriormente, se filia ao Partido Socialista Italiano (PSI), local em que começa a escrever artigos para jornais socialistas como o jornal *Ordine Nuovo*.

Gramsci nasce sob uma Europa efervescida, ele vive a primeira guerra mundial, ajuda a fundar no ano de 1921 o Partido Comunista Italiano (PCI), onde irá lutar para transforma-lo em um partido popular, enfrentando assim as tendências sectárias, o mesmo foi eleito deputado ao mesmo tempo que o fascismo ascende neste país e, com isso, foi preso e condenado a 20 anos de prisão. Suas maiores elaborações organizadas nos intitulados cadernos de cárceres se deram sob difíceis condições de saúde. Ele falece dois anos após sua saída da prisão de uma hemorragia cerebral no ano de 1937.

Segundo Emir Sader (2012, p. 2), Gramsci nasce sob o contraste entre sua origem camponesa e o desenvolvimento industrial do norte da Itália, onde passou a residir. Essa condição o fez refletir acerca da indispensável

¹⁷ Idem Dicionário de Educação do Campo: Pronko, Fontes (2012, p. 389).

necessidade da aliança operário-camponesa como vetor social na luta pelo socialismo.

Observa-se assim que Gramsci desde cedo assume uma perspectiva nacional popular como projeto para Itália. O mesmo também tinha preocupações devido a necessidade da classe operária se assumir como dirigente político da luta e, daí, deriva sua dedicação em pensar a concepção da cultura e da ideologia como componentes permanente de sua prática.

O mesmo teve a oportunidade de ver eclodir a revolução Russa e com isso aprendeu desde essa experiência que as revoluções não seguem uma cronologia etapista obedecendo o desenvolvimento das forças produtivas como os sociais democratas da época defendiam. Em 1919, o mesmo a partir de sua participação ativa na luta dos trabalhadores de Turim, propõe a organização de base desta classe a contar de conselhos operários.

Neste sentido que Gramsci carrega consigo durante sua vida inteira a preocupação com formação dos sujeitos da revolução que são os trabalhadores, e é nesta perspectiva da necessidade real de espaços para a elaboração da hegemonia do proletariado onde ele se situa dentro do aparato estatal, mas que ao mesmo tempo se isola desta relação.

Sader (2012, p. 8) nos explica que Gramsci desenvolveu umas de suas maiores contribuições para pensarmos a luta anticapitalista, essa contribuição é oriunda de seus estudos acerca das diferenças entre as sociedades do centro do capitalismo e as situadas na periferia. Para ele, faz-se necessário compreender os fundamentos do poder em cada um destes tipos de sociedade. E daí deriva o conceito de hegemonia, justamente por essa compreender o processo necessário de dominação que se dá no terreno da força e do convencimento.

Luciano Gruppi (1978), importante intelectual Italiano que estudou profundamente as obras de Gramsci, busca na obra intitulada *O conceito de hegemonia em Gramsci* recuperar a perspectiva deste autor referente a tradição marxista, visto que por muito tempo perdurou entre análises de muitos cientistas políticos a não filiação de Gramsci na perspectiva marxista.

Gruppi (1978) enfatiza que a formulação teórica de Gramsci é um suposto da obra de Marx, mas que é a Lenin que este toma como referência. Nesse sentido, VIANA¹⁸ (1978) nos situa nesta discussão:

Não é a Marx que esse intelectual italiano visa desenvolver, e sim a Lenin, precisamente o pensador que determinou o campo e a forma de ação do príncipe moderno. De nossa parte sugerimos que Marx estabeleceu para ele os supostos epistemológicos de sua reflexão e, sobretudo, a teoria do modo de produção capitalista. Gramsci não seria inteligível sem essa externalidade a conformar seu marco de referência conceitual, que nele surge como um “dado”, um patamar já conquistado sob o qual constrói sua contribuição. (GRUPPI, 1978, p.6 , apud VIANA, 1999)

Neste sentido que a singularidade da obra de Gramsci se empenhou a um estudo acerca dos fenômenos superestruturais, tal como a política e a cultura como um sistema de valores da ordem capitalista.

Gruppi (1978) nos ajuda a compreender os momentos pelo qual fica explicitado a influência de Gramsci a partir do pensamento de Lenin ao entorno desta temática. Ele nos narra que o autor ainda jovem no ano de 1918 saúda o advento do triunfo da revolução Russa. É nesta ocasião que este enfatiza a importância dos elementos subjetivos da política e da organização, traçando críticas contundentes ao determinismo mecanicistas do marxismo dado a contaminação desta análise pelo positivismo e o naturalismo.

Gruppi afirma que mesmo que em sua fase juvenil Gramsci tivesse alguns equívocos, essas passagens refletem sobre a repulsa que o mesmo tinha acerca das posições reformistas da segunda Internacional que com “seu teor grosseiro e positivista negavam a presença do elemento subjetivo na revolução proletária”.

O autor, citado acima, nos chama a atenção para o fato de que mesmo que as questões colocadas obtivessem um grau de posição subjetivista e voluntarista, Gramsci desde aí compreendia como a revolução de outubro havia sido a crítica viva de diversas interpretações que se firmavam na II internacional e no Partido Socialista Italiano. “*é preciso reafirmar a função do*

¹⁸ Viana (Prefácio, apud GRUPPI, 1978) na obra: *O conceito de Hegemonia em Gramsci*, Ed. Graal, Rio de Janeiro.

*sujeito revolucionário e liberar-se de uma concepção do marxismo como determinismo social*¹⁹.

O segundo momento pelo qual Gramsci se articula diretamente as elaborações de Lenin se refere já em um contexto pelo qual se encontra na prisão e apresenta elaborações acerca de alternativas estratégicas, referindo-se aos acontecimentos de 1917, assim ele elabora sobre a guerra de posição e guerra de movimento.

Gruppi (1978, p. 10) nos explica que os acontecimentos daquele ano teriam anulado na Europa a possibilidade de um estado se ver apropriado e mantido por um movimento fulminante comandado pelo príncipe moderno²⁰, *“assinariam uma reviravolta decisiva na história da arte e da ciência política”*. É considerado plena a articulação de Gramsci com Lênin, justo porque ele afirmava que nos estados capitalistas avançados a sociedade civil teve significativas transformações, esta por sua vez complexas e resistentes ao que ele denomina como *“irrupções catastróficas”* do elemento econômico imediato e suas super estruturas no que lhe respeita tem a função de *“trincheiras na guerra moderna”*.

Desta forma analisa-se que Gramsci se embasa em Lenin e visualiza a necessidade de estudar a fundo os componentes da superestrutura contida na sociedade civil a partir de uma análise concreta da cultura, das instituições, dos valores daquela sociedade em especial a da relação com o aparelho de Estado.

Gruppi (1978) localiza, em seu trabalho, a começar dos escritos de Lenin, a primeira vez em que este cita a palavra hegemonia, isso ocorreu segundo o autor no ano de 1905:

Segundo o ponto de vista proletário, a hegemonia pertence a quem se bate com maior energia, a quem se aproveita de toda ocasião para golpear o inimigo, pertence aquela cujas palavras correspondem os fatos e que, portanto, é o líder ideológico da democracia, criticando-lhe qualquer inconseqüência. (Lenin opere complete, ed. Cit., p. 66).

¹⁹ Ver texto: Gramsci e a revolução de outubro. Cap. IV.

Nesta perspectiva que o autor destaca que, tanto em Gramsci quanto em Lenin, há um elemento decisivo na compreensão de hegemonia, isto é, necessariamente precisa haver unidade entre teoria e ação, a hegemonia não ocupa um lugar restrito a direção política, mas também como direção moral, cultural e ideológica.

As condições objetivas que o processo revolucionário Russo vivera no início do século passado exigiram que o proletariado revolucionário se aliasse a burguesia para derrota do Tzar, neste quadro real coube enquanto tarefa histórica a esse sujeito construir a hegemonia frente a essa aliança tática. Neste sentido visualiza-se que há diferenças entre Lenin e Gramsci, o primeiro fala em hegemonia enquanto a função dirigente, e o segundo, para além da capacidade de direção, refere-se simultaneamente a direção e dominação.

Sem abandonar o conceito leninista de hegemonia, Gramsci avança para uma elaboração desde a análise acerca das sociedades capitalistas modernas, que tem especificidades de atuação da burguesia, Fontes e Pronko (2012) trazem presente que o autor toma a sociedade Italiana como exemplo, nesta uma classe mantém seu domínio não somente pela via da força, mas por sua capacidade de superar seus interesses corporativos para assim poder exercer uma direção intelectual e moral, eis que surge então o adensamento do conceito de hegemonia.

No caso italiano, Gramsci tinha sua preocupação desde sua militância no PCI na formação do operariado, visto que a teoria revolucionária não era apreendida por estes, ficava restrita aos quadros pequenos burgueses que tinham acesso ao estudo e a literatura revolucionária desta época, e neste sentido que ele criticava e combatia arduamente a concepção do marxismo vulgar e reafirmava a função do sujeito revolucionário.

O proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida que consegue criar um sistema de alianças de classe que lhe permite mobilizar contra o capitalismo e o estado burguês a maioria da população trabalhadora; o que significa na Itália, que pode fazê-lo na medida que consegue obter o consenso das amplas massas camponesas. (Gruppi, apud Gramsci, La questione meridionale, p. 58)

Nesse sentido, verificamos nessa passagem de Gramsci, referindo-se a questão da necessidade do proletariado se unir a classe camponesa na região

meridional da Itália, levando em consideração que esses camponeses eram disputados por frações de grandes proprietários de terra nesta região. Podemos extrair os elementos que nos remetem a considerar que a hegemonia necessariamente requer um processo de alianças de classe, e que ao mesmo tenha unidade na luta que requer a produção de consenso e isolamento do adversário, no caso citado, o capitalismo e o estado burguês.

Mendonça (1996), como já vimos na seção anterior, nos situa na discussão de hegemonia a partir da compreensão do conceito de Estado ampliado, desenvolvido por Gramsci: O Estado seria o produto das múltiplas interconexões entre sociedade civil e sociedade política, num permanente movimento de pressão e contrapressão que visam buscar o consenso, atribuindo o projeto e/ou visão de mundo de um determinado grupo, por parte de todos os demais a ele “submetidos”.

Fontes e Pronko (2012) corroboram com essa afirmação enfatizando que Gramsci foi capaz de compreender as questões internas da classe dominante devido a ampla concorrência da fase imperialista do sistema do capital, ao mesmo tempo que há mudanças nas condições da luta de classes ao crescente processo de participação política como a criação dos partidos de massa e sufrágio universal, o que vai representar mudanças qualitativas na estruturação e na dinâmica das relações de poder.

Partindo destes pressupostos que Gramsci amplia sua concepção de Estado, visto que para ele este não se reduz a aparelhagem estatal, ou seja, a sociedade política. O estado ampliado congrega também a função de dominação e direção do conjunto da sociedade, por isso a sociedade civil tem um papel fundamental neste processo conforme relata Gramsci (1978):

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil”. (Isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, a função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e “aquela de domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. (GRAMSCI, 1978, p. 9).

Gramsci analisa o movimento da ideologia das classes dominantes em relação as classes subalternas, ele percebe que essa ideologia advém de

vários canais, e por esses canais que ela constrói a própria influência ideal, seja consegue a capacidade de imprimir nos subalternos a consciência dominante, essa capacidade de plasmar a consciência e dominar a coletividade geral se configura como hegemonia. É essa a tarefa de toda a concepção dominante. De acordo com Gruppi (1978):

A hegemonia é isso: Capacidade de unificar através da ideologia e conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcados por profundas contradições de classes. Uma classe é hegemônica, dirigente e dominante, até o momento em que através de sua ação política ideológica, cultural consegue impedir que o contraste entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve a recusa de tal ideologia, fato que vai coincidir com a crise política das forças no poder. (GRUPPI, 1978, p. 70).

O autor apresenta alguns canais de disseminação destas ideologias, que contribuem para a corporificação da hegemonia, tais como a escola, os jornais, a religião, o exército, etc., estes situados na sociedade civil, daí a percepção que neste espaço que se situa a arena principal da luta de classes, visto que é o espaço privilegiado de exercício da função hegemônica, dado que essas organizações cumprem o papel de elaborar seus valores e vontades; e as disseminam para o conjunto da sociedade, garantindo assim seu convencimento, ou seja, um processo de dominação.

Neste sentido que a hegemonia é compreendida como uma relação pedagógica, o estado nacional tem a função de educar a sociedade a partir da produção de sentidos, isto é, de ser e estar no mundo. Neves (2005) enfatiza que:

O estado educador, como elemento da cultura ativa, deve servir para determinar a vontade de construir, no involucro da sociedade política, uma complexa e bem articulada sociedade civil, em que o indivíduo particular se governe por si sem que, por isso esse autogoverno entre em conflito com a sociedade política tornando-se, ao contrário, sua normal continuação, seu complemento orgânico. (NEVES, 2005, p. 26).

Gramsci (2007) estabelece em seus estudos uma preocupação de compreender os elementos que explicam as relações sociais, entre homens e o meio, ele enfatiza que tais relações nunca são homogêneas e estáticas, pois cada momento histórico produz diferentes relações sociais. Neste sentido que

o componente da cultura esteve no centro de seus estudos. É nos cadernos do cárcere que ele irá expor profundamente tal discussão:

O que significa dizer que uma certa ação, um certo modo de viver, um certo comportamento costume são “naturais”? Ou que eles, ao contrário, são “contra a natureza”? [...] É preciso desde logo estabelecer que não se pode falar de natureza como algo fixo, imutável e objetivo [...]. A “natureza” do homem é o conjunto das relações sociais, que determina uma consciência historicamente definida; só está consciência pode indicar o que é “natural” ou “contra a natureza”. Além disso: o conjunto das relações sociais é contraditório a cada momento e está em contínuo desenvolvimento, de modo que a “natureza” do homem não é algo homogêneo para todos os homens em todos os tempos. (GRAMSCI, 2007, p. 50-51).

A concepção de cultura do pensador italiano, além de buscar superar o senso comum das massas, pretende “elevar intelectualmente as camadas populares” e fazendo surgir dela seus próprios intelectuais. Por isso, ele se dedicou a realizar um estudo sobre o papel dos intelectuais na organização da cultura, o que nos remete a apreender desde seu pensamento que todo grupo dominante, a partir de seu momento histórico vivido, possui seus intelectuais:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: O empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito. (GRAMSCI, 1978, p. 4).

Neste mesmo sentido que o autor irá afirmar que o empresário representa uma elaboração social superior, pois possui uma capacidade dirigente e técnica (Isto é, intelectual), assim ele deve possuir capacidades técnicas vinculadas a economia, mas também capacidade em organizar massas de homens, deve ser um organizador dos investidores em suas mercadorias.

Nesta perspectiva que o autor irá distinguir o intelectual na sociedade burguesa, visto que diferentemente do intelectual tradicional, caracterizado por ter um nível cultural elevado, Gramsci entende que o intelectual moderno tem como função de: *“organizar e dirigir a sociedade em geral, em todos o seu*

complexo organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar condições mais favoráveis à expansão de sua classe". (GRAMSCI, 2000, p. 53).

Gramsci (1978, p. 4) irá afirmar que os empresários devem possuir capacidade de organização geral de toda a sociedade, isso inclui todo complexo de organismos e serviços, incluindo o estatal, visto que se faz necessário para a expansão da própria classe. Neste processo se criarão os intelectuais orgânicos, aqueles que desempenharão funções específicas em cada setor, sempre sob a luz desses intelectuais dirigentes.

A respeito do conceito de intelectuais, Gramsci, irá problematizar a distinção entre intelectuais e não intelectuais, e afirmará que mesmo nas condições de um trabalho físico, os operários exercem por menor que seja uma qualificação técnica, isto é, o mínimo de atividade intelectual criadora.

Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual. Não se pode separar o *homo faber* do *Homo sapiens*. Em suma, todo homem fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um "filósofo", um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim, para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é, para promover novas maneira de pensar. (GRAMSCI, 1978, p. 8).

Gramsci reconhece todo ser humano como intelectual, ele irá trabalhar desde o jornal *Nuovo Ordine* buscando elucidar as novas formas do intelectualismo e ao mesmo tempo seus novos conceitos, neste sentido ele está pensando na necessidade da formação dos trabalhadores, como intelectuais que devem se formar a partir da vida prática e do domínio das esferas técnicas e políticas para atingir o nível de direção.

Desta maneira Gramsci (1978, p. 9) salienta que a caracterização de um grupo social que se desenvolve no sentido do domínio, diz respeito a sua luta pela assimilação e pela conquista "ideológica" dos intelectuais tradicionais, essas que ao entender do autor são mais eficazes e rápidas, quanto mais o grupo em questão elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos.

Nesta perspectiva que ele irá tratar a escola em sua construção histórica desde o período medieval como um espaço privilegiado para a formação de intelectuais, justamente pela sua capacidade de formação em distintas

especializações. Gramsci entende que a complexidade da função intelectual é medida justamente pela quantidade de escolas especializadas.

O autor enfatiza que a relação dos intelectuais e o mundo da produção não é realizado diretamente, ela se dá mediada por um conjunto de grupos que se situam na superestrutura onde os intelectuais desempenham papel de funcionários.

Até aqui, compreendemos que a hegemonia é conquistada por determinado grupo social a partir de sua capacidade de domínio tanto do ponto de vista técnico no mundo da produção, mas também da perspectiva política por sua capacidade de direção, pois imprimem em toda a sociedade o seu projeto, esse grupo, por sua vez, para garantir tal dominação, necessariamente atua no mundo da cultura e da formação de intelectuais orgânicos especializados. Para Gramsci (1978), esse processo é estabelecido na relação da sociedade civil (superestrutura) e sociedade política (Estado), como podemos ver a seguir:

Essas funções são precisamente organizativas e conectivas, os intelectuais são os comissários do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político isto é: 1) do consenso espontâneo dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce "historicamente" do prestígio, e, portanto, da confiança que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção. 2) aparato de coerção estatal que assegura "legalmente" a disciplina dos grupos que não "consentem" nem ativa nem passivamente, mas que é constituída para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise, no comando e na direção, nos quais fracassa os consensos espontâneos. (GRAMSCI, 1978, p. 11)

A abordagem de Gramsci sobre hegemonia, nos permite compreendê-la como resultante do processo de dominação de classes que, por sua vez, nos explicam que os conceitos de Estado, hegemonia e cultura estão imbricados no processo de dominação de classe e reprodução social, nos chama a atenção para o papel das organizações que desde a sociedade civil atuam constantemente na conformação da sociedade a partir de seus interesses particulares.

Nesta perspectiva que, no momento atual, compreendendo o aprofundamento de nossa sociedade a datar dos preceitos da sociedade

neoliberal, se faz necessário entendermos como esta sociedade produz seu processo de dominação e conformação da hegemonia.

Entendemos assim que Ascensão das ideias e políticas neoliberais configuram um profundo dismantelamento de políticas públicas historicamente conquistadas pela classe, bem como uma nova configuração do papel da escola para a sustentação dessa nova ordem, portanto a conformação de um ideário de valores e crenças neoliberais estão em pleno curso dada as condições pelo qual estamos vivendo no atual momento.

1.4 Estado Neoliberal e Hegemonia

No atual momento histórico pelo qual vivemos, em especial no contexto brasileiro, as classes dominantes impõem a agenda neoliberal e o Estado, como podemos verificar nas seções anteriores, organiza essa classe de forma que tais políticas sejam implementadas a partir dos seus interesses.

Na arena de disputas que se dão no interior do Estado, podemos verificar que a partir de 2016 as classes dominantes ao golpear a democracia e derrubar a presidenta Dilma Rousseff impõe com muita força o modelo neoliberal.

David Harvey (1996, p. 16) nos explica o contexto prévio que deu origem a virada neoliberal na década de 1970. O autor traz presente que a reestruturação das formas de estados e das relações internacionais pós-segunda guerra mundial tinham o intuito de impedir as condições que desencadearam a crise de 1930, nesse sentido se fez necessário firmar acordos entre trabalhadores e capitalistas. Esses acordos em boa medida combinaram as esferas do Estado, mercado e instituições democráticas que deram espaço para a construção do Estado de bem estar social.

Nesse mesmo sentido instituições como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional Organização das Nações Unidas tiveram o papel de ajudar estabilizar as relações internacionais. *“O livre comércio de bens foi incentivado sob um sistema de câmbios fixos escorado na convertibilidade do dólar- americano a um preço fixo”*. (HARVEY, 1996, p. 17).

Harvey(1996) nos explica que o câmbio fixo era incompatível com os livres fluxos de capital que necessariamente precisavam ser controlados, para

isso os Estados Unidos haveriam de permitir os fluxos da moeda para além das fronteiras, pois precisava que o dólar funcionasse como moeda global. É importante salientar que esse sistema funcionou com a proteção militar norte americana.

Harvey (1996, p.16) afirma que no período pós-segunda guerra mundial, o modelo de Estado adotado por diferentes países da Europa, pelo Japão e pelos Estados Unidos tinham em comum a aceitação de que o Estado deveria concentrar-se no pleno emprego, no crescimento econômico e no bem estar de seus cidadãos, e de que o poder do Estado, por sua vez, também deveria atuar nos processos de mercado e para atingir seus fins poderia intervir; essa forma de atuação é caracterizado pelo Keynesianismo.

Essa forma de organização político-econômica é hoje denominada normalmente “liberalismo embutido”, para sinalizar como os processos de mercado e as atividades empreendedoras e corporativas vieram a ser circundados por uma rede de restrições sociais e políticas e um ambiente regulatório que às vezes restringiu, mas em outros casos liderou a estratégia econômica industrial. O planejamento liderado pelo estado e em alguns casos a posse pelo Estado de alguns setores chaves (carvão, aço e automóveis) não foi incomum (por exemplo, na Grã-Bretanha, na França e na Itália. O projeto neoliberal busca desvencilhar o capital dessas restrições. (HARVEY, 1996, p. 18).

Ao final da década de 1960, esse modelo do liberalismo embutido entra em crise devido aos sinais de uma super acumulação de mercadorias “o desemprego e a inflação se ampliavam em toda parte desencadeando uma fase global de “estagflação” que duraria por boa parte dos anos de 1970”. (HARVEY, 1996, p. 19).

Desta maneira, o advento das ideias neoliberais se proliferou, na década de 1970, com o objetivo de expandir o capital trazendo consigo novas formas que, por sua vez, permitissem reconfigurar o imperialismo. O cenário de surgimento dessas ideias se dá em um momento aonde se expandem no contexto europeu uma crise no modelo de Estado de bem estar social a partir dos partidos sociais democratas, a queda do muro de Berlim que simboliza o fracasso do modelo socialista, e, também, junto a isso o fim da guerra fria.

Dentre os principais pensadores deste modelo estão Friedrich von Hayek, considerado o proponente da sua base filosófica e econômica ainda no século XIX dentre outros²¹, Milton Friedman (1977) advindo da escola de Chicago que destacou-se enquanto pensador e divulgador deste modelo exercendo papel de professor, onde recebeu o prêmio Nobel de economia no ano de 1976 que teve forte influência no governo de Pinochet no Chile, país que serviu de laboratório para a concretização deste modelo na América Latina.

Um governo que mantenha a lei e a ordem; defina os direitos de propriedade; sirva de meio para a modificação dos direitos de propriedade e de outras regras do jogo econômico; julgue disputas sobre a interpretação das regras; reforce contratos; promova a competição; forneça uma estrutura monetária; se envolva em atividades com relação ao monopólio técnico e evite os efeitos laterais considerados como suficientemente importantes para justificar a intervenção do governo; suplemente a caridade privada e a família na proteção do irresponsável, quer se trate de um insano ou de um louco; - um tal governo teria evidentemente, importantes funções a desempenhar. (FRIEDMAN, 1977, p. 38).

Como percebemos as ideias dos neoliberais consistem em dar ao estado a missão de garantir a ordem e a proteção da propriedade. Além disso, atuar em áreas pelas quais não interfiram e interessem ao mercado, neste sentido que é considerado um estado mínimo.

Para Katz (2016, p. 81) o neoliberalismo atua de forma a convergir-se com o internacionalismo da economia. Há com isso uma fragmentação mundial dos processos de fabricação e transferências da indústria para o oriente, isso consolida a primazia de empresas transnacionais. As Grandes empresas utilizam as normas do livre comércio e as baixas taxas para desenvolver intercâmbios entre suas filiais. Esses movimentos sustentam além disso, a globalização financeira e o fluxo vertiginoso de capitais entre vários países.

O autor, citado acima, reflete que os resultados deste modelo, desde meados da década de 1970, resultam na diminuição dos rendimentos da população, na capacidade de consumo e intensificação da deterioração ecológica sob riscos de grandes desastres ambientais.

²¹ Considerados maiores pensadores do neoliberalismo : Ludwig Von Mises, Friedrich A. Hayek, Margareth Tacher dentre outros.

Katz (2016 p. 83) ainda afirma que a América Latina atravessara duas etapas do neoliberalismo, a primeira, na década de 1980, prevaleceram as reformas de primeira geração com ajustes anti-inflacionários, já na segunda etapa predominou o consenso de Washington com transformações complementares, flexibilização do trabalho e privatizações.

O resultado dessas décadas de neoliberalismo, segundo o balanço de Katz (2016), se deu de forma que o mesmo pretendia reverter o baixo crescimento, no entanto manteve um reduzido nível de crescimento na economia. Além disso, pretendia-se eliminar crises cambiais e agravaram-se os problemas, buscava-se erguer uma plataforma duradoura de investimentos, mas houve uma acentuação na distância entre a região e os países que aumentaram seu desenvolvimento.

Mesmo com todos esses resultados, esse modelo de economia para a sociedade cresce nesta conjuntura atual pelo qual o Brasil se insere, nesse sentido, compreendemos que uma série de políticas ditas “amigáveis” que estão postas na relação do Estado e da economia, estão se dando mediante aberturas comerciais, privatizações e flexibilizações dos contratos de trabalho. Como nos salienta Katz (2016): “*o mesmo receituário persiste, com uma nova embalagem de apresentação*”. (KATZ, 2016, P. 88).

Portanto, no próximo capítulo buscaremos estabelecer um diálogo com diferentes autores desde a perspectiva crítica de educação acerca da ofensiva do movimento dos empresários em relação à educação pública, visto que estão imbuídos do projeto neoliberal em sua grande estratégia.

CAPÍTULO II - A Educação do Capital e a agenda dos empresários para a Educação Pública

Neste capítulo buscaremos analisar e estabelecer um diálogo acerca do movimento de dominação da educação pública estabelecido pelo viés da agenda do capital a partir dos empresários e a materialização destes movimentos enquanto uma organização política que disputa a educação pública.

De antemão é importante destacarmos a partir do que discutimos no capítulo um deste trabalho, que o modo de produção capitalista pelo qual estamos inseridos constrói suas bases de dominação também a partir do mundo da cultura, nesse sentido desde os primados do desenvolvimento desse modo de produção intelectuais dessa classe estiveram preocupados na formação dos trabalhadores, a exemplo do filósofo John Locke.

Compreendemos a partir dos escritos de Garcia, (2012, p.47) que este liberal do século XVII teceu propostas de educação a partir de cartas que escreveu enfatizando que aos filhos da nobreza e da burguesia deveriam ser ensinados os conteúdos mais refinados, para os menos favorecidos, apenas o necessário para o desempenho de suas funções.

Da mesma forma o então considerado pai do liberalismo econômico do século XVIII Adam Smith segundo Maciel(2018, p.55), defendia que a educação deveria ser paga para o Estado justamente para expandir os elementos da sociedade capitalista, tal como rivalidade e concorrência entre os trabalhadores para que esses executassem com melhor qualidade seus serviços, aos que não tivessem condições de estudar o mesmo deveria ofertar conhecimentos considerados essenciais como a leitura, a escrita e a matemática.

Pode-se compreender a despeito do pensamento destes dois importantes intelectuais da burguesia que interessa a esse sistema dar ao trabalhador a instrução necessária para que esses sirvam como força de trabalho para reprodução do capital. Neste sentido que compreendemos que a cada tempo histórico a partir das transformações do sistema capitalista,

também renovam-se as suas formas de instituir a educação para os trabalhadores, assim nosso trabalho buscou compreender alguns elementos históricos e econômicos que dão base para analisarmos a ofensiva empresarial na educação pública na atualidade.

As conferências de uma **Educação para Todos** ocorridas no início da década de 1990 são um marco que revelam a intencionalidade dos organismos internacionais para educação das classes trabalhadoras no mundo, assim podemos afirmar que esses marcos são datados a partir das conferências de Jomtien (1990), Nova Delhi (1993) e o Marco de Ação de Dakar (2000).

Para Rabelo (2009) as discussões e deliberações expostas nas declarações das três conferências expressam a *minimização* do atual projeto de universalização do ensino básico, centrado numa ampla reforma da educação, dirigida, em última análise, aos interesses do mercado e à boa governança para o bem da reprodução do capital, diante de sua crise estrutural pelo qual passa.

A partir destes marcos construiu-se referências para educação do países de economias periféricas, desta forma essas elaborações culminaram em direcionamentos para um projeto de educação calcado em um planejamento administração e avaliação dos programas de educação, a declaração Jomtien de 1990 expressa os seguintes alianças a serem realizadas para assim garantir a meta:

[...] as articulações são necessárias em todos os níveis: do pessoal que trabalha em educação; entre os órgãos educacionais e demais órgãos de governo, incluindo os de planejamento, finanças, trabalho, comunicações, e outros setores sociais; entre as organizações governamentais e não-governamentais, com o setor privado, com as comunidades locais, com os grupos religiosos, com as famílias. Jomtien, 1999, p.6.

Rabelo(2009, p. 20) nos sintetiza em três pontos básicos a respeito dos princípios e concepções que orientam o então projeto Educação para Todos, o primeiro diz respeito ao atrelamento dessa proposta de educação a reforma do Estado articulada a crise do capitalismo na última metade do século XX, em segundo lugar os instrumentos internacionais de educação, a pedido do grande capital, projetaram uma reforma educacional de largo alcance com base na noção de crise educacional e de sua auto-solução e em terceiro lugar essa autora nos esclarece que a crise educacional é entendida como uma

defasagem entre as exigências do sistema produtivo globalizado e as possibilidades do sistema educacional, defasagem essa a ser sanada com base na vontade política, na cooperação.

Os Estudos de Leher (1999, p. 23) a respeito do papel do Banco Mundial nos países de terceiro mundo nos explicam que esse banco tornou-se uma espécie de ministério da educação dos países de periferia, impondo a pauta do Educação para Todos. Nesta perspectiva autor nos sustenta que:

O Banco dedica cada vez maior atenção à construção de instituições adequadas à *era do mercado*, de modo a ter recursos institucionais para “manejar” as contradições do sistema. A educação é radicalmente modificada, tornando-se cada vez menos politécnica (no sentido conferido por Marx) e cada vez mais instrumental: os conteúdos estão fortemente carregados de ideologias apologéticas ao capital e o debate educacional é pautado em grande parte pelos “homens de negócios” e pelos estrategistas políticos. LEHER(1999,p.23)

Neste horizonte compreende-se que nos debruçaremos a compreender quais são os interesses de fundo que configuram a pedagogia do capital em tempos atuais, neste sentido nos ancoramos na análise de Lúcia Neves (2012), que define o conceito aqui assumido de pedagogia da hegemonia:

Por pedagogia do capital, entendemos as estratégias de dominação de classe utilizadas pela burguesia a fim de obter o consentimento do conjunto da população para seu projeto político nas diferentes formações sociais concretas ao longo do desenvolvimento do capitalismo monopolista(capitalismo nos séculos XX e XXI) a estas estratégias de educação denominamos pedagogia da hegemonia. (NEVES, 2012, p539).

Para compreender os interesses dos empresários, na Educação pública brasileira, nas últimas duas décadas nos ancoramos nos estudos dos Intelectuais com Roberto Leher (2018), Luiz Carlos de Freitas (2018), Rodrigo Lamoza (2016) entre outros; visto que estes têm nos alertado sobre a nova agenda do capital que vem se estabelecendo no Brasil desde a década de 1990, onde nessa área o empresariado disputa ativamente as instituições públicas de Educação e imprime nelas os interesses de organismos internacionais como é o caso do Banco Mundial.

Ao mesmo tempo que refletiremos a partir de conceitos e categorias gramscianas, no que se refere à construção da hegemonia da classe

dominante capitalista, os mecanismos pelo qual essa classe se organiza e estrutura seu projeto de dominação.

Freitas (2018) em seus estudos acerca da Reforma Empresarial enfatiza o movimento global pelo qual o capital está atuando, recupera o debate da década de 1990 sobre as referências nacionais curriculares e evidencia a nova roupagem desta proposta a partir das atuais Bases Nacionais Comuns Curriculares que estão em pleno curso em vários países na atualidade.

Aquele debate sobre as referenciais nacionais curriculares dos anos de 1990 agora tem lugar em vários países sob a forma de “ bases nacionais comuns curriculares” no interior de um movimento global de reforma da educação que pede mais padronização, testes e responsabilização (accountability) na educação (Sahlberg, 2011) atropelando a diversidade e os estados nacionais, já que o capital financeiro rentista (criador do neoliberalismo) opera de forma supranacional. (FREITAS, 2018, p.12).

O autor, citado acima, questiona-se, em vários sentidos, em relação à intencionalidade destes reformadores da educação, perguntando-se qual seria a agenda embutida no retorno deste debate? Qual o significado da retórica deste movimento mundial que proclama reformas para que a educação seja de qualidade para todos? Qual seria essa qualidade? Quem são esses reformadores? O que de fato pretendem e quais meios esses estão atuando?

Em seu estudo Freitas (2018) contextualiza a reforma empresarial situando-a em uma conjuntura em que há um surgimento de uma “nova direita” neoliberal que se caracteriza por combinar o liberalismo econômico com o autoritarismo social, isso ocorre após a crise capitalista da década de 1970.

O “modo operandi” dessa nova direita não possui nenhum compromisso com a democracia, mas sim com a instauração do livre mercado, com isso esses novos reformadores colocam a educação pública em sua estratégia. Como objetivo final, esta nova direita visa a destruição total do sistema público de educação e de sua privatização.

Como método esses reformadores constroem a oferta educacional por meio dos denominados *vouchers*²², a exemplo do que ocorre nos Estados

²² *Vouchers* - Os Vouchers implantados nos Estados Unidos são tidos “ como uma opção dos pais escolherem a escola pelo qual os filhos devem estudar, por isso cabe ao Estado a oferta de recurso para que a família realize essa escolha, segundo Freitas os Vouchers são

Unidos é um dos métodos pelo qual o Estado paulatinamente faz a transição para a futura privatização, pois as famílias escolhem as melhores escolas, essas já gestadas pelo sistema privado e o Estado distribui recursos públicos para pagar estas instituições.

Nesta perspectiva, é que Freitas (2018) tece duras críticas aos sociais democratas desenvolvimentistas da terceira via²³ que defendem a publicização, que cria um dito “público não estatal”, no qual a escola é concedida à gestão privada e à propriedade continua sendo do Estado. Freitas (2018) enfatiza esse processo como terceirização, ou seja, um início de privatização, pois a partir dessa abertura do público para o privado inicia-se a criação de um mercado educacional.

Os mecanismos para realizar essa transição para a privatização se dão de forma a implantar no seio do sistema público de educação mecanismos de padronização como é o caso das bases comuns curriculares e a reforma do ensino médio que estão em pleno vigor, no caso brasileiro.

Esses novos reformadores representam para o sistema público de educação uma ameaça constante, visto que obedecem a uma lógica de adequação do sistema de ensino ditadas por organismos internacionais que visam cada vez mais expropriar os fundos públicos em prol da extração de lucro.

Freitas (2018) conclui, em sua análise, com a afirmação de que não é nada ética a implantação deste sistema no Brasil, visto que se configuram como fracassos em outros países como é o caso do Chile e dos Estados Unidos.

Estudos de Lamosa (2016 p.16) nos ajudam a compreender que na década de 1990 os organismos representantes do capital internacional já ditavam suas diretrizes para países de periferia destacando a necessidade de adequação do Ensino Superior as necessidades do capitalismo em

implantados em uma lógica de privatização da Educação “A função da privatização é acelerar a adoção do modelo empresarial como forma de organização da escola e inserir alunos, professores e gestores na lógica concorrencial do mercado, que aposta no desenvolvimento de uma concepção de educação voltada para o individualismo e a concorrência entre professores, alunos e escolas. Uma ideia nefasta que gera no âmbito da educação, como no mercado, ganhadores e perdedores em um espaço onde só deveriam haver ganhadores.

desenvolvimento. Assim, esses países deveriam investir mais no ensino superior da iniciativa privada, cujos entes deveriam, necessariamente, realizar cursos de curta duração e transferir, adaptar e divulgar conhecimentos gerados em outros países.

O mesmo autor, citado acima, afirma que no ano de 1996 houve um deslocamento da agenda do Banco Mundial devido à mudanças nas relações de produção ocorridos com a flexibilização das formas de trabalho, o que resultou na diminuição de emprego estável. Com isso, a partir de então, passou a pautar a modalidade do Ensino Fundamental como prioritária para os países de periferia.

Neste período o banco mundial determinou que os empréstimos aos governos fossem feitos somente nos casos que: (fossem implementadas políticas que tomassem como referencial o preceito das “parcerias” entre aparelho de Estado e organizações da sociedade civil. (MARTINS, 2009, p.61).

Como pano de fundo precisamos compreender, segundo Freitas, (2018 p.14), que para esses ditos “novos liberais” o liberalismo diz respeito à extensão do governo em relação à economia. Essa relação deve ser a mínima possível, já no que tange à democracia, ela se apresenta como desejável, no entanto não é uma necessidade vital ao neoliberalismo. Por isso, pensando o caso brasileiro, o Partido dos Trabalhadores foi derrubado com um golpe²⁴ de Estado em 2016.

Casimiro (2018) destaca que a disputa educacional pelo viés desta nova direita foi realizada intensamente nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e pela presidenta Dilma Rousseff entre (2003 e 2016), influências vieram de forças diversas como de partidos políticos, fundações, inserção na mídia, organizações sociais, institutos e associações; ampliando o apoio entre os setores do empresariados e políticos.

Os Estudos do Intelectual Roberto Leher (2018) explicitam a estratégia de dominação da classe dominante brasileira por meio do Movimento Todos pela Educação e ele nos aponta o seguinte:

²⁴ No ano de 2016 através de um ampla articulação política da direita brasileira articulada ao capital internacional a presidenta Dilma Rousseff foi deposta de seu cargo de presidenta da república através de um golpe de Estado.

Nos últimos anos, nós encontramos em espaços sofisticados, como os da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) e em bancos (...), vários eventos com consultores muito bem pagos que estão se dedicando a pensar a educação da classe trabalhadora de forma organizada, permanente e sistemática. Para isso, chegaram a constituir um movimento que abarca o conjunto da educação brasileira- sobretudo na educação básica, mas também com nexos na educação profissional chamado Movimento Todos pela Educação. (LEHER, 2018, p.53).

Segundo Leher (2018, p. 54, 55) a atuação do Movimento Todos pela Educação atua como um partido teorizado por Gramsci²⁵, representando os interesses da classe dominante e suas necessidades de reprodução do capital.

Para essa vertente, se o mundo é pautado pela concorrência, há que se preparar as crianças para competir nele como ele é. Nenhuma perspectiva de humanização ou transformação social é agregada aos processos educativos, daí seu caráter reacionário e conservador. (FREITAS, 2018, p.28).

Fazendo jus ao pensamento do empresariado a escola necessariamente necessita afastar-se do Estado, justamente porque o capital necessita sequestrar seu caráter público e imprimir nesta a lógica gerencial de uma empresa. Nas palavras de Freitas (2018) *“a educação vista como um serviço que se adquire e não mais como um direito”*.

E essa visão social que também embasa as “soluções” propostas pela engenharia da reforma empresarial na educação pensando a escola como uma “empresa”, a escolas de menor qualidade devem sucumbir as de maior qualidade, sendo fechadas. Os estudantes de menor desempenho devem sucumbir o de maior qualidade sendo barrados em sucessivos testes. Os professores de menor qualidade devem sucumbir os de maior qualidade, sendo demitidos. Tal como na empresa os processos educativos têm que ser “padronizados” e submetidos a “controle”. (FREITAS, 2018, p.29).

Para efetivar tais reformas, necessariamente há de construir uma ideia dominante de que o Estado é um mal gestor das Escolas, nesse sentido precisa adequar-se a novas medidas, essas medidas paulatinamente levam ao sistema de Educação ao processo de privatização. Neste sentido Freitas

²⁵Gramsci, Antônio. *Cadernos do cárcere*, v. 3. Carlos Nelson Coutinho et al,(Eds.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

(2018), cita algumas características globais que orientam essas reformas em vistas de eliminar a gestão estatal e abrir essas para o mercado empreendedor:

Padronização na e da Educação; b) Ênfase no ensino de conhecimentos e habilidades básicas dos alunos em leitura, matemática e ciências naturais, tomados como principais alvos e índices de Reformas educacionais; c) Ensino voltado para “resultados predeterminados, ou seja, para a busca de formas seguras e de baixo risco para atingir as metas de aprendizagem”, o que afeta a criatividade das crianças e autonomia dos professores; d) Transferência de inovação do mundo empresarial como principal fonte de mudanças; e) Políticas de responsabilização baseados em testes que envolvem processos de credenciamento, promoção, inspeção e, ainda, recompensa ou punição de escolas e professores; f) Um maior controle da escola com uma ideologia baseada no livre mercado que expandiu a escolha da escola pelos pais e a terceirização. (FREITAS, 2028, p. 28).

A partir destas características podemos inferir que esses objetivos, ao serem inseridos e materializados no sistema educacionais público, estarão abertamente tencionando para mudanças estruturais no que diz respeito ao papel do Estado em relação ao direito universal à educação, destruindo assim o sistema público.

Compreendemos que esse processo necessariamente precisa convencer majoritariamente esta sociedade de que a Educação Pública é um fracasso e que para “ajudar” a reverter esse cenário a iniciativa Privada precisa atuar nesses espaços públicos

Neste sentido, (Neves, 2005) apresenta as evidências da estratégia de uma educação para o consenso, onde a atuação de governos e sociedade civil passam a atuar nas seguintes direções:

Ações destinadas a redefinir o sentido da organização e participação historicamente construídas pelos trabalhadores, com o objetivo de assegurar o retorno ou permanência de significativas parcelas da classe no pano mais elementar do nível da consciência política coletiva, dificultando assim a compreensão crítica das relações sociais capitalistas. Ações dirigidas para apassivisar e/ou refuncionalizar o maior número possível de organizações de trabalhadores identificados historicamente com lutas pela ampliação de direitos e motivados por projetos alternativos de sociedade, visando diminuir as resistências e protestos contra a dinâmica capitalista, e por fim, Ações e estímulos de fortalecimento a proliferação de grupos de interesses motivados por bandeiras e demandas que não conflitam com a lógica central do sistema capitalista, incentivando o pluralismo sem identidade de classe.

A partir dessa perspectiva, Lucia Neves (2005) analisa a nova construção da pedagogia da hegemonia, que deve, por sua vez, apagar a ideia

de divisão de classes sociais no Brasil, sobretudo para impedir que a classe trabalhadora se organize e reaja as injustiças e desigualdades.

Silva (2018,p12) nos afirma que esse processo resultou em uma mudança no interior da classe burguesa intitulada “a direita para o social”, o que, por sua vez, se traduz na ampliação de empresários atuando sistematicamente em questões sociais.

E é nesse cenário que em meados dos anos 2000, um grupo empresarial funda um organismo que passa pautar a educação brasileira a partir dos interesses do empresariado e obedecendo a agenda dos organismos internacionais.

2.1 O Movimento *Todos pela Educação* e a organização dos empresários

Em meados da década do início deste século, o empresariado brasileiro funda um organismo projetado para pensar a educação do país e pautá-la a partir de seus interesses, esse movimento de caráter não governamental se traduz, atualmente, em uma das principais organizações da sociedade civil que a partir de sua organização passou a definir os rumos da educação brasileira.

Segundo Informações do site do Todos pela Educação TPE²⁶, essa organização sem fins lucrativos foi fundada no ano de 2006 em um grande evento promovido no museu do Ipiranga, mesmo lugar da proclamação da república. A afirmação do TPE a seguir realiza a justificativa da existência deste grupo organizado da sociedade civil.

Focamos em contribuir para melhorar a **Educação Básica no Brasil**. Para tanto, além de **avaliar criticamente** as ações dos governos e legisladores para a área, procuramos promover a **mobilização de atores-chave** do cenário nacional pela Educação, **monitoramos** continuamente os indicadores e as políticas educacionais e **produzimos conhecimento** que possa apoiar a tomada de decisão das diferentes esferas do poder público que impactam os rumos da Educação. (TPE, 2012, p.67).

A partir do discurso redigido pelo TPE fica implícito o caráter mobilizador desta organização enquanto um setor do capital que tomou a decisão de incidir organizadamente na disputa pelos rumos da educação do

²⁶ Site do Todos pela Educação, extraído da seção “Nossa História”, consultado no dia 24 de fevereiro de 2012 na página: https://www.todospelaeducacao.org.br/pag/quem-somos/#bloco_67.

país, pois se coloca tanto no papel de monitorar as ações desenvolvidas pelo Estado, avaliar e elaborar as próprias propostas de políticas públicas.

Ao mesmo tempo percebemos que essa organização atua enquanto uma grande articuladora da própria classe de empresários que nesses quase 14 anos de existência articula um grupo de mais de 32 grandes empresas no país incluindo nosso objeto de pesquisa em análise. A Tabela a seguir evidencia quem são os grandes grupos empresariais que compõe o TPE:

Tabela 2- Integrantes da Organização Todos pela Educação 2020.

Mantenedores	Apoiadores
Associação crescer sempre	Antonio Carlos Piponzzi
Daniel Goldbeg	Burger King
Família Kishimoto	Moderna
Fundação Bradesco	Fundação Roberto Marinho
Itaú Social	Instituto Cyrela
Fundação Leman	Instituto Votorantim
Flipp	Jair Ribeiro
Fundação Cecília Souto Vidigal	Marina Arnhold
Fundação Telefônica	Arredondar
Vivo	Patri
Fundação Vale	Persio Arida
Gol	Suzano
Instituto MRV	Shuolder
Instituto Unibanco	
Instituto Península	
Millu Vilela	
Suzano	
Prisma Capital	
Sheffer	

Fonte: Elaborada pela autora em 2021.

Assim, se configura o organismo Todos Pela Educação com a participação de representantes dos maiores grupos empresarial do país, dentre eles: o grupo Gerdau, o Banco Itaú, o Banco Bradesco, a Organizações Globo, etc.; além disso, os mesmos são citados como os maiores patrocinadores. A funcionalidade desse organismo se dá a partir de nove comissões, a principal delas é a ocupada pela direção executiva, essa é responsável para dar direção política e intelectual do grupo.

Pela pauta exposta pelo próprio organismo percebemos que o mesmo atua enquanto um partido de um determinado bloco empresarial do país, isto porque possuem um projeto político de sociedade e dão direção ao grupo de

acordo aos seus interesses. Nessa perspectiva, podemos analisar a atuação destes empresários, na sociedade, como intelectuais orgânicos do capital, visto que atuam na construção de consensos necessários para a perpetuação de seu projeto societário.

Gramsci (2001, p. 15 e 16) nos ajuda a compreender a categoria empresário enquanto um intelectual orgânico de sua classe:

O empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual) ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas também em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massas de homens, deve ser um organizador da “confiança” dos que investem em sua empresa, dos compradores de sua mercadoria etc.), se não todos os empresários, mas pelo menos a elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral em todo o complexo organismo de serviço, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar condições mais favoráveis a expansão da própria classe, ou pelo menos deve possuir a capacidade de escolher os “prepostos” (empregados especializados) a quem confia essa atividade organizativa das relações gerais exteriores a empresa. (GRAMASCI, 2001, P.15-16).

A partir do que nos explica Gramsci podemos compreender a intencionalidade da existência do organismo Todos pela Educação, bem como, a função dos intelectuais empresariais no direcionamento dos rumos da educação brasileira. Dessa maneira, ressalta-se que a missão do grupo em mobilizar outros setores da sociedade civil e, também, da política para se unir ao projeto que estes propõem.

Para construir um consenso sobre a própria existência e importância do TPE, necessariamente esse bloco produz um conjunto de narrativas sobre a educação pública, em especial sobre a suas fragilidades, Silva (2008) nos expõe sobre:

O grupo conclui que a “incapacidade” técnico e político dos governos na realização de políticas educacionais ao longo dos anos havia criado sérios problemas para o interesse do capital. Diante destas constatações, os empresários criaram o TPE com a missão de mudar o quadro educacional do país, principalmente no que se refere à qualidade na educação. O projeto denominado para impulsionar as ações do organismo foi nomeado “compromisso Todos pela Educação”. (SILVA, 2008, p. 4).

É a partir desse discurso que o organismo, desde sua gênese, elaborou 5 metas²⁷ que orientam a atuação do TPE:

Todas as crianças e jovens de 4 a 17 anos na Escola;
toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos;
todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano;
todo jovem de 19 anos com Ensino Médio concluído; e
investimentos em Educação ampliado e bem gerido;

À primeira vista, essas metas são legítimas e necessárias para o alcance de uma educação de qualidade em nosso país, no entanto, em segunda análise, verificamos que por trás da reivindicação de melhorias nas várias esferas da educação pública constam os interesses privados destas corporações empresariais.

Essas pautas, a partir da vasta articulação entre a sociedade civil e a política, avançaram ao ponto de transforma-se em política pública no ano de 2007, ao tempo que o Ministério da Educação transforma o Plano Nacional de Educação (PDE) nas reivindicações destas forças do capital, ou seja, assume o “compromisso todos pela Educação”.

Fica evidenciado, nesse processo, que a atuação do empresariado necessariamente precisa imprimir nos organismos públicos sua pedagogia, ou seja, construir a partir da escola pública um novo processo de socialização das crianças, de acordo com as mudanças ocorridas a partir do neoliberalismo; com isso a Escola é direcionada e monitorada a moldar a sua prática educativa para a formação de indivíduos que se adequem ao atual período do capitalismo.

E dessa maneira, é que a pedagogia das competências passa a ter um lugar expressivo nesta construção, Ramos (2012 p. 536) nos explica que essa pedagogia é caracterizada por um viés pragmático, atua nos sentido de gerir as incertezas, no mundo atual, devido ao reordenamento do mundo do trabalho.

“(…)a pedagogia das competências pretende preparar os indivíduos para adaptação permanente ao meio social instável da contemporaneidade. A pedagogia das competências pode ser compreendida como um movimento específico da pedagogia do capital sob a hegemonia do neoliberalismo. (RAMOS, 2012, p. 537).

²⁷ Extraído do Site Todos pela Educação: Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/pag/quem-somos/#bloco_67. Acesso em: 04 de mar. de 2020.

Assim, fica evidente que o mundo do trabalho sob as relações de produção capitalista define o projeto de educação, neste cenário neoliberal onde há uma enorme produção de desemprego, aumento da informalidade e da privatização em massa, o indivíduo necessariamente precisa ser educado a viver nessas instabilidades, e, por isso, há grandes investimentos no chamado educação para o “empreendedorismo”.

Nessa perspectiva, as escolas são tencionadas a adotar a pedagogia do aprender a aprender, ou seja, há necessidade de uma educação mais prática e menos literária e filosófica, por isso o abortamento de componentes curriculares nas áreas de História, Filosofia e Artes na nova Base Comum Curricular, base essa, também, orquestrada pelas demandas do bloco empresarial.

Com isso, nos questionamos sobre o papel da educação para uma visão crítica e de totalidade na sociedade, pois nessa perspectiva há toda uma intenção de individualizar cada vez mais a visão de mundo da população, impedindo sua identidade de classe, ou seja, inviabilizando a organização dos trabalhadores e uma possível organização destes contra o atual modelo de exploração.

Se pensarmos esse contexto em relação a Educação do Campo, vamos nos deparar com a mesma ofensiva, que talvez seja mais violenta, visto que é no campo brasileiro que ainda se encontram resistências organizadas diante de tantos desmontes da esfera pública. Nesse sentido, este trabalho também busca compreender como o empresariado chega à escola do campo e constrói sua hegemonia desde o chão das escolas.

2.2 – Os Empresários vão à Escola do Campo

A Educação do Campo nasce como uma reivindicação de organizações sociais do campo, em especial da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em meados da década de 1990. Essa política, em sua base originária, traz consigo arraigada a luta social de trabalhadores que afirmam o campo enquanto um lugar de resistências e lutas diante da ofensiva do capitalismo na agricultura. A construção de Política Social não está imune às contradições emergentes na sociedade, ela se dá no terreno da luta de classes.

No atual momento histórico pelo que passa nossa sociedade, compreendemos que os sujeitos da educação do campo perdem força no que tange aos espaços já conquistados enquanto política pública, visto que o capital representado por frações de classe do agronegócio está atuando diretamente em escolas do campo e na formação docente. Então, isso coloca em risco as concepções pedagógicas elaboradas e direitas obtidos até aqui.

Por isso, nos cabe trazer presente nesta pesquisa um breve recorrido de como frações do agronegócio traçam estratégias de dominação para as escolas que resistem no campo. É importante salientar que esse bloco atua muito articulado ao Movimento Todos pela Educação, no entanto desenvolve projeto voltado, especificamente, ao meio rural.

Podemos afirmar que a ofensiva do capital sobre a educação dos povos do campo não é nova se levarmos em consideração os adventos do desenvolvimento capitalista do século passado, a revolução industrial e a revolução verde; que trouxe mudanças estruturais para o meio rural brasileiro. Essas mudanças foram decisivas para adequarem o dito “camponês atrasado” as novas formas de organização do meio rural, ou seja, adequar o atraso destes indivíduos, caracterizados como os Jecas tatus na literatura, em novos consumidores dos pacotes tecnológicos.

Sonia Mendonça (2009) aponta um importante estudo sobre a influência norte-americana no ensino agrícola no Brasil no período pós-guerra e guerra fria. A autora, citada acima, vai evidenciar que agências internacionais americanas, entre as décadas de 1940 e 1960, foram responsáveis por construir acordos com órgãos federais no sentido de recuperar o trabalhador rural adulto e analfabeto.

Desde inícios dos anos 1940 observa-se a intensificação do interesse, por parte de entidades governamentais e privadas estadunidenses – como a InterAmerican Affairs Association (AIA) de Nelson Rockefeller⁷ –, pelos problemas do “recém-construído” conceito de Terceiro Mundo, nele incluindo-se, por certo, o Brasil. Em 1945, uma entidade privada americana e o Ministério da Agricultura assinaram o primeiro acordo de “cooperação” internacional no âmbito do ensino agrícola, dando origem à Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), cujas atribuições incluíam a implantação de Centros de Treinamento para trabalhadores rurais adultos, a proliferação de Clubes Agrícolas destinados à infância e juventude e a intervenção direta junto à formação de técnicos especializados e lideranças rurais, por intermédio de um programa educativo supostamente capaz de incutir

nos trabalhadores adultos e jovens o “amor a terra e ao trabalho”. (MENDONÇA, 2009, p. 142).

É importante afirmar que esse cenário ocorria em meio a uma conjuntura internacional em que as potências do capital como os Estados Unidos sentia-se ameaçado pelo espectro do socialismo da URSS e do triunfo da revolução cubana. Desta forma, as revoluções tecnológicas do capital demandavam para além do consenso sobre a sociedade política do capital uma incorporação as novas formas de se produzir por meio dos pacotes da revolução verde.

Mendonça (2009) enfatiza a atuação do ETA (Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano) como promotor da construção no imaginário local do que seria o desenvolvimento a partir da visão dos países da América do Norte e Europa. Nesse sentido, podemos fazer alusão ao recorrido dos estudos que viemos apresentando, até então, para compreendermos o papel de agências do capital que tem a tarefa de construir processualmente formas de educação e de socialização dos trabalhadores para sua adequação às necessidades do desenvolvimento do capital de cada época e, também, no trato com os países de terceiro mundo como nos afirma a Mendonça (1999):

Partindo dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, essas estratégias se tornaram uma poderosa força no Terceiro Mundo, fruto de um conjunto de afirmações sobre o desenvolvimento/subdesenvolvimento que não só autorizavam visões a seu respeito, como o descreviam e prescreviam que o desenvolvimento se tornou um estilo de dominação, reestruturação e apropriação da própria autoridade sobre o Terceiro Mundo. (MENDONÇA, 1999, P.6).

Mendonça (1999, p.15) traz em seu estudo os *slogans* que narravam os objetivos das práticas extensionistas ocorridas durante a década de 1940, que se davam nas chamadas semanas ruralistas e as missões rurais. Então, as mensagens diziam o seguinte: “*com uma população rural mais instruída e melhor esclarecida será possível conseguir uma produção agrícola eficiente*”. Isso quer dizer que estava explícito a necessidade da adequação e da modernização do sujeito do campo e a educação desse para o novo modelo de agricultura em curso.

A atuação desses organismos internacionais nessas décadas se ocupou em massificar a extensão rural, no país, no sentido de disseminar novas visões de mundo que superassem a visão “arcaica” das populações do

campo, fomentando também o combate a organizações de trabalhadores da época, tal como as ligas camponesas. Também atuaram no sentido de treinar técnicos extensionistas, fomentar escolas fazendas e disseminar a lógica da necessidade do crédito aos agricultores.

Em síntese, compreendemos que a gênese da educação rural brasileira foi marcada por essas amplas influências do capital norte-americano, por isso se faz necessária uma abordagem crítica tendo em vista que a proposta educativa transcendeu e transcende a escola rural, ela perpassa sobretudo pelos interesses que formam o trabalhador rural a serviço deste modelo de sociedade capitalista.

Nesse recorrido histórico verificamos o papel das organizações patronais, do campo, em difundir sua intencionalidade formativa aos trabalhadores rurais. Então, nesse sentido, verificamos o papel fundamental do sistema S²⁸ no que tange a formulação de programas destinados a capacitação das populações, no caso de nossa investigação nos cabe analisar seu papel em formular programas de educação voltados ao meio rural.

Desta maneira verificamos que o SENAR - Sistema Nacional de Aprendizagem Rural, entidade essa fundada no início da década de 1990, tem a missão de formar a força de trabalho que atenda aos interesses da classe dominante agrária e responder as exigências que esse setor possui a cada momento histórico.

Esse sistema integra a Confederação Nacional da Agricultura - CNA, entidade patronal que dá direção política a frações agrárias do país, nesse sentido, possuem organizações desde os municípios a partir dos sindicatos rurais, de federações nos Estados até chegar à esfera nacional.

A partir de uma análise gramsciana analisamos o SENAR como um Aparelho Privado de hegemonia, visto que possui atuação pedagógica a serviço de um

²⁸ O sistema S foi formado na década de 1945, na era Getúlio Vargas, quando o país passava por uma reestruturação produtiva. Ele é responsável pela formação da força de trabalho e preparação destes para o mercado de trabalho. Fazem parte deste sistema: o SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural; o SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial; o SESC – Serviço Social do Comércio; o SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem no cooperativismo; SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; o SESI - Serviço Social da Indústria; o SEST- Serviço Nacional do Transporte e o SEBRAE- Serviço Nacional de Apoio a micro e pequenas Empresas.

determinado projeto político. Referente a esse conceito Fontes (2010) nos explica que:

Os aparelhos privados de hegemonia são a vertebração da sociedade civil, e se constituem das instâncias associativas que, formalmente distintas da organização das empresas e das instituições estatais, apresentam-se como associatividade voluntária sob inúmeros formatos. Clubes, partidos, jornais, revistas, igrejas, entidades as mais diversas se implantam ou se reconfiguram a partir da própria complexificação da vida urbana capitalista e dos múltiplos sofrimentos, possibilidades e embates que dela derivam. Não são homogêneos em sua composição e se apresentam muitas vezes como totalmente descolados da organização econômico-política da vida social. Clubes, associações culturais ou recreativas tendem a considerar-se como desconectados do solo social no qual emergem e como distantes da organização política do conjunto da vida social. Certamente, os sindicatos — patronais ou de trabalhadores — sendo também formas associativas desse jaez enfatizam sua proximidade econômica e sua característica mais direta de defesa de interesses de tipo corporativo. Porém muitos partidos políticos e jornais — na maioria das vezes diretamente comprometidos com determinados segmentos de classe — tendem a apagar tal comprometimento, apresentando-se seja como a expressão da “unidade nacional” ou como porta-vozes de uma neutralidade informativa inexistente. Todos, porém, são formas organizativas que remetem às formas da produção econômica (a infraestrutura) e política (ao Estado), embora sua atuação seja eminentemente de cunho cultural”. (FONTES, 2010, p. 133-134).

E é a partir de organizações da sociedade civil, vinculadas ao patronato rural, que o SENAR intencionaliza sua ação formativa que para além de uma imediata qualificação técnico-profissional, está embutindo na verdade formas de socialização das populações rurais com a finalidade de construir o trabalhador rural adequado ao sistema econômico hegemônico no campo, o agronegócio.

Delgado (2012, p. 94) nos explica as características do agronegócio:

“agronegócio é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica do capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra sob patrocínio de políticas do Estado”. (DELGADO, 2012, p. 94).

E podemos nos questionar o que a Educação Rural tem a ver com isso? Como podemos verificar em seções anteriores, a classe dominante, a cada tempo histórico, possui suas formas de dominação e a Escola é um espaço fértil para a socialização das crianças e jovens, e por isso para o Sistema

Nacional de Aprendizagem Rural também é um espaço de promoção da formação dos futuros trabalhadores rurais.

Nesse sentido, vamos ver que para construir a hegemonia sobre o atual modelo de dominação no meio rural, o setor dominante, agora não mais representado somente pelas oligarquias rurais, mas também pelo capital financeiro organiza a formação dos trabalhadores para que esses assimilem as novas ordens do capital e assim se adequem a elas sem se rebelar contra as mesmas.

Verificamos que na década de 1990, o SENAR vem formulando e implementando programas voltados para educação escolar do campo. O programa precursor é o Programa Agrinho, implementado inicialmente no estado do Paraná no ano 1995.

A seguir, Bertoluzi (2014) comenta sobre o Agrinho:

Em 1995 a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Paraná (SENAR-PR) criam o Programa Agrinho, implantado em 1996 nas escolas do ensino fundamental séries iniciais no estado do Paraná, direcionado às crianças e adolescentes das áreas rurais, abordando problemas pontuais no meio rural como: Meio Ambiente e Cidadania. O Programa conta ainda com a parceria do Sindicato Rural Patronal, Ministério do Trabalho e Emprego, Receita Federal, Ministério Público do Estado do Paraná, Previdência Social, Banco do Brasil, Itaipu e Dow AgroSciences, esta empresa multinacional é uma das líderes do mercado mundial de agroquímico. O programa traz como slogan “Um Programa de Responsabilidade Social”. (BERTOLUZI, 2014, P. 4)

Como podemos observar, a nova roupagem de dominação pelo viés da educação possui uma ampla articulação sobre tudo na esfera da sociedade civil que tende a penetrar na esfera pública, e é dessa maneira que a escola passa ser uma meta a ser atingida sob programas ditos de “responsabilidade social”, mas que na verdade está indo ao encontro dos interesses econômicos.

A metodologia do programa Agrinho, segundo Bertoluzi (2014), acessa a educação pública pelo viés da articulação entre sindicatos rurais e prefeituras municipais, e posterior a isso realizam a formação de professores para que eles incorporem em suas práticas pedagógicas o programa e dessa maneira se efetivam no chão da escola.

No estado da Bahia um programa semelhante ao Agrinho é desenvolvido pelo SENAR em parceria com a Federação de Agricultura da

Bahia/FAEB. Esse programa se denomina “Despertar” e desde o ano de 2011 ele é um dos programas mais implementados nos departamentos de Educação do Campo do estado.

Em estudos recentes sobre as implicações do programa Despertar na Educação do Campo, Ribeiro (2015) nos afirma que:

Ao inserir-se no campo da educação pública através de projetos educacionais o Senar cumpre o papel de disseminar a ideologia do agronegócio nestes espaços, produzindo um consenso sobre o mesmo, ao mesmo tempo que disputa a concepção de educação com as organizações sociais que construíram a reivindicação pela política social da educação do campo. (Ribeiro 2015, p.24).

O Programa Despertar, no ano de 2019,²⁹ está presente em mais de 100 municípios baianos, seu principal *slogan* refere-se a educação ambiental vinculado ao viés do capitalismo verde, nesse sentido constrói narrativas de uma educação ambiental que coloca sob a responsabilidade dos trabalhadores rurais e urbanos a crise ambiental vivenciada nos dias atuais; apagando por completos danos do modo de produção capitalista e suas consequências para a natureza.

O estudo aponta que o agronegócio ganha respaldo e aceitação justamente no meio da população que mais sofre com seus impactos e a educação do campo gradativamente perde sua concepção para a educação rural modernizada que, por sua vez, se infiltra nas ações pedagógicas escolares e passa ser hegemônica dentro das escolas rurais.

Ao estudar a disputa dos empresários pela educação pública, percebemos que a estruturação do agronegócio enquanto um modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro criou formas de organização destes empresários garantindo a participação de inúmeras instituições do capital, estes por sua vez, também constroem sua atuação voltada a escola pública.

Veremos, a seguir, como a Associação Brasileira ABAG vem construindo sua hegemonia no campo da educação pública articulando-se com os mais diversos setores empresariais do País.

²⁹ Dado extraído do site do Programa Despertar, consultado em: 27/03/2019, na página eletrônica: <http://www.sistemafeab.org.br/senar/programa-despertar/>

2.3- O agronegócio na Educação pública via Associação Brasileira do Agronegócio - ABAG

Sob a ordem de ganhar corações e mentes em prol da consolidação do agronegócio no Brasil, capitalistas organizados por meio da Associação Brasileira do Agronegócio/ABAG, também atuam no sentido de apropriar-se do espaço público escolar e disseminar sua ideologia.

Nessa direção, Lamosa (2016) analisa a ABAG como um novo tipo de organização que resultou da reorganização produtiva ocorrida na década de 1990, onde no Brasil assume o modelo de estado gerencial e com isso ocorre a transferência de responsabilidades pelas políticas públicas para setores privados.

Neste sentido essa organização é caracterizada como:

A ABAG se caracteriza pelo alto poder de formação e difusão de seus interesses. O braço pedagógico desta representação é formado por organizações que se dividem entre as tarefas de formar intelectuais orgânicos da classe e difundir a autoimagem do “agronegócio”. Os intelectuais orgânicos de um partido atuam em duas frentes: Os intelectuais de alta patente: são os dirigentes que forjam a consciência de sua classe, ao passo que aqueles de “baixa patente” formam uma camada subalterna de intelectuais orgânicos responsáveis pela atuação junto a classe trabalhadora disseminando a pedagogia do consenso. (LAMOSA, 2016, p.110).

A ABAG, nesse sentido, é a representação material de várias frações do capital tais como: agrária, comercial industrial e financeira; junção essa que, segundo análise do autor citado acima, a configura como um partido do agronegócio, pois o mesmo dá direção e organização política ao grupo defendendo um projeto na esfera nacional.

Dado esse que corrobora com a presença de intelectuais orgânicos da própria associação nos governos do PT e PSDB:

Enquanto Partidos legalmente formalizados, enquanto tal, aparentemente travam grande disputa pela direção política do país, a presença do partido do agronegócio no primeiro escalão do presidente Lula da Silva e do governador Geraldo Alkimim explicita os limites políticos da atuação de cada um destes partidos. Enquanto os partidos formais tem sua atuação marcadamente restrita aos debates e as disputas relativas a pequena política, as classes dominantes vem dando direção às políticas públicas de seu interesse, a partir de

relação de poder isolam a grande política da política parlamentar. (LAMOSA, 2016, p. 292).

Dessa forma, compreende-se que a articulação da ABAG atua diretamente no interior do Estado, dando sua marca e direção as políticas públicas de seu interesse, perpassando por diferentes governos ou segmentos partidários.

Lamosa (2016) salienta que instituições públicas, sejam elas de níveis superiores ou educação básica, vem sofrendo processos de desinstitucionalização devido a inserção de interesses privados no interior destas.

Um dos vieses pela qual a ABAG se insere, na esfera pública, é justamente nas disputas pela produção de pesquisas e direcionamentos delas para servir a seus interesses. O outro viés diz respeito à entrada na escola pública para disseminar a imagem positiva do agronegócio.

Por isso, a ABAG possui um projeto voltado especificamente para as escolas públicas na região de Ribeirão Preto, cidade batizada como capital do agronegócio. O projeto intitula-se Agronegócio na Escola, que segundo Lamosa (2016) forma professores no sentido de intelectuais orgânicos que transmitem a mensagem da ABAG a milhares de crianças e adolescentes, vejamos:

O papel dos professores no programa é maior do que a aparência leva a crer. O trabalho docente expropriado pela ABAG vai além do papel de mera mediação entre o “partido do Agronegócio” e sociedade. Os professores são responsáveis por produzirem projetos educativos visando difundir uma imagem construída por meios de materiais e pela “capacitação” da ABAG. A relação professor- ABAG se constitui em um processo em que a “autonomia” é ilusória. Neste sentido os professores tornam-se intelectuais orgânicos do projeto de hegemonia do “agronegócio”. (Lamosa, 2016, p. 282).

Em suma, podemos verificar a partir deste estudo que o Agronegócio penetra nas instituições públicas e sequestra a autonomia pedagógica dos próprios educadores e escolas, pautando sua necessidade como necessidade dos professores, esses, por sua vez, desempenham um papel de propagador do consenso sobre esse modelo de desenvolvimento para o Campo e contribuem, mesmo que não tenha consciência sobre isso, para a consolidação da hegemonia deste bloco.

A partir da descrição e análise da ofensiva dos empresários na educação pública, verificamos neste capítulo, que os mesmos atuam de forma organizada e obedecendo a agenda neoliberal ditados por organismos internacionais como o Banco Mundial.

Essas medidas se materializam a partir de frações organizadas pela sociedade civil que tem o papel de penetrar no Estado, disputar e dar direção ao projeto de educação das instituições perpetuando assim seu projeto de hegemonia.

Na conclusão de sua pesquisa realizada em 2016, Lamosa afirma que a ABAG, assume a tarefa histórica de um partido do agronegócio, pois articula esse setor desde a sociedade civil, atuando na formação de intelectuais orgânicos e realizando propagandas positivas sobre o agronegócio, como também atua na sociedade política lançando mão de seus interesses particulares como se fossem de toda a sociedade.

E é nesse sentido que o autor compreende a relação direta entre Estado, classe social e educação; de forma que sob essas bases se constrói a hegemonia desse modelo de desenvolvimento, exercendo assim, o projeto de poder deste bloco histórico.

No próximo capítulo buscaremos situar a região em que se localiza o lócus de nossa pesquisa, visto que julgamos necessário situar aspectos da construção histórica e econômica do território extremo sul baiano para compreendermos a estratégia de dominação burguesa no meio rural e nas escolas do campo.

CAPÍTULO III - Aspectos Históricos da região extremo sul da Bahia e a Consolidação do Agronegócio da Celulose

No presente capítulo buscaremos compreender a história conflituosa de ocupação da região do extremo sul baiano e a inserção das empresas de

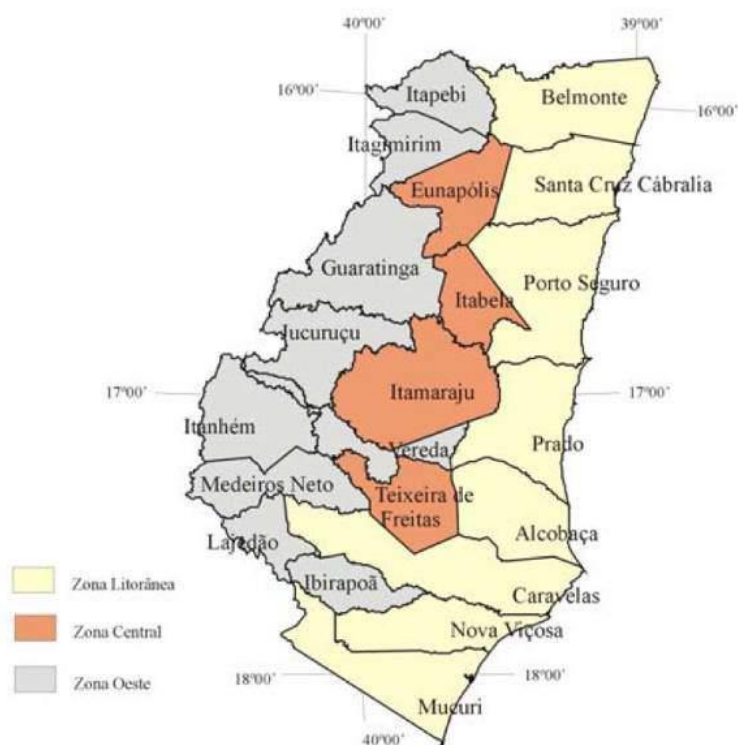
celulose neste contexto visando, assim, entender como se estruturam os processos de dominação das terras. Para realizar essa exposição traremos brevemente aspectos históricos referentes a ocupação deste território desde o processo de colonização até a consolidação do agronegócio do eucalipto, onde buscar-se-á apresentar a hegemonia do capital na agricultura diante da implantação das maiores empresas de celulose do mundo nestas terras.

É importante situar essa região geograficamente, assim este território do Extremo Sul da Bahia é composto por 21 municípios sendo eles: Belmonte, Itapebi, Itagimirim, Eunápolis, Porto Seguro, Santa Cruz de Cabralia, Guaratinga, Itabela, Itamaraju, Prado, Jucuruçu, Vereda, Alcobaça, Caravelas, Teixeira de Freitas, Itanhém, Medeiros Neto, Lagedão, Ibirapoã, Mucuri e Nova Viçosa.

Essa região possui uma área de 30.520 Km², sendo delimitada ao sul, pelo norte do estado do Espírito Santo, a oeste com estado de Minas Gerais, ao norte com o território litoral sul baiano e a leste com o oceano atlântico (IMA, 2008).

Abaixo podemos verificar, a partir do mapa, as delimitações da região aqui em questão:

MAPA 1- Região Extremos Sul da Bahia:



Fonte: Ednice de Oliveira, MELO e SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de.

Podemos localizar a partir destes dados iniciais que essa região do Brasil possui uma importância histórica para nosso país, visto que é considerada o berço do processo de colonização. Diante disso sua história é atravessada por processos de intensos conflitos em virtude das disputas territoriais pela posse da terra. Então, neste sentido é que na próxima seção buscaremos apresentar brevemente os principais marcos de ocupação e exploração a partir do processo de colonização portuguesa.

3.1- Colonização da região Extremo Sul Baiana, lutas e violências contra os povos indígenas

Recorrer a história da região do extremo sul do estado da Bahia é mirar as raízes de nosso processo de constituição histórica desde a colonização portuguesa no ano de 1500. Segundo Koopmans (2005), esta história é datada a partir da esquadra de Cabral aportar nessa região e com isso tomou-se posse destas terras em nome da coroa Lusitana.

Koopmans (2005, p.11) nos explica que no início deste processo colonizador Portugal enviava a essa região, de tempos em tempos, algumas expedições exploradoras e guarda-costas com a finalidade de impedir que novos povos atraídos pelo então tráfico do pau-brasil e outras possíveis riquezas, a serem descobertas, se fixassem nesta região.

Foram essas expedições que fundaram os primeiros povoamentos de portugueses por aqui, a exemplo da expedição exploradora de Gonçalo Coelho que, estabeleceu em 1502, o marco inicial da cidade de Caravelas e a expedição de Cristovão Jacques fundador de uma feitoria, onde hoje situa-se a cidade de Porto Seguro.

O processo de ocupação desta região pelos portugueses se intensificará a partir do estabelecimento da divisão do Brasil em capitanias hereditárias onde, segundo Koopmans (2005, p. 12), a colonização ganha um caráter mais geral e sistemático.

Esse autor nos explica que o donatário da capitania hereditária de Porto Seguro, denominado Pedro de Campos Tourino, se desfez de todo seus haveres em Portugal para dedicar-se aos novos domínios no Brasil. Então,

desta maneira, aqui aportou no ano de 1535 com aproximadamente 600 colonos somados há alguns padres jesuítas. (KOOPMANS, 2005, p 12).

No que se refere as primeiras relações entre colonizadores e indígenas, esse autor nos explica que se deram em virtude dos primeiros necessitarem de força de trabalho na derrubada de árvores, em troca ofereciam mercadorias de pouco valor como adereços, tecidos e facas etc. No entanto, essas relações se modificam a medida que os portugueses tentaram obter trabalho fixo para desenvolverem plantações, assim surgiu a escravização dos povos indígenas, com isso a incompatibilidade entre a forma de viver indígena, a partir de comunidades primitivas, e o regime escravocrata.

Desde esse processo conflituoso de escravização das comunidades primitivas surgiram os primeiros conflitos, aqui narradas por Koopmans (2005):

(...)Sabia-se que o indígena brasileiro vivia no regime de comunidade primitiva, incompatível com o regime escravista implantado aqui pelos portugueses. Um ano após a edificação de Porto Seguro sobreveio um violento ataque dos Aimorés, como represália aos métodos dos colonizadores, destruindo a povoação recém fundada. Abriu-se então, com isso, uma crise interna na capitania. As plantações paradas, sem trabalho escravo, com perigo eminente de novos ataques indígenas que atemorizavam os colonizadores, resultaram em divergências do donatário com os demais habitantes e com o clero local. (KOOPMANS, 2005, p.13).

Esse episódio descrito culminou na prisão de Pedro Campos e no envio deste a Lisboa onde foi acusado e condenado como herege. A capitania foi transferida a seu filho Fernão de Campos Tourinho em um período que se inicia pelos portugueses a descoberta de metais preciosos no interior do Brasil.

Referente as populações indígenas que habitavam essa região, Koopmans (2005, p.13) narra que estes povos viviam sobretudo entre o interior e costa, predominava entre eles grupos pertencentes ao tronco linguístico tupi e se organizavam a partir de aldeias produzindo alimentação para sobrevivência. Esse autor nos conta que o sarampo trazido pelos colonizadores exterminou aldeias que abrigavam os Tupiniquins, esses que habitavam a capitania, pois as demais etnias mantinham-se afastadas dos portugueses.

Em síntese Koopmans (2005) nos explica como se deu o povoamento desta região nos três primeiros séculos pós o processo de colonização:

O povoamento da região extremo sul caracterizou-se nos três primeiros séculos de ocupação, pela concentração na orla marítima.

A penetração para o interior era tímida e se concentrou exclusivamente na foz dos rios e na sua redondeza imediata. A mata densa, dificultando a circulação, formava uma larga faixa ininterrupta e se estendia por mais de 100 quilômetros. A floresta foi sem dúvida, um dos fatores preponderantes do isolamento do litoral, separando a do interior. Os pobres núcleos que se formavam ao longo da costa, isolados uns dos outros, pelas dificuldades naturais de comunicação, formavam praticamente comunidades fechadas, com saída unicamente pelo mar. Sua vida precária se sustentava com uma lavoura de subsistência. Durante três séculos não se criaram, na região, linhas de penetração leste-oeste, permanecendo essa área praticamente desabitada pelos brancos. KOOPMANS, 2005, p.27).

Com isso, podemos compreender que os fatores de ordem natural impediram o povoamento e ocupação dessas terras durante esses três primeiros séculos, os núcleos de extração de madeira e minérios eram formados nas beiras de rios com entradas para o interior. Além disso, núcleos urbanos eram criados com a finalidade de aumentar as terras conquistadas.

Souza (2006, p.42) nos explica que em 1.777 o governo da Bahia determinou ao ouvidor de Porto Seguro que criasse vilas e povoações de seis em seis léguas, como parte de um projeto para facilitar e tornar mais rápida a correspondência entre Salvador, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Esse processo incluiu a criação da Vila de Porto Seguro, Prado, Alcobaça, Caravelas e Viçosa; pertencentes a capitania de Porto seguro.

A autora, citada acima, enfatiza que que um dos principais motivos foram justamente os inúmeros conflitos que vinham ocorrendo entre indígenas e colonos da região sul da Bahia, criavam-se, assim, Terços de ordenanças³⁰ nessas recém-formadas localidades que recrutavam brancos, indígenas, pardos e negros; e os treinavam para combater os grupos indígenas Botocudos e Pataxós que eram opositores ao regime colonizador.

Prado Junior (2008, p. 35-36) nos explica tal afirmação:

Foi este um período agitado da história brasileira [primeira metade século XVI]. Às guerras entre colonos e indígenas acrescentaram-se logo as intestinas destes últimos, fomentados pelos brancos e estimuladas pelo ganho que dava a venda de prisioneiros capturados na luta. De toda esta agitação eram os índios naturalmente que levavam a pior; mas nem por isso os colonos deixaram de sofrer muito. São inúmeros os casos conhecidos de destruição total dos nascentes núcleos; certos setores do litoral brasileiro sofreram tanto

³⁰ Estrutura militar da coroa portuguesa, utilizada também nas colônias.

dos ataques indígenas que nunca chegaram a se organizar normalmente; [...]. Estão no caso o sul do atual estado da Bahia e o Espírito Santo. Até princípios do século XIX ainda sofrerão duramente da agressividade dos índios.

Esse intenso conflito entre os povos originários e colonizadores, segundo Souza (2006), evidenciaram que desde a chegada portuguesa nessas terras houve muitos conflitos pelo território e que mesmo com tantas batalhas travadas pelos indígenas elas se deram de forma desproporcional onde obviamente estas populações levaram a pior.

Podemos verificar, a partir de Malina (2013), que durante os séculos XVII e XVIII indígenas e colonos tiveram diversas guerras tanto no território do Espírito Santo como no da Bahia. A capitania de Porto Seguro, durante esse período, passou por falência e com isso foi transferida para o poder do governo que deixou de realizar investimentos por aqui devido ao comércio ilegal de ouro. Uma das iniciativas foi justamente proibir o desmatamento. Esses fatores permitiram que diversos grupos indígenas se mantivessem nas matas do interior dessa região.

Essa realidade irá se estender, segundo Malina (2013, p.174), até o final do século XVIII, período marcado pela intensa atividade relacionada à mineração que entrou em decadência ao final do século referido. Além disso, a autora, sobre esse período, destaca que houve mudanças significativas nas capitanias de Porto Seguro, Ilhéus e Espírito Santo:

Iniciou-se mais intensamente nas três capitanias o povoamento ao longo dos rios como suporte para o comércio, que se tornou, ao lado da pecuária e da agricultura, novamente opção econômica atraente. Com o intuito de solucionar as dificuldades dessa ocupação, pelos fatores já apontados, ocorreram investimentos massivos na abertura de rotas, ao lado de construção de presídios, quartéis, destacamentos e aldeamentos – em especial dos Botocudos e Pataxó, tendo sido estes últimos considerados, no século XVIII, “[...] os mais desconfiados e reservados”. (MALINA *apud* CANCELA (2013, p.174).

Com tais mudanças ocorrendo, percebemos, conforme nos explica a autora citada acima, que nesse período há um investimento significativo para conter as resistências dos povos indígenas, por isso um investimento significativo do ponto de vista militar. Neste contexto que Paraiso (1998), enfatiza que nessa época os indígenas sofreram fortemente a política agressiva por parte do governo, justificada pela decisão de “realizar as transformações necessárias

para ocupação e desenvolvimento das regiões interioranas” (PARAÍSO, 1998, p. 416)

Dentro dessa perspectiva, Souza (2006) salienta os conflitos pelo qual os indígenas sofreram:

Entre o final do século XVIII e o início do XIX, diversas medidas legais legitimaram uma guerra ofensiva contra indígenas, que tiveram como destino a morte ou o engajamento sul, o [rio] Doce. Nessa faixa de terra estão englobadas as bacias dos rios Una, das Contas, Pardo, Jequitinhonha, São Mateus, Mucuri e Doce.” Que tiveram como destino a morte ou engajamento compulsório em atividades consideradas de interesse especial para o desenvolvimento econômico da região, sofrendo a usurpação de seus territórios e sendo remanejados de acordo a doação de sesmarias para colonos. (SOUSA, 2006, p. 50).

Podemos verificar que essa intensa perseguição aos povos originários resultou em assassinatos massivos e invasões das suas terras no intuito de implantar, aqui, o então chamado desenvolvimento, conseqüentemente “com a crescente “caça aos índios”, os Botocudos, os Pataxós e outros grupos, que não desejavam o contato, foram cada vez mais sendo exterminados ou cedendo ao aldeamento”. (PARAÍSO, 1998).

Concomitante a dura perseguição e combate aos povos indígenas, também ocorria na colônia uma forte crise de demanda e de preço das mercadorias para exportação; essa crise segundo Malina (2013, p. 175) atingia a Bahia e sua economia agroexportadora. Esses fatos, assim como as políticas anti-tráfico da Inglaterra, prejudicaram significativamente os engenhos do recôncavo, com isso o açúcar e o algodão produzidos aqui passaram a sofrer uma enorme baixa no mercado internacional. Essa crise teve como consequência o deslocamento de frentes agrícolas e pecuárias para outras regiões como o extremo sul baiano.

Malina (2013, p.176) nos explica que a metrópole ofertou aos colonos muitas condições para que se estabelecessem em outra região, tais como: perdão de criminosos, doação de terras, privilégios comerciais para além da implantação de estradas, vias fluviais, presídios e destacamentos militares. Podemos afirmar que o assentamento desta leva de colonos neste território contribuiu para o aprofundamento de combate aos indígenas como nos explica Souza (2006).

Gradativamente, a estratégia de militarização do processo de ocupação das Comarcas do Sul passou a apresentar bons resultados, o que levou à ampliação desta iniciativa. Entre o período de 1800 e 1850, foram criados 73 aldeamentos indígenas e 87 quartéis na área entre os rios Pardo e Doce, o que atesta o papel determinante desta estratégia na proposta de colonização. (SOUSA, 2006, p. 54).

Nesta perspectiva, podemos afirmar, a partir dos estudos de Souza (2006), Malina (2013) e Paraíso (1998), que a ocupação realizada por colonos e promovida pelo governo da época fomentaram a criação de povoados e de aldeamentos sob controle militar. Compreendemos, também, que esse processo se deu por meio de muitos conflitos, em especial pelos povos botocudos e pataxós, que mesmo em subcondições se mantiveram em processo constante de lutas, por meio de ataques as fazendas e moradias. Neste contexto, é importante destacar que no início do século XIX forma-se na região as primeiras fazendas de café localizadas na região do que é hoje o município de Nova Viçosa, baseando-se no trabalho escravo, chegou a ter mais de 650.000 pés de café com uma produção voltada para exportação.

Esse cenário se altera com a proibição do tráfico negreiro, o que determina entre outros motivos na falência das lavouras de café (Pedreira *apud* Carmo, 2010).

Segundo Pedreira (2008, p. 78), a região não possuindo grande atrativos econômicos até meados do século XX, permitiu a ocupação de terras pelos negros (agora “libertos”), brancos e mestiços que exerciam uma agricultura de subsistência de base familiar. Processo esse, que podemos chamar da formação do campesinato no que viria a ser chamado do território do extremo sul da Bahia.

Compreendemos, assim, que o projeto de desenvolvimento e povoação instalado nessa região, no final do século XVIII e início do século XIX, foi marcado sobretudo pela desestruturação das sociedades indígenas e, também, a escravização dos povos negros oriundos da África que teve como consequências massivas mortes e aldeamentos forçados. O que resulta, nos dias de hoje, na dominação territorial por parte da classe dominante representada pelo grande latifúndio, que segue a ofensiva contra os povos indígenas e quilombolas que restaram nessa região.

Na seção a seguir, trataremos de compreender como se deu o processo de inserção desta região na economia nacional, situando assim o a implantação do modelo do agronegócio em especial no que tange o setor de papel e celulose.

3.2 A inserção da região Extremo Sul Baiano na Economia Nacional

Como vimos, na seção anterior, o processo de colonização ocorrido nos primórdios de 1500, nesta região, foi marcado por um profundo processo de violência aos povos originários, sobretudo pela invasão e apropriação dos territórios, com isso as sociedades indígenas foram desestruturadas.

Neste sentido que contextualizaremos, brevemente, o “desenvolvimento” da região extremo sul baiana a partir do final do século XIX e início do século XX; cujo período ocorre sua inserção na economia nacional. Desta forma, veremos que essa temporalidade será marcada pela implantação de ciclos da agricultura a exemplo da produção de cacau, da pecuária extensiva e da construção da BR-101.

3.2.1- A cultura Cacaueira

A cultura cacaueira segundo Malina (2013, p.178) já era cultivada nesta região desde meados do século XVIII, essas plantações surgiram por aqui devido a serem uma alternativa a produção exportadora da cana de açúcar que se encontrava em crise. Nesse sentido, ela se firmou inicialmente enquanto alternativa a esse processo.

Segundo a autora citada acima, o ciclo da produção cacaueira é datado em três fases: a) a primeira se refere a última década do século XIX até a década de 1930, onde não havia intervenção do governo no que tange a comercialização deste produto para exportação, a partir de 1931 até 1957 criou-se o ICB- Instituto de cacau da Bahia que datou a segunda fase e a terceira fase refere-se à criação da CEPLAC- Comissão Executiva de Recuperação Econômica Rural da Lavoura Cacaueira (CEPLAC).

Koopmans (2005, p.28) argumenta que essa cultura no início do século XX fez com que o movimento de ocupação de terras crescesse devido ao alto valor e a procura crescente pelo cacau. Segundo esse autor, o referido cultivo tornou-se uma das culturas mais lucrativas e com isso houve uma expansão

destas plantações, principalmente nas beiras dos rios. Com isso houve, sem dúvidas, disputas com posseiros da região, por isso o autor nos narra o processo como se dera inicialmente a composição do desenvolvimento das lavouras de cacau:

Na formação da roça de cacau ou na ampliação das plantações, dominava o sistema de contrato. O “contratista”, acompanhado pela família, instalava-se em plena mata, em local próximo a um ribeirão ou rio, destinado a ser centro de atividade agrícola. Derrubada a mata era feito o plantio de cacau intercalada com a mandioca, o milho e o feijão. Com essas culturas suplementares tinha o contratista subsistência garantida por algum tempo. A partir do terceiro ano a produção de cacau que se iniciava lhe pertencia, estendendo o contrato até cinco anos. Terminando este, recebia os pagamentos por pé de cacau por frutificação. Possuindo o fazendeiro outras terras em matas, cedia-lhes novas áreas para plantações. (KOOPMANS, 2005, p.45).

Como podemos observar na narrativa do autor, esse percurso de implantações da lavoura cacaueira envolvia muita exploração da força de trabalho, o mesmo também nos explica que muitos fazendeiros aproveitavam deste tipo de contratos para investir esses recursos na aquisição de mais terras e imóveis.

Joly (2007, p. 63) nos explica que o crescimento econômico da região se deu tardiamente, se comparado a outros estados do país que por sua vez, trouxe grandes modificações na região ao se tornar um dos principais produtos de exportação do país:

O sul da Bahia conheceu, a pouco mais de um século, um intenso processo de modernização, trazido pela monocultura do cacau [...]. Essa produção, que chegou a abranger cerca de oitenta municípios no sul da Bahia, fez com que a região perdesse seu caráter de “sertão úmido”, onde predominavam as lavouras de subsistência e as culturas incipientes do açúcar, do fumo e do algodão, para abrigar uma produção que chegou a representar, sozinha, 28% da receita de balança comercial do país, sendo o terceiro maior produto de exportação, na década de [19]40. Há que se levar em conta que esta experiência de crescimento econômico era, até então, inédita para essa porção do território brasileiro, pois, o desenvolvimento do extremo sul baiano é considerado tardio, quando comparado ao restante do estado da Bahia e do nordeste do país. (JOLY, 2007, p. 63).

A partir desta compreensão veremos que o território do sul da Bahia será transformado economicamente por essa cultura, nesse contexto que Malina (2013, p. 179) afirma que grandes volumes de investimentos e créditos

foram realizados por parte do governo federal, com isso houve um grande salto na produção e na exportação entre os anos de 1963 a 1986.

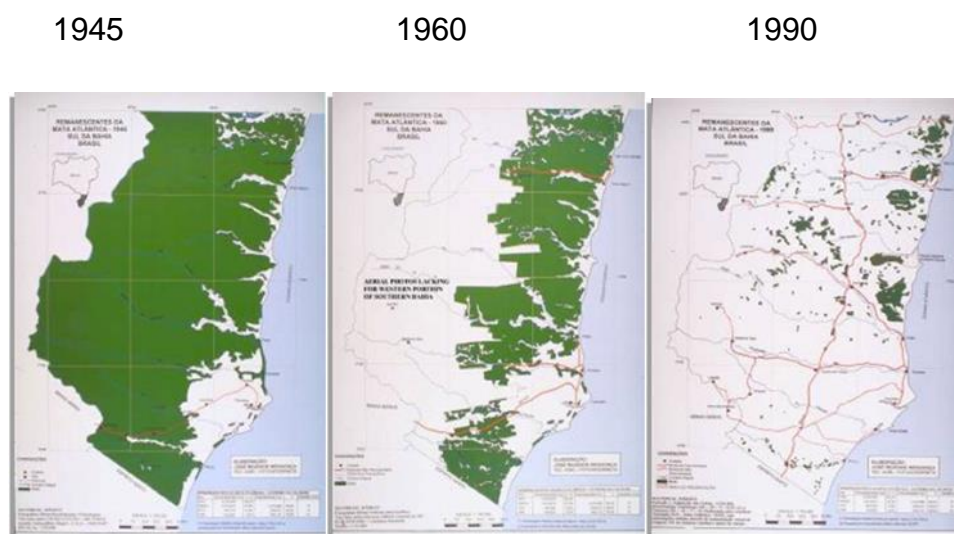
Entretanto, foi na década de 1980 que esse setor da agricultura entra em crise, pois os fatores como a infestação da “vassoura de bruxa” nas lavouras e a redução significativa de investimentos no setor são apontados como os principais motivos deste declínio.

3.2.2 –A derrubada da madeira e a pecuária extensiva e a criação da BR-101

Como já foi mencionado, essa região tem como seu bioma a mata atlântica, com isso abriga uma riqueza inenarrável de biodiversidade que a partir dos estudos de Souza e Overbeek, (2008 *apud* Souza, 2017, p. 63) o território, “originalmente recoberto de Mata Atlântica e moradia de diversos povos nativos é um dos ecossistemas mais biodiversos do planeta e com alto índice de endemismo, reduzido a 7% de sua área original no país, 5,42% no Estado e 4,82% no Extremo Sul da Bahia”. (Souza e Overbeek, 2008, p.63)

Podemos observar, abaixo, o mapa que seguir ilustram a evolução do desmatamento na região entre os anos de 1945 os anos 90.

MAPA 2- : Mapa de evolução do desmatamento da mata atlântica entre os anos de 1945 aos anos de 1990:



Fonte: SEI/Bahia 2008.

Como verificamos, a partir desses dados, a biodiversidade deste bioma sofreu e ainda sofre um amplo processo de deterioração, que sem dúvida alguma é nutrido desde o processo de colonização, aonde desde seus primórdios as matas foram derrubadas e a natureza saqueada, sobretudo com o ciclo do pau Brasil; arrancado daqui e enviado a Europa.

Podemos perceber que o processo de extração de madeira se intensificará nessa região em meados do século XX, com a chegada de madeireiros sobretudo das regiões de Minas Gerais e do Espírito Santo, a derrubada da madeira reconfigura a região, abrindo espaço para a implantação de grandes propriedades que implantarão a pecuária extensiva, o que ocasionará uma enorme concentração da terra.

Estudos de Malina (2013, p.180) nos explica que com o advento da construção da BR-101 que passou a ligar a região do sul da Bahia ao sudeste brasileiro abriram-se espaço para a exploração de florestas. Então, neste sentido, a região passou a ser ocupada por centenas de madeireiras. Assim houve um período em que o famoso jacarandá da Bahia, madeira considerada nobre e encontrada em abundância por aqui tornou esse espaço bastante habitado por madeireiros oriundos do espírito santo e Minas Gerais.

Estudos de Santos e Rafaello (2017) nos explicam que foi a empresa BRALANDA a grande responsável pelo desenvolvimento econômico e incentivo ao povoamento do território extremo sul da Bahia, tendo como base atividades de desmatamento intensivo. A empresa foi instalada aqui na década de 1950 com grande capacidade de extração da madeira, teve atividades de desmatamento até a década de 1990, quando os recursos naturais já não eram mais suficientes para que o modelo de exploração adotado pela empresa continuasse.

Os autores enfatizam a agressividade de atuação da BRALANDA nessa região, em especial pela violência e pelo processo de grilagem de terras:

Com a chegada da BRALANDA ao Extremo Sul da Bahia, se intensificaram os casos de violência no campo e degradação ambiental. A empresa tem sido acusada de beneficiar-se da grilagem de terras que pertenciam a aproximadamente 100 famílias, explorando, de forma predatória, a atividade madeireira nos municípios de Porto Seguro, Prado e Mucuri e desmatando

aproximadamente 40 mil hectares de Mata Atlântica, além de perseguir indígenas e trabalhadores rurais, cerca de 1000 pessoas que passaram a viver marginalizadas por capangas armados. (SANTOS e RAFAELLO, 2017, p. 3).

Desta forma, podemos compreender que a implantação das serrarias e o intenso processo de derrubada de árvores a partir de meados do século XX se deu a partir de um intenso processo de violência e, também, de expropriação de terras.

Koopmans (2005, p.181) demonstra em um relatório elaborado por Miranda (1992, p.101) no qual ela aponta os meios de expropriação das terras neste período:

(...) é importante que observemos que, aparentemente, o processo de compra e venda das terras segue duas estratégias distintas e complementares. Por um lado, houve, sempre que necessário, o emprego da força física para desalojar antigos ocupantes. Nestes casos, os fazendeiros, mas não apenas eles aliaram-se ou ocuparam os cargos públicos que detinha o monopólio do uso legítimo da violência na nova ordem social que se implantava na região. Este foi um elemento extremamente importante na inibição de manifestações contrárias às suas ações. Por outro lado, o emprego da violência foi acompanhado por uma mudança nas normas legais com efetiva vigência na região. Este foi um elemento extremamente importante na inibição de manifestações contrárias às suas ações. A partir do momento em que foi anunciada a construção da estrada [BR-101] e as terras tiveram repentina valorização, as “posses” ocupadas por várias gerações, deixaram de ser reconhecidas como propriedade legítima de uma determinada família. Aqui, o papel desempenhado pelos Cartórios de Registro de Imóveis deve ser investigado com bastante cautela. A aliança, não só dos oficiais dos Cartórios, mas também dos ocupantes de cargos subalternos, como o de escrevente, com os novos grupos sociais garantiu, ou pelo menos facilitou, a “legalização” de situações de propriedades ilegais e ilegítimas. É importante que identifiquemos os vários expedientes usados para expulsar os camponeses de suas terras, já que estes variam do assassinato do chefe da família à pressão realizada sobre os “aposseantes”. No entanto, apesar das lideranças do movimento sindical denunciarem o uso em grande escala de métodos violentos, este não é um assunto sobre o qual se comente abertamente. Os novos moradores da região, mesmo aqueles que por sua posição social não estiveram envolvidos com práticas violentas, tendem a minimizar, sem, no entanto, ignorar, a existência de tais práticas. (MIRANDA, 1992,p101).

Para além desses métodos repressivos, Miranda (1992) ainda enfatiza nesse relatório que havia pessoas intermediárias que tratavam de realizar um convencimento para que as famílias vendessem suas terras, as iludindo que estas eram pouco produtivas e que na cidade elas conseguiriam melhores condições para viver como por exemplo na aquisição de uma boa casa e,

também, no acesso à escola para os filhos. Desta maneira vendiam suas propriedades por um preço bastante abaixo do que valia.

A partir desta abordagem a respeito do desenvolvimento da região, a partir de meados do século XX, é possível compreendermos que ao mesmo tempo em que se constrói a BR-101, expandem-se a extração madeireira que abre caminho para a pecuária extensiva.

Desta maneira podemos compreender que a presença do latifúndio concentrado constitui-se por um intenso processo de desmatamento e de expropriação da terra dos camponeses; marcas estas que são muito visíveis por esse espaço até hoje. Além disso, o maior rebanho bovino do estado da Bahia concentra-se no município de Itamaraju, que conjuntamente com Itapebi destacam-se como grandes produtores na esfera nacional.

Na seção a seguir, iremos verificar como o setor florestal, aqui representado pelas empresas de celulose iniciaram seus plantios de eucalipto na região, torna essa atividade econômica principal e com isso trouxe muitos conflitos socioambientais e a concentração fundiária a esse espaço.

3.2.3- A entrada e a consolidação do setor florestal de celulose na região Extremo Sul da Bahia e seus impactos

Tratar do tema referente a produção de celulose em nosso país é um tema emblemático, visto que nas últimas décadas esse ramo de produção que está inserido no agronegócio expandiu-se significativamente em vários estados da federação, trazendo consigo impactos profundos, tanto do ponto de vista ambiental pela sua agressividade aos solos e a água, como do ponto de vista social justificado pela sua lógica de produção que exclui a população da terra, a concentrando, bem como a não produção empregos nos espaços em que estão instalados pela sua alta tecnologia empregada.

Autores como, Kompans (2005), Malina (2013) e Souza (2016) nos ajudam a compreender como esse percurso de implantação das empresas de celulose ajuda a expandir a lógica do agronegócio nesta região, visto que grande parte do capital empregado é oriundo de países estrangeiros, neste aspecto se faz necessário compreendermos as características do modelo do agronegócio; hoje hegemônico na agricultura brasileira.

Segundo Delgado (2012), o agronegócio se configura como:

“agronegócio é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica do capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra sob patrocínio de políticas do Estado”. (DELGADO, 2012, p.94).

A partir desta compreensão que analisamos a inserção deste ramo de produção nesta região, mas para isso se faz necessário entendermos que anterior a essas instalações houve um movimento intenso de convencimento acerca da necessidade do plantio de florestas. Pois esse processo foi intencionalizado por organismos internacionais tal como a FAO - Organização da Nações Unidas para Alimentação e Agricultura como nos explica SOUZA (2016):

Este órgão internacional preparou ideologicamente o terreno para as plantações de árvores a nível mundial, como um dos componentes da Revolução Verde, estranhamente ligado com o discurso de acabar com a fome no mundo. (...) A ideia de denominar de florestas plantadas as plantações de árvores “é o ponto de partida da publicidade a favor das plantações”. O mundo começa a viver as consequências do desmatamento e fazer acreditar que monocultivo de árvores é florestas, representa uma estratégia de marketing positiva. (SOUZA, 2016, p. 50).

Neste sentido, podemos visualizar que houve toda uma construção de convencimento para que esses monocultivos de árvores fossem plantados, justificadas também pelo intenso desmatamento. No entanto Souza (2016) irá nos explicar que a ideia de plantio de florestas não condiz com o que de fato compõe uma floresta:

Portanto, verifica-se que uma floresta é muito diferente de uma plantação de árvores, pois numa plantação, as árvores são de uma única espécie, como por exemplo: Pinus, Acácia, Eucalipto. Além disso, exigem preparação de solo com tecnologias oriundas da indústria, como adubos químicos e agrotóxicos. As plantações de eucalipto destinadas à produção de lenha e celulose configuram a maior parte de plantações de árvores em todo o mundo e estão localizadas no hemisfério sul, como no Brasil, por exemplo, com 7,74 milhões hectares em 2015, e quarto maior produtor de celulose. O primeiro lugar é da China, com 45 milhões de hectares. (SOUZA, 2016, p. 51).

A partir destes aportes trazidos por Sousa (2016), entendemos que esses monocultivos de plantações homogêneas de árvores se distanciam e

muito da materialização de florestas. Assim, podemos visualizar que a estratégia de consolidar o setor papelero no Brasil veio acompanhada de um pacote tecnológico que compôs a “modernização da agricultura” brasileira financiada pelo estado, como veremos mais adiante.

Podemos datar, a partir de Malina (2013, p.71), que a produção de celulose de mercado com apoio estatal iniciou-se em meados da década de 1940, período em que Getúlio Vargas era presidente do país. O estado brasileiro neste sentido ofertara incentivos as produtoras como isenção de impostos para a importação de maquinário, insumos e ferramentas; bem como auxílio financeiro para a construção de fábricas de papel.

A autora citada acima, nos explica que essa foi a estratégia de tornar o país autossuficiente no ramo, como resultado destes incentivos, em 1946, os irmãos Klabin criaram a primeira fábrica de celulose no estado do Paraná.

A partir dos apontamentos de Malina (2013, p.72), evidenciamos que a gênese dos plantios de celulose se dá justamente sob o financiamento do Estado, ela ainda acrescenta que o setor papelero, já em meados da década de 1950, irá se utilizar de financiamento público do BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico para aumentar seus plantios.

Nas décadas de 1960 e 1970 (período da ditadura militar), o Brasil viveu momentos de grande expansão destas plantações, que foi impulsionado também pelo financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento econômico - BNDES.

Os dados do relatório dos impactos das monoculturas de eucalipto no Brasil LAG (2017) nos revelam o seu processo de expansão e desmatamento no sudeste e nordeste do Brasil:

O próprio eucalipto causou um grande desmatamento nos anos de 1960 e 1970 no Espírito Santo e mais tarde, nos anos 1980, na Bahia. As empresas construíram uma narrativa que as plantações eram “reflorestamento” e isso permitiu que as empresas de eucalipto conseguissem construir uma indústria, usando argumento de reflorestamento para cultivar plantações de árvores. (LAG, 2017, P.10).

Com isso, podemos verificar como se deu a estratégia de avanço nos territórios brasileiros, sob uma política de estado e de organismos internacionais que legitimaram esses monocultivos a partir de incentivos financeiros e, também, com a narrativa do movimento mundial pelas florestas

tropicais, que segundo a LAG (2017, p.11) nada mais foi do que contribuir para o desmatamento e para a implantação em larga escala de monocultivos de celulose.

A partir deste processo de expansão na atualidade, o Brasil tornou-se o maior produtor e exportador de celulose feita de eucalipto do mundo, alguns dados nos revelam as dimensões que esses monocultivos tomaram em nosso país:

Cerca de seis milhões de hectares são plantados em solo brasileiro. Plantações de eucalipto e pinos se estendem no Brasil por uma área maior do que a Bélgica e a Holanda juntas. De todos os tipos de madeira plantados nessas plantações, 65% são de árvores de eucaliptos. As áreas plantadas de eucalipto estão localizadas, principalmente, em Minas Gerais (24%), em São Paulo (17%) e no Mato Grosso do Sul (15%). Nos últimos 5 anos o plantio de eucalipto cresce 2, 4%, principalmente no Estado do Mato Grosso do Sul onde a Fíbria, em 2017, inaugurou no município de Três Lagoas a maior fábrica de celulose do mundo. (LAG, 2017, P11).

Esses dados nos revelam, a partir de números, a dimensão pelo qual este setor tomou, tornando o Brasil líder mundial de produção. Esse processo de expansão da celulose carrega consigo contradições latentes no que tange a questão agrária brasileira e, também, a questão ambiental. O setor papelero, segundo estudiosos como Sousa (2016) nos revelam os intensos conflitos pelo qual esse ramo da revolução verde causou dentro dos territórios pelo qual foram implantados.

Neste caminho, é importante ressaltar que as plantações de eucalipto na região extremo sul baiano foram mediadas pelo processo de grilagem de terras, a empresa FLONIBRA, segundo Koopmans (2005, p.71) destruiu boa parte da Mata Atlântica e enviava a madeira para o Japão e países da Europa “*A ação dos grileiros era violenta e atendia a interesses de grandes empresas como Indústria Cabrália S/A, Florestas Nipo Brasileiras e Flonibra*”. Atualmente essas áreas griladas pertencem a Veracel Celulose e Suzano Papel e Celulose.

Um dos componentes importantes para entendermos a expansão do eucalipto na região se deu também pelas condições edafoclimáticas, visto que a planta a partir do clima e dos regimes pluviais densos desenvolve seu

crescimento com mais rapidez como nos explicam Souza (2016, *apud* Lima Coope (2009):

A região se configura como maior concentração de maciços com plantações de eucalipto a nível nacional e um importante polo de conhecimento tecnológico. E, segundo os interessados que são as Empresas e o Estado assim é, por tratar-se de uma região com áreas planas e excelentes condições geoclimáticas, que dá a possibilidade de corte do eucalipto de cinco anos, já com casos de corte em até três anos, com alta produtividade. (SOUSA, 2016, p. 71).

A partir dessas condições materiais, a região passou a ser um dos celeiros internacionais dessa produção, visto que como vimos anteriormente o desenvolvimento desse setor se dá via o agronegócio que tem como componente os capitais internacionais e, nesse sentido, é que as dezenas de empresas que iniciaram a produção de eucalipto gradativamente foram sendo compradas e fundidas como veremos adiante.

LAG (2017) e Sousa (2016) nos explicam brevemente como se instituiu as três grandes empresas que até o ano de 2019 dominaram o setor nesse território.

LAG (2017, p. 7) nos explica que a primeira delas se refere a Aracruz Celulose que teve sua fundação pela via do norueguês Erling Lorentzen, na década de 1960 iniciou as plantações de eucalipto. Em 2008, a empresa Votorantim Celulose adquiriu a empresa que mudou o nome para Fíbria. Esta empresa se tornou a maior produtora de celulose de eucalipto do mundo tendo três grandes fábricas, localizadas nos Estados do Espírito Santo, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Em 2019, essa empresa foi vendida para a Suzano Papel e Celulose.

O mesmo relatório de LAG (2017, p. 8) também nos esclarece que outra empresa de grande porte, que por aqui se instalou, foi a sueco finlandesa Stora Enzo denominada Veracel Celulose, esta que por sua vez agregou como donatários a Stora Enzo com 50% de capital e a Fíbria com outros 50% até o ano de 2019 ano em que a empresa Suzano passa a ser sócia da Estora Enzo devido à compra da antiga Fíbria.

A partir destes dados podemos compreender que a empresa Suzano papel e celulose ao comprar a empresa Fíbria e deter 50% da transnacional Stora Enzo, passa a se tornar o maior monopólio de produção de celulose de

eucalipto e de pasta de papel do mundo, onde suas principais fabricas de produção localizam-se nos municípios de Mucuri na Bahia e, também, em Três Lagoas no Mato Grosso do Sul.

Alentejano (2014) nos ajuda a compreendermos as bases pelas quais essas empresas de capital internacional agem, inserindo-se e apropriando-se dos recursos naturais pelos quais nosso país possui:

A combinação em alto grau da disponibilidade de terra e água faz do Brasil um dos principais focos de atração para os capitais interessados em expandir a produção agropecuária, visto que o padrão agrícola moderno, derivado da revolução verde, é intensivo em terra, água e energia. Ressalta-se que a tropicalidade (abundância de sol e água) dominante em nosso território garante a intensidade dos processos de fotossíntese, acelerando o metabolismo das plantas e conseqüentemente seu processo de crescimento, o que favorece ainda mais à acumulação de capital na agricultura, por contribuir para reduzir um dos seus principais entraves que é a diferença entre tempo de trabalho e tempo de produção. (ALENTEJANO, 2014, p.6).

A partir deste processo de intensa acumulação de capital e apropriação e exploração dos bens da natureza pelo qual o autor nos explica que as conseqüências deste modelo se tornam cada vez mais agudas para as classes trabalhadoras da região.

Nesta perspectiva, entendemos que esse processo de implantação destas empresas de celulose se dá em meio de conflitos gerados sobretudo pela intensa acumulação de terras e de riquezas que colocam as classes trabalhadoras em um cenário de profundas desigualdades sociais. Daí derivam movimentos sociais e povos tradicionais que se colocam contrários a essa lógica de desenvolvimento como veremos na seção a seguir.

3.2.4- Lutas e resistências dos trabalhadores/as frente ao avanço do eucalipto na região

Podemos perceber, no decorrido deste capítulo, que a construção da sociedade desta região desde os primeiros momentos da colonização foi marcada por intensos conflitos gerado pela imposição do modelo de desenvolvimento capitalista oriundo da Europa. Podemos, também, observar que a terra foi gradativamente sendo apropriada pelas classes dominantes a partir dos ciclos de produção agrícola que aqui se estabeleceram.

A implantação de florestas plantadas de eucalipto inaugura, acerca de três décadas na região, o modelo de desenvolvimento que se originou na revolução verde e que se consolida como agronegócio na atualidade. Neste contexto a ação do capital dá continuidade ao processo violento de expulsão dos povos originários de seus territórios e, também, intensifica a exclusão da terra por parte dos trabalhadores.

A criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – doravante MST -, no início da década de 1980, é uma marca histórica da reorganização do movimento camponês em nosso país, aqui nessa região o MST teve sua origem nos anos de 1987 a partir da ocupação da fazenda 40-45 como nos explica Santana (2020):

É por meio dos encaminhamentos do I Congresso Nacional, que o MST chega ao Nordeste brasileiro, com sua primeira ocupação sendo feita na área de numeração de lote 40-45 da empresa FLONIBRA, situada na cidade de Alcobaça – BA. A área foi ocupada primeiro por uma força de massa com base no início de construção da mística de luta do MST. Agricultores e agricultoras de vários municípios vizinhos e dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais foram organizados por um intenso trabalho de base que teve início em 1986 nas cidades vizinhas, e contribuíram no processo de ocupação que quebrou as cercas do latifúndio no dia 7 de setembro de 1987 e brevemente, depois, por um grupo com apoio do prefeito da cidade. (SANTANA, 2020,P.12).

Observamos que a primeira ocupação de terras do MST inaugura a criação deste movimento no nordeste brasileiro e, também, se dá justamente em uma fazenda de produção de celulose. Este Movimento desde a década de 1980 irá se confrontar segundo Souza (2020) com o latifúndio atrasado, mas também com o capitalismo modernizado, aqui representado pelos latifúndios de produção de celulose.

Desde o ano de 2009 esse movimento ocupa segundo a direção do MST³¹ 30 mil hectares de terras das empresas Veracel, Fíbria e Suzano, muitas dessas ocupações foram protagonizadas pelas mulheres em comemoração ao dia 8 de março. Das áreas ocupadas apenas uma obteve emissão de posse concedidas pelo Instituto Nacional de Colonização e

³¹ Dado adquirido a partir de consulta a direção regional do MST em 10 de julho de 2021.

Reforma Agrária - INCRA, as demais áreas continuam sob condições de acampamentos.

Imagem 1: Ocupação de mulheres do MST na fazenda Boa Esperança localizada no Município de Alcobaça/ Bahia:



Fonte: Arquivo do MST, 2017.

Identificamos, também, segundo Gonçalves (2016, p.81) que o Movimento de Luta pela Terra - MLT tem se destacado na luta pela terra em áreas das empresas de celulose, em especial na região de Eunápolis. De acordo com a autora a área ocupada pelo MLT, também em 2008, a fazenda São Caetano, de 1.333 hectares são terras devolutas e confirmadas oficialmente pela Coordenação Desenvolvimento Agrário (CDA), com plantio de eucalipto da Veracel Celulose. Essa área foi desapropriada para fins de reforma agrária no ano de 2021 após longos anos de pressão ameaças de despejos às famílias. Fato esse que comprova que as empresas se utilizam de terras públicas para desenvolver seus projetos.

Os povos de comunidades indígenas há décadas vêm enfrentando duras batalhas, já que seus territórios são alvos de apropriação por parte das empresas, a exemplo as aldeias Mucugê e Nova esperança que pertencem ao povo Pataxó:

Atualmente, os Pataxós estão lutando contra a Veracel, que plantou eucalipto no território que eles reivindicam. Dos 120.000 hectares que pertencem ao povo Pataxó, a empresa de celulose invadiu e se apropriou de mais de 30.000 hectares. O solo perde nutrientes e os grupos que originalmente viviam da agricultura, caça e pesca,

descobrem que sua subsistência está sendo impossibilitada. (LAG, 2017, p. 10).

Percebemos, por meio do relatório construído pela LAG (2017), que foi e continua sendo bastante presente a invasão das terras dos povos indígenas para realizar os plantios de eucaliptos como veremos no depoimento indígena Kamayrá Pataxó da aldeia Mucugê extraído do relatório da LAG (2017):

A empresa de eucalipto, Suzano, entrou e plantou 500 mil árvores em nosso território. Nós tivemos uma ação em que nós queimamos as árvores, arrancamos as mudas e paramos os trabalhadores. Por isso fomos processados pela Suzano. Eles tentam roubar a nossa terra. Mas vamos lutar, todos juntos! A Suzano no fim perdeu a causa na justiça e teve que se retirar da área. Agora eles apelam para tentar plantar novamente. (LAG, 2017, p.20).

Com esse depoimento podemos verificar que, para além do plantio irregular, a empresa ainda processou as suas vítimas e, atualmente, a dita empresa tenta usurpar essas terras, casos esses que não se diferenciam da ofensiva com as comunidades quilombolas onde esses plantios trazem impactos ambientais expondo a saúde das pessoas aos agrotóxicos como nos revela o depoimento de Atiliane Blandino de uma comunidade quilombola concedida a LAG (2017):

Você vê como a grama é marrom amarelada? É por causa do veneno que está sendo transportado com o vento, quando tem pulverização aérea no eucalipto. Assim as vastas áreas fora das plantações são atingidas. Pesticidas trazem consigo muitas doenças e, também, envenenam a nossa comida. Eles matam tudo. Agora está muito seco, mas quando a chuva finalmente chega, dilui o veneno e leva-o até o rio. O rio aonde costumávamos pescar. Hoje, o peixe está extinto. (Atiliane Blandino, comunidade quilombola São Domingos).

O depoimento acima da integrante da comunidade quilombola São Domingos que se situa ao norte do estado do Espírito Santo traz consigo denúncias que dizem respeito aos impactos da utilização de agrotóxicos nas comunidades, que para além da contaminação das plantações das comunidades trazem danos profundos para a saúde humana e animal, visto que as águas são contaminadas.

Neste sentido que a pesquisa realizada por Sousa (2016) sobre os impactos dos agrotóxicos das plantações de eucaliptos nesta região

corroboram com a narrativa das comunidades afetadas. A pesquisa em síntese nos revela que:

A situação mais expressa desse conjunto de construções, revelada nesta pesquisa, e materializada na seca profunda que assola a região, é a questão que envolve os recursos hídricos, tratadas durante muitos anos, por cientistas renomados, como mito, e recentemente revelada cientificamente como verdadeira. Uma perversidade, já que os impactos mais agressivos vão para as populações do campo e os mais pobres e a falta de água se configura na maior e mais grave consequência dessa estratégia medonha. Ressalta-se que a qualidade da água não é objeto deste estudo, mas o uso constante de produtos químicos, na monocultura de eucalipto aliado aos agrotóxicos usados na produção de outras commodities sugere como implicantes as contaminações em níveis desconhecidos dos recursos hídricos e suas consequências para a saúde e o ambiente. (SOUSA, 2016, p. 56).

Compreendemos que esse modelo de desenvolvimento, a partir da revolução verde, se materializa nestes solos desde as plantações de eucaliptos, tanto os dados de pesquisadores mencionados neste texto, quanto os depoimentos expostos nos demonstram que esse modo de produção capitalista afetou significativamente toda a região; em especial as classes trabalhadoras. Os impactos ao meio ambiente são incalculáveis, mas sentidos já pela deterioração do solo e da redução da biodiversidade deste bioma.

Portanto, as organizações e as ações dos movimentos sociais, comunidades tradicionais tem grande importância pelo enfrentamento que realizam neste cenário de avanço do capitalismo na agricultura.

Aprendemos, então, que a partir da breve exposição sobre os aspectos históricos da formação deste território que o processo que se estabeleceu aqui desde os primórdios da colonização foi construído sob a base da violência contra os povos e o saque das terras. Assim, a cada ciclo de produção surgiram novas formas de dominação, mas que mantiveram a égide da primazia do capital sob o trabalho.

No capítulo a seguir, iremos nos debruçar na análise do objeto desta investigação, que se centra em desvelar as formas de produção do consenso a partir de programas de educação fornecidos por grupos empresariais que incluem o agronegócio. Neste caso analisamos a inserção da empresa Votorantim S/A na educação pública.

Capítulo IV- Hegemonia burguesa na Educação: A atuação da Votorantim S/A na formação de gestores e coordenadores pedagógicos

Este capítulo tem como objetivo analisar a atuação do Instituto Votorantim enquanto um aparelho privado de hegemonia que atua na formação de gestores e docentes da Educação pública, desta maneira trataremos de situa-lo como integrante do grupo empresarial Votorantim S/A, buscando compreender suas estratégias político pedagógica para a educação.

Metodologicamente a exposição deste capítulo tratará de situar a empresa Votorantim S/A como a detentora da empresa Fíbria Celulose que teve seus empreendimentos de plantações de eucalipto até o ano de 2019 na região extremos sul da Bahia, quando se fundiu com a empresa Suzano S/A.

Destacaremos o papel pelo qual a fundação Votorantim exerce sob a educação pública nos municípios em que atua a partir da criação de seus aparelhos privados de hegemonia, esses, filiados a lógica do empresariamento da educação em curso pelo qual abordamos no capítulo dois deste trabalho. Nosso foco neste sentido visa explicitar a configuração do Programa Valorização pela Educação PVE e seu alinhamento a educação empresarial do agronegócio.

Os documentos analisados para a presente o presente capítulo foram os seguintes: *Relatório de Atividades Votorantim 2017*, texto pelo qual extraímos o pensamento dos empresários a respeito da educação pública e do próprio programa, *Relatório de atividade PVE 2019* documento pelo qual analisamos o projeto pedagógico deste programa, sua concepção de educação e metodologia de implementação e por último analisamos um documento áudio visual intitulado “*10 anos do PVE*” de onde foi possível coletarmos informações acerca dos intelectuais que organizam e implementam o programa nos municípios.

4.1- A empresa Votorantim S/A, Fibria Celulose e sua atuação “social” na educação pública

A empresa Votorantim S/A tem suas origens nas primeiras décadas do século XX, foi uma empresa adquirida por Antônio Pereira Ignácio que comprou a massa falida do Banco União. Dentre as propriedades adquiridas segundo o jornal Cruzeiro³², havia a Fábrica de Tecidos Votorantim, no atual município de Votorantim, cuja área pertencia ao município de Sorocaba.

José Ermírio de Moraes se consagrou um reconhecido empresário pelo fato de ter promovido uma intensa expansão do grupo empresarial ao se casar com a filha do fundador da Votorantim, o mesmo passou a trabalhar na empresa do sogro, tornando-se um dos principais nomes e responsáveis pelo desenvolvimento dos negócios da família.

Podemos visualizar a partir de dados coletados em veículos de comunicação da empresa³³ Votorantim que ela atualmente atua em diferentes ramos de produção, dentre eles: Empresas que atuam nas áreas de cimento, concreto e agregados (Votorantim Cimentos), mineração e metalurgia (Nexa, ex-Votorantim Metais), alumínio (CBA), energia (Votorantim Energia), aços longos (na Argentina e Colômbia), celulose (Fibria), laranja (Citrosuco) e financeiro (Banco Votorantim).

Imagem 2- Logomarcas representando as diversas empresas da Votorantim S/A.

³² Dados extraídos da reportagem sobre a história da empresa Votorantim do jornal Cruzeiro. Disponível em: <https://www2.jornalcruzeiro.com.br/materia/903357/grupo-votorantim-que-nasceu-e-se-expandiu-na-regiao-faz-100-anos>. Acesso em: 24 jul. 2021.

³³ Informações adquiridas no portal da empresa Votorantim. Disponível em: <https://www.votorantim.com.br/>. Acesso em: 25 jul. de 2021.



Fonte: Extraída da página da empresa <https://www.votorantim.com.br/>.

A amplitude de ramos de produção pelo qual a empresa Votorantim atua nos dá dimensões do papel que ela exerce na economia brasileira, visto que seus setores atuam desde a base industrial, do agronegócio, da mineração e do capital financeiro, formando aqui sem dúvidas um monopólio de capitais concentrados em uma única família.

Atualmente a empresa atua em mais de 20 países. Podemos contrastar esses conglomerados de empresas concentradas sob o domínio de uma única família com os altos índices de desigualdades econômicas, e sociais em que o nosso país se encontra, o relatório sobre a riqueza global³⁴ no ano de 2021 aponta que o Brasil continua a ocupar o lugar de um dos países mais desiguais do mundo.

A pesquisa aponta que quase a metade da riqueza do país foi toda para a mão do 1% mais rico da população: Em 2019, eles detinham 46,9%. É também o pior nível de **concentração de renda** desde pelo menos 2000, de acordo com o relatório: naquele ano, o 1% mais rico era dono de 44,2% das riquezas no Brasil e, em 2010, esse número havia caído para 40,5%, a menor proporção registrada no período. Dali em diante, essa proporção voltaria a subir até chegar aos quase 50% do ano passado nas mãos do pequeno grupo que ocupa o topo. (Riqueza Global, 2021, p.2).

Os dados evidenciam um abismo de desigualdades econômicas entre as classes sociais no Brasil, como já é sabido a pandemia da COVID-19 já

³⁴ Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/business/desigualdade-no-brasil-cresceu-de-novo-em-2020-e-foi-a-pior-em-duas-decadas/>. Acesso em: 24 jul. 2021.

abordada na introdução deste trabalho trouxe à tona as mazelas destas disparidades, aprofundando ainda mais essa distância entre os possuidores das riquezas e os despossuídos.

A partir destes aspectos percebemos, que também os conglomerados de empresas inseridos na Votorantim S/A obtiveram lucros significativos mesmo em tempos de recessos econômicos, a revista “Isto é dinheiro³⁵” explicita essa informação enfatizando que a empresa obteve receita líquida global de R\$ 5,8 bilhões no segundo trimestre do ano, aumento de 50% em relação a igual período de 2020, resultado do aumento do volume de vendas e da dinâmica de preços favorável em todas as regiões em que opera. O segundo trimestre de 2021 foi marcado pelo crescimento das vendas em vários mercados em que a Votorantim Cimentos atua. As vendas globais de cimento da empresa somaram 9,8 milhões de toneladas no segundo trimestre deste ano, crescimento de 31% em relação às 7,5 milhões de toneladas comercializadas no mesmo período de 2020.

Na seção a seguir buscaremos compreender as relações entre a empresa Fíbria celulose e Instituto Votorantim na implementação do programa Valorização pela Educação / PVE.

4.1.2- A Empresa Fíbria e a atuação do Instituto Votorantim na educação

A nossa investigação partiu justamente das ações da Fíbria celulose³⁶ e sua atuação na região visto que a partir de sua fundação no ano de 2009 fundiu-se a Aracruz Celulose dando continuidade as atividades na região, a consolidação e expansão do setor papelero já foi enfatizada no capítulo 3 deste trabalho. Neste sentido faz-se necessário compreendermos a totalidade dessas relações para que possamos analisar o programa de educação que o

³⁵ Informação disponível em : <https://www.istoedinheiro.com.br/votorantim-cimentos-reverte-prejuizo-em-lucro-de-r-692-mi-no-2o-tri/>. Acesso em: 24 jul. 2021.

³⁶ Analisar a atuação da Fíbria em solos do extremo sul baiano é entender que esta segundo dados do Fíbria³⁶ (2018) se consolidou como a maior produtora de celulose de eucalipto do Brasil e do mundo possuindo capacidade produtiva de 5,3 milhões de toneladas anuais de celulose, com fábricas localizadas em Três Lagoas (MS), Aracruz (ES), Jacareí (SP) e Eunápolis (BA), onde mantém a Veracel com a Stora Enso.

Instituto Votorantim, em nossa compreensão está arraigado ao modo de produção capitalista aqui implementado.

A empresa segundo dados da LAG (2017, p.12) ocupou uma área para a produção de eucalipto de 846 mil hectares, somados a mais 90 mil hectares com a Veracel celulose a qual foi sócia até ser fundida com a Suzano. Importante ressaltar que o Estado brasileiro através do BNDES detinha 29,08% das ações da empresa, subsidiando-a com recursos públicos para sua construção e consolidação. Os plantios de eucaliptos como verificamos no capítulo anterior foram sendo implantados sob a base de intensos conflitos, neste sentido que compreendemos que há uma necessidade constata de se produzir consenso sob essa forma de acumular capital via exploração humana e da natureza.

Compreendemos assim, a partir dos escritos nos legado por Marx (1988, p.45) que o modo de organização da vida social no modo de produção capitalista se realiza mediante a organização do trabalho, a forma de organização do trabalho nesta sociedade capitalista que irá definir a organização da sociedade que por sua vez, divide-se em duas classes sociais, neste sentido que este mesmo autor irá nos explicar que as ideias dominantes em que Gramsci retrata como hegemônicas são justamente as ideias dessa classe que detém os meios de produção.

Neste sentido, nosso esforço aqui visa compreender como a partir da realidade concreta da implantação de monocultivos de celulose na região do extremo sul baiano, que se deu via intenso processo de expropriação dos trabalhadores, a classe dominante impõe sua forma de materializar seus processos de exploração via instrumentos criados justamente para apaziguar as relações conflituosas entre as classes. A partir das lentes marxistas nós analisamos a atuação do Instituto Votorantim como um aparelho privado de hegemonia teorizado por Gramsci (1978), atuando justamente via projetos de educação privada que se inserem na educação pública.

Para compreender tais relações, se faz necessário conhecermos como se estrutura o Instituto Votorantim, espaço esse que desempenha dezenas de projetos denominados “sociais” representando todas as empresas que compõe

o grupo Votorantim S/A. Segundo informações contidas na página eletrônica do Instituto Votorantim o mesmo foi criado em 2002:

O Instituto Votorantim é o núcleo de inteligência social das empresas investidas da Votorantim e trabalha com a geração de valor compartilhado. Isso significa promover benefícios sociais cada vez mais significativos e duradouros nas localidades de atuação da Votorantim, gerando um ambiente propício para a operação sustentável dos negócios. Nossa atuação prioriza conhecer os atuais desafios das regiões onde há negócios Votorantim, e é um dos passos para entender quais são as soluções de longo prazo para a sociedade e identificar oportunidades e riscos para os negócios. A partir deste diagnóstico, elaboramos estratégias e projetos para promover o desenvolvimento social e, ao mesmo tempo, ampliar a competitividade das empresas. Também buscamos, em todas as nossas ações, o alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). (VOTORANTIM, 2017, p 6).

Podemos observar que a missão deste Instituto diz respeito a trabalhar para que haja ambientes adequados a operações da própria empresa, verificamos a partir da narrativa exposta que há trabalhos ditos “sociais” destinados a contribuir para a manutenção das relações de produção implementadas em cada município pelo qual as empresas do grupo atuam. Indagamo-nos desta maneira sobre a necessidade destes ambientes ditos adequados para a efetivação dos objetivos de cada um dos setores pelo qual a empresa atua.

Essas indagações nos possibilitam observar que o Instituto Votorantim cria os chamados investimentos sociais, ao qual destina recursos e apoios técnicos e financeiros a populações dos municípios. A apresentação exposta em sua página na internet, afirmam que possuem uma teia de parceiros que comungam de suas estratégias de investimentos como afirma Rafael Gioiello, Diretor geral do Instituto Votorantim:

Os projetos do Instituto Votorantim são definidos a partir das demandas das empresas investidas e de oportunidades identificadas por meio da interação com parceiros estratégicos. O Instituto funciona como uma ‘antena’ que identifica conexões e oportunidades capazes de apoiar tanto as empresas investidas da Votorantim quanto nossos parceiros, no enfrentamento de desafios sociais. “Ao lado do Instituto, os parceiros compõem uma rede que, a cada dia, ganha mais sinergia, alinhamento e consistência nos resultados dos projetos executados em conjunto (Rafael Gioiello, página do Instituto Votorantim). (VOTORANTIM, 2017, p 15.).

Desta forma é possível compreendermos que o Instituto não atua isoladamente em suas ações voltadas a sociedade civil, ele compõe uma rede de parcerias que comungam com a estratégia necessária de atuação empresarial, neste sentido o Instituto tem como principais parceiros segmentos que representam os interesses das classes dominantes desse país.

Vejamos assim quem são os parceiros estratégicos deste instituto: o INSPER- O Insper é uma instituição privada de ensino superior brasileira que atua nas áreas de negócios, economia, engenharias; o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, é uma organização financeira internacional com sede na cidade de Washington; Fundação Orapyaú que oferta apoio estratégico, financeiro e de articulação a iniciativas de projetos sociais alinhados aos temas da sustentabilidade; o SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; PNUD- Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, órgão que compõe a ONU- Organização das Nações Unidas; Fundação Leman- fundação familiar do grupo empresarial Leman que desenvolve projetos educacionais para a educação pública no Brasil; FDC- FDC é uma escola de negócios que oferece formações por meio de Soluções Educacionais nacional e internacionais; Instituto Natura, pertencente a empresa natura que atua em projetos voltados a educação pública no Brasil, Argentina, México, Chile e Peru; Instituto Rui Barbosa IRB é uma associação civil criadas pelos Tribunais de Contas do Brasil. Ainda tem como sua parceira o Canal Futura, pertencente a empresa Globo e a fundação Roberto Marinho, são associadas ao Movimento Todos pela Educação, Instituto de cidadania empresarial, Rede América/ que desempenha assessoria vinculada ao tema da educação sustentável, tendo atuação na américa latina.

Realizamos o exercício de dar nome a todas as entidades que realizam apoios e parcerias com o Instituto Votorantim justamente para demonstrar como essas instituições, em sua maioria denominadas sem fins lucrativos estão organizadas e representam seus interesses de classe. No capítulo dois da pesquisa, trabalho podemos nos debruçar e compreender como se estrutura estratégias do empresariado na educação pública neste período de avanços das políticas neoliberais em nosso país.

Numa leitura Gramsciana podemos verificar que o objetivo da existência do organismo “Todos pela Educação”, bem como, a função dos intelectuais empresariais no direcionamento dos rumos da educação brasileira visa mobilizar outros setores da sociedade civil e, também, da política para se unir ao projeto que estes propõem. Para construir um consenso sobre a própria existência e importância do TPE, necessariamente esse bloco produz um conjunto de narrativas sobre a educação pública, em especial sobre a suas fragilidades.

E é neste contexto que compreendemos que a Votorantim S/A se filia a esse grupo de empresários, visto que faz parte do TPE e constrói uma ferramenta de atuação junto a sociedade civil, essa ferramenta por nós aqui é compreendida como a criação do Instituto Votorantim, esse que sem medir esforços irá seguir a risca a agenda do TPE incidindo com força sobre a agenda da educação pública dentro dos territórios pelo qual atua. Desta maneira, a interpretamos como um aparelho privado de hegemonia, que como nos explica Fontes (2020, p133) “*aparelhos privado de hegemonia nos remete para a organização e, portanto, para a produção coletiva, de visões de mundo, da consciência social, de formas de ser adequadas aos interesses do mundo burguês (a hegemonia)*”.

Por tanto, identificamos dentro do rol de atuação do instituto Votorantim que o mesmo desenvolve um programa voltado especificamente para a atuação na educação pública, denominado atualmente como Parceria Valorização da Educação PVE.

Na seção seguinte objetivamos apresentar e analisar a estruturação desse programa enquanto um espaço que tem como centralidade expandir a agenda da educação do capital a partir da ótica empresarial, aqui representada pela Votorantim S/A.

4.1.3- O programa Parceria Valorização da Educação do Instituto Votorantim

A criação do Programa denominado inicialmente como Parceria Votorantim pela Educação nasceu dez anos antes do centenário da empresa

Votorantim, dessa maneira em sua narrativa seus empresários afirmam que este programa foi intitulado a síntese de valorização da educação pelo qual a empresa sempre teve ao longo de sua trajetória. O relatório de atividades da empresa de 2017³⁷ explicita o depoimento da integrante da família Ermíno de Moraes, Ana Helena de Moraes Vicintin que possui o cargo de Vice-presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Votorantim:

(...)em 2018 a Votorantim completa 100 anos, e esse marco nos estimula a pensar nos 100 anos seguintes. Como parte desse exercício, no Instituto nos questionamos: o que fazer hoje para dar suporte à Votorantim do século XXII? Como seguir qualificando a estratégia social das empresas investidas para que propiciem mais qualidade de vida às comunidades e estabilidade ao ambiente de negócios? As respostas a essas perguntas se constroem por meio de ações de planejamento e, monitoramento, análise profissional de tendências e boas práticas e relacionamento estreito com os negócios. Por isso, é motivo de muito orgulho que o programa Parceria Votorantim pela Educação, uma tecnologia social desenvolvida pelo Instituto, tenha sido escolhido para fundamentar a principal intervenção social da Votorantim no marco das comemorações do centenário, em 2018. (VOTORANTIM, 2017, p.4).

A reflexão de Helena Moraes evidencia o que já viemos discutindo na tessitura da pesquisa sobre a constante preocupação das classes dominantes com a educação, aqui compreendida nas palavras de Moraes “da necessidade de estabilidade dos negócios por onde atuam”, e é neste sentido que o PVE irá se afirmar como esse lugar de atuação direta na educação dos trabalhadores seguindo a lógica de desenvolvimento capitalista em curso. Com a palavra Maria Helena de Moraes:

A escolha do PVE foi, fundamentalmente, uma escolha de negócios, baseada em critérios objetivos de eficiência e eficácia. O programa vem sendo avaliado periodicamente por uma consultoria externa contratada pelo Instituto e, em 2016, pela terceira vez, comprovou impactar de forma consistente os municípios em que é aplicado, com a elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Isso significa legar às localidades um impulso efetivo ao desenvolvimento e alavancar mudanças reais. (Vídeo/Votorantim, 2019).

Ao realizar a afirmação de que “A escolha do PVE foi, fundamentalmente, uma escolha de negócios”, a empresária deixa nitidamente exposto a intencionalidade do próprio objetivo deste programa, no mesmo sentido a mesma enfatiza seu alinhamento a pauta do Movimento Todos pela Educação, explicitando os sistemas de avaliação tal como o IDEB, como ferramentas de mediar a eficácia da qualidade da educação pública. A mesma ainda expõe o papel do programa na elevação da qualidade da educação pública, subentendendo que haverá melhorias nas condições de vida destas populações.

Essas afirmações nos remetem a Silva (2018, p.4), onde explicita a argumentação do empresariado do movimento todos pela educação, em que afirmam que o Estado possui incapacidades na realização de políticas educacionais que deem conta das demandas do mercado. Diante destas constatações, os empresários criaram o TPE com a missão de mudar o quadro educacional do país, principalmente no que se refere a qualidade na educação. Neste sentido sua agenda visa incidir nas políticas educacionais para que respondam as demandas das organizações internacionais.

Compreender a atuação dos empresários a partir da narrativa de Maria Helena Moraes também nos remete a fazer um diálogo com Gramsci (1978) buscando apreender o movimento que este realiza na construção da hegemonia, sobretudo que esse autor nos leva à compreensão de que a hegemonia é conquistada por determinado grupo social considerando sua capacidade de domínio, tanto do ponto de vista técnico no mundo da produção, mas também da perspectiva política por sua capacidade de direção, pois imprimem em toda a sociedade o seu projeto, esse grupo, por sua vez, para garantir tal dominação, necessariamente atua no mundo da cultura e da formação de intelectuais orgânicos especializados.

Para Gramsci (1978), esse processo é estabelecido na relação da sociedade civil (superestrutura) e sociedade política (Estado). Podemos assim afirmar que esses empresários atuam sem dúvidas como intelectuais que constroem sua base de dominação e é que a Votorantim S/A propõe projetos que se insiram na estrutura estatal, via secretarias municipais de Educação,

com vistas a implementar o projeto de seu grupo, aqui entendido como o Movimento todos pela Educação.

Desta maneira se faz necessário interpretarmos o pensamento do grupo empresarial acerca da educação pública, destacar a narrativa que esses estabelecem para a sociedade justificando a necessidade de o setor privado inserir-se e atuarem na educação pública.

A respeito disso nosso trabalho analisou o relatório dos resultados dos dez anos de atuação do PVE elaborado pelo Instituto Votorantim, nele constam as argumentações dos empresários da Votorantim S/A. Outro material em que nos baseamos para construir essa análise advém de um produto áudio visual denominado “ Parceria Votorantim pela Educação: Uma década de história” que foi elaborado em decorrência da comemoração dos dez anos do PVE, e nos fornecem as argumentações do empresariado a respeito da intencionalidade do programa na formação de gestores da educação pública.

Nesse contexto percebemos há nos depoimentos dos empresários afirmações que enfatizam a educação como um dos compromissos que estão imbricados desde a gênese da empresa. Para Maria Helena de Moraes a empresa sempre teve muito apreço pelo tema da educação, “*desde sua fundação lá com Pereira Inácio, ele acompanhava pessoalmente as notas dos alunos das suas comunidades*”. Na sequência essa irá nos narrar os aspectos que fazem com que essa empresa atue junto a educação pública.

E porque que a Votorantim decidiu fazer isso, tem pelo menos dois aspectos fundamentais, o primeiro são os valores, os valores que vem da família, os próprios valores do grupo, quando se fala em generosidade, em investimento social, em DNA social que sempre apontaram para esse investimento em educação, fazer mais do que é esperado e uma crença de que negócio e comunidade podem evoluir em sinergia. (Maria Helena de Moraes). (VÍDEO/VOTORANTIM, 2019).

A afirmação da empresária faz identificarmos que há uma necessidade por parte da empresa em disseminar valores intrínsecos à família sob a ótica do compromisso social, e com isso enfatizam o compromisso com o

desenvolvimento social nos seus negócios. Nos cabe questionarmos qual é esse desenvolvimento social expresso por esses empresários.

Assim, é importante retomarmos a discussão que orienta a base de construção deste trabalho, que justamente nos remete a pensar que a base de estruturação da sociedade capitalista diz respeito a primazia do capital sobre o trabalho. Marx (2008) e Delgado (2012) nos explicam que esse modo de organização da vida social se realiza mediante a organização do trabalho, a forma de organização do trabalho na sociedade capitalista que irá definir a organização da sociedade que por sua vez, divide-se em duas classes sociais, a classe dominante e a classe dominada.

Ao analisarmos a narrativa da empresa, podemos compreender que seu compromisso para o social, nada mais é que a construção da manutenção de seus empreendimentos e sua perpetuação há mais de cem anos sob a base do suor da força de trabalho de milhares de trabalhadores.

Neste caminho precisamos nos ancorar na compreensão do papel do Estado capitalista na manutenção dessas relações de exploração, visto que este conceito Gramsciano se define no espaço da arena da luta de classes, que a burguesia organizada atua diretamente dentro de suas instituições produzindo sua forma de dominação.

Desta maneira a pesquisa sinaliza o dado de que o PVE inicia a sua atuação na educação pública com o total aval do Ministério da Educação no ano de 2010, como nos narra seu diretor Cloves Carvalho:

Quando o programa é desenhado, naquela ocasião, o programa dialogou muito com o Ministério da Educação, e o MEC nos falou uma coisa que é o seguinte, “eu não preciso que você invista em computador, em reforma de escola, isso aí tem dinheiro disponível para as escolas e para os municípios, agora a Votorantim tem uma coisa que o MEC não tem. Vocês estão nos municípios”. (VÍDEO/VOTORANTIM, 2019,).

Ao analisarmos essa informação percebemos a articulação com a pauta do Movimento Todos pela Educação-TPE, como visualizamos no capítulo dois, no ano de 2007, o TPE transformou suas bandeiras reivindicatórias em política

de educação, onde o PDE passa a ser denominado “compromisso todos pela educação”. De sobremaneira a empresa irá ressaltar que seu objetivo se destina a garantir a inserção privada (empresariado) na educação pública, conforme consta o PVE:

O objetivo é assegurar o direito à educação, partindo do princípio de que este é um compromisso de todos: família, escola, governo, empresa e comunidade. Para alcançar esse objetivo, o projeto disponibiliza o ativo mais valioso do grupo: o capital humano. Intitulados como “mobilizadores”, os funcionários envolvidos atuam na articulação de parceiros para que o tema seja tratado como prioridade na agenda dos municípios, auxiliando a comunidade no planejamento e desenvolvimento de ações de mobilização social. (Relatório PVE 2019, p. 6).

O papel de formador e organizador que a Votorantim expressa e a própria concepção de educação revelam que seu “capital humano” é seu ativo mais valioso, e nos remete a compreender que estes atuarão como seus intelectuais orgânicos e, sem medir esforços formarão gestores educacionais a serviço de seus interesses, sustentados na pedagogia do capital.

Na perspectiva da pedagogia do capital, a empresa necessariamente precisa a todo momento construir um discurso da necessidade da educação pública contar com a participação de todos, dando base para iniciativa privada se instalar na mesma. Com a palavra Clóvis Carvalho (2018), um dos diretores da Votorantim:

A Votorantim acredita que a iniciativa privada pode contribuir para a melhoria da gestão pública, produzindo resultados mais rapidamente do que se dependessem apenas dos orçamentos oficiais. Temos consciência de que a iniciativa privada não deve ocupar o lugar do poder público; mas ela pode contribuir muito para a melhoria dessa gestão, instrumentalizando os gestores e mobilizando a comunidade para que cobre o poder público por serviços de qualidade. (Relatório PVE, 2018, p.2).

Portanto, percebemos que há segundo a fala do diretor uma intenção de contribuir justamente na formação em gestão da educação pública, com a intenção inclusive de mobilização da comunidade, no sentido de que esta passe a cobrar resultados do poder público, aqui também se coloca a educação a ser ofertada para a população como um serviço, ou seja, numa

lógica gerencial empresarial. O PVE possui um tripé de atuação que atinge não somente a formação pedagógica dos docentes, mas impõe a organização e a direção organizativa das Secretarias de educação.

Segundo o Projeto do PVE³⁸ o mesmo possui três grandes estratégias de atuação para atingir os objetivos para melhorar a educação. O primeiro refere-se à elaboração de estratégias eficientes; a segunda definir os focos de atuação e competências a serem desenvolvidas nas formações presenciais com gestores e coordenadores pedagógicos nos municípios e a terceira estratégia diz respeito a atuação de três frentes de trabalho – **Gestão Educacional, Gestão Escolar e Mobilização Social**, sobretudo porque os planos de ação são traçados e orientam o foco do trabalho do PVE em sua ação junto aos municípios.

Na seção a seguir iremos analisar como se estrutura o Programa Valorização pela Educação, trataremos de apresentar sua forma organizativa, buscando também compreender as concepções educativas por traz de seu desenho organizacional.

4.1.4 A proposta de atuação pedagógica do PVE junto aos municípios

Para descrever e analisar a proposta de atuação pedagógica do PVE junto aos municípios partimos de levantamento da literatura que o Instituto Votorantim disponibiliza em seus meios de comunicação digitais, incluindo textos e, também, produtos áudio visuais, tal como site do Instituto, e site do PVE e vídeos.

Inicialmente buscamos compreender a estruturação pedagógica do PVE e identificar seus intelectuais que formularam o programa, nossa primeira impressão era de que o Instituto Votorantim dispunha de uma equipe pedagógica específica para este, no entanto verificamos que o mesmo tem como colaboradores contratados dois organismos não governamentais que prestam serviço a empresas com a temática de formação de professores, o

³⁸ Informações extraídas do site do PVE “objetivos do PVE” <https://pve.institutovotorantim.org.br/institucional/>, consultado em 12/08/2020.

CEDAC- Comunidade Educativa e o CENPEC-Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária.

O CEDAC segundo informações contidas na página da entidade³⁹ é uma organização da Sociedade Civil atua na formação de gestores públicos e educadores tendo como seu propósito contribuir com a construção de uma educação integral para todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos, essa entidade teve sua fundação no ano de 2007, atualmente atua na assessoria de diversas empresas que desenvolvem programa semelhantes o Instituto Votorantim, tais como: Fundação SM, FTD Educação, Programa Suzano Educação, Itaú Social dentre outros.

O CENPEC⁴⁰ segundo informações contidas em sua página eletrônica estabelece parcerias com escolas, espaços educativos de caráter público e iniciativas privadas. O mesmo desenvolve ações voltadas ao desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens, formação de profissionais de educação, ampliação e diversificação do letramento e fortalecimento da gestão educacional e escolar. Dentre seus parceiros constam Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), UNESCO, UNICEF, Consed, Undime, Congemas, Ministério da Educação (MEC), Itaú Social, Fundação Roberto Marinho, Fundação Vanzolini, Fundação CASA, Instituto Votorantim, Fundação Fé e Alegria, Canal Futura, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Expresso Itamarati e Samsung Electronics.

Realizamos essa breve apresentação das entidades que desenvolvem o Programa Valorização pela Educação justamente para mapearmos de onde vem o financiamento. Para compreendermos que seus projetos atendem as demandas da educação do capital, incluindo assim organismos internacionais, grupos empresariais e próprios órgãos de Estado, tais como Ministério da Educação e prefeituras.

³⁹ Informação extraída do site <https://comunidadeeducativa.org.br/sobre>. Acesso em: 12 ago. 2021.

⁴⁰ Informação extraída do site <https://www.cenpec.org.br/quem-somos>. Acesso em: 12 ago. 2021.

O PVE, inicialmente batizado como Parceria Votorantim pela Educação, no ano de 2018 passou a chamar “Parceria Valorização pela Educação”, conforme objetivos já enfatizados, esse programa possui metodologicamente uma forma de atuação. Inserir-se como “parceiro” da educação pública nos municípios onde as empresas do grupo Votorantim S/A possuem empreendimento. No caso analisado nessa pesquisa o ramo produtivo diz respeito a plantações de celulose no extremo sul baiano.

O programa, considerando nosso entendimento e dos materiais estudados, é apresentado para os municípios pelas próprias empresas através de seus gerentes de sustentabilidade, que tem o papel de se relacionar com os sujeitos afetados pelos empreendimentos, visto que essas relações de produção capitalistas produzem a todo tempo processos conflituosos com as populações dos espaços em que atuam.

A sua estruturação do programa se dá a partir da gestão educacional dos municípios, seus formadores conjuntamente a empresa tratam de apresentar o projeto aos Secretários de Educação geralmente acompanhado dos gestores municipais, prefeitos/as e desta maneira assina-se um acordo de cooperação entre o Instituto e prefeitura, esse acordo é renovado a cada ano. Assinado o acordo de cooperação técnica, o Instituto Votorantim e sua assessoria pedagógica (CEDAC ou CENPEC), passam a atuar juntamente a Secretaria Municipal de Educação, buscando trazer presente dados diagnósticos do desenvolvimento da educação do município.

O PVE nessa frente de educação, ele lida com esses atores, no caso que são representantes de todos os gestores que compõe as secretarias de educação pensando no seu papel, para que seu trabalho consiga chegar lá dentro da escola, dentro da sala de aula. E dentro da gestão educacional tem um aspecto muito interessante que é a definição dentro do PVE dos técnicos formadores que ficarão responsáveis pelos diretores e pelos coordenadores pedagógicos, e nós combinamos com eles então qual a estratégia, qual é a pauta, quais as ações que eles precisam desencadear para tornar possível o que a gente disparou. (Assessor do CENPEC, vídeo PVE, 2016).

A afirmação da técnica do Centro de Educação, Pesquisa, Cultura e Ação Comunitária- CENPEC, nos faz entender metodologicamente que essas entidades chegam junto as secretarias municipais de educação com uma metodologia fechada de atuação, visto que eles direcionam para esses

técnicos qual será seu papel, e passam a ser os executores no sentido de fazer com que o programa chegue até as escolas e até os alunos. Por sua vez, as Secretarias devem disponibilizar os técnicos formadores para o PVE, ou seja, funcionários públicos, pagos por recursos públicos a serviço do projeto.

Compreendemos que essa primeira esfera do PVE que diz respeito a Gestão educacional, ou seja, a entrada do Instituto Votorantim nas secretarias municipais de educação é fundante para o Programa. Nesta esfera, compreendida como a maior na hierarquia da estrutura educacional dos municípios irão ser planejadas e acordadas toda a estratégia de atuação empresarial. No vídeo sobre os dez anos do PVE (2018) consta a seguinte informação que corrobora com a nossa análise:

Quando a gente olha para o jeito, a forma pelo qual as secretarias estão organizadas, a gente vê que há muita precariedade e fragilidades na estruturação desses processos de trabalho, por outro lado quando a gente faz as discussões, a gente vê que tem coisas muito ricas, leituras e diagnósticos muito interessantes, de todos os problemas que os municípios enfrentam no tema da educação. Na medida que a gente transfere um conhecimento de gestão e instala nos municípios, a ideia é que isso fique internalizado na estrutura de gestão. (Relatório, PVE, 2018, p.8).

A narrativa expressa no vídeo de 2018, demonstra que há a intenção de implementar novas formas de gestão educacional, visto que a equipe do PVE reafirma a precarização que existe dentro das secretarias de educação, e fica evidente que o objetivo é transferir outra forma de administrar a educação pública nos municípios, e é aos gestores municipais serão apresentados as competências que devem perseguir para melhorar a educação. Vejamos a seguir algumas competências que guiam a formação dos gestores educacionais:

Quadro 2- Competências para gestores Educacionais:

Dimensões	Competências	Práticas a serem desenvolvidas
PROCESSOS DE GESTÃO	Apropriação dos processos de gestão, grau de autonomia com que são executados e participação da comunidade escolar em instâncias de planejamento.	<ul style="list-style-type: none"> •Planejar •Executar •Fazer diagnóstico •Acompanhar •Envolver a equipe •Usar as tecnologias da informação e comunicação •Institucionalizar o planejamento

CONSTITUIÇÃO DE EQUIPE COLABORATIVA	Compreensão da importância de trabalhar em equipe, nos planejamentos, decisões e ações da escola.	Compartilhar decisões com a Secretaria <ul style="list-style-type: none"> • Envolver a equipe escolar • Ser uma liderança presente • Ser uma liderança democrática
PARCERIAS MOBILIZAÇÃO SOCIAL	Compreensão da importância da participação dos estudantes, das famílias e da comunidade nos planejamentos, decisões e ações da escola.	<ul style="list-style-type: none"> • Valorizar e promover a participação do aluno • Mobilizar a comunidade escolar • Aderir a parcerias • Engajar a família e a comunidade • Favorecer ações intersetoriais • Efetivar a gestão democrática na relação com estudantes, famílias e comunidade • Institucionalizar processos para a participação e mobilização social
GESTÃO DE RECURSOS	Capacidade de gerenciar os recursos financeiros, humanos e infraestrutura (materiais, espaço e equipamentos) da escola, com foco na aprendizagem.	<ul style="list-style-type: none"> • Controlar o patrimônio • Controlar o uso dos materiais • Prestar contas • Viabilizar e disponibilizar os recursos • Acompanhar o uso dos recursos • Estruturar o funcionamento do trabalho da equipe • Usar estrategicamente os recursos • Captar recursos • Favorecer a transparência no uso dos recursos

Fonte: PVE (2019)

Como podemos observar o PVE apresenta através de seus formadores a matriz de competências a ser incorporada pelas secretarias de educação, a partir de seu documento de orientação do programa⁴¹. O documento afirma que o objetivo central dessas competências diz respeito a elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação nos municípios e o programa irá estabelecer uma estrutura de monitoramento para a efetivação das competências. Ou seja, o programa visa incidir diretamente na estratégia global da educação pública dos municípios, desta maneira se efetivado, passa a comandar a formação dos gestores e professores, chegando até os alunos.

⁴¹ Disponível em <http://www.institutovotorantim.org.br/wp-content/uploads/2019/02/Dia-19.02-Apresentacao-geral-V5-1.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2021.

Nessa esteira, é função dos gestores educacionais fazerem com que as escolas passem a aderir ao programa PVE. Desta maneira veremos quais são as estratégias utilizadas pelo PVE na implementação da formação dos gestores das escolas e seus coordenadores pedagógicos.

O grupo de formadores do PVE, pós esse momento inicial de atuação junto as secretarias de educação, passará a promover as formações do programa para a rede municipal de ensino, cabendo aos técnicos da secretaria de educação garantirem a participação docente em 4 encontros anuais.

As formações iniciais do PVE com os gestores e coordenadores pedagógicos partem das bases de dados educacionais do município, avaliações do IDEB do município e escolas e, também, de dados sociais de desenvolvimento da população, com posse desses dados, os formadores apresentarão a metodologia de análise sobre a atuação dos gestores em suas escolas, com o pressuposto sempre de melhorar a qualidade da educação pública.

Essa metodologia, segundo informações do CEDAC- Comunidade Educativa, Relatório PVE (2018, p.13) consiste em identificar as fragilidades em seus sistemas de atuação, tanto na gestão escolar, quanto nas próprias coordenações pedagógicas. As avaliações são planejadas com a finalidade de registro e de organização de planejamento. O planejamento de atuação é orientado pelas seguintes dimensões: Se o ensino aprendizagem encontra-se **frágil, em consolidação, consolidado ou robusto**, tendo como parâmetro as avaliações o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica IDEB.

Segundo a Comunidade Educativa-CEDAC, uma das atribuições dos grupos de gestores e coordenadores pedagógicos após a primeira formação é justamente desencadear um processo avaliativo interno em cada uma das unidades escolares, planejando as fragilidades da gestão e do processo de ensino aprendido dos alunos para assim desencadear um planejamento de ações.

Esse processo de avaliação e diagnóstico é fomentado a ser realizado com a participação das comunidades, assim se desencadeia o eixo do PVE denominado Mobilização Social. A coordenadora pedagógica do PVE, Camila

Fatori, nos relata através do vídeo “10 anos do PVE” (2018) a intencionalidade do programa com esse eixo:

A gente busca que as pessoas da sociedade passem a conhecer mais sobre os temas da educação, entenderem os indicadores da sua localidade, ou seja como está a educação no geral, mas também como está a educação ali no seu município, quais são os fatores que precisam melhorar, então essa é uma reflexão conjunta, como é que cada um ali, o pai, o comerciante local, a pessoa da lanchonete poderia colaborar para que essa avaliação acontecesse, com a participação efetiva da sociedade. (CAMILA FATORI, coordenadora do PVE/CEDAC).

Aqui podemos perceber que o Instituto Votorantim necessariamente visa atingir as comunidades que cercam as escolas, contendo em boa medida as populações atingidas pelo empreendimento. A metodologia de incentivar uma avaliação sobre a educação local casada com os índices que medem a aprendizagem dos alunos implica em convencer esses sujeitos da própria pertinência e da importância da empresa no desenvolvimento social e educacional do município.

O Programa Parceria Valorização pela Educação ao longo de seus mais de onze anos de existência chega a atingir números significativos de atuação na educação pública. Os dados a seguir apontam, em números, como a empresa Votorantim S/A se entrincheirou nas estruturas estatais, revelando o avanço da pedagogia do capital na formação docente em nosso país.

O PVE acredita que todo mundo tem um papel na educação das crianças, e, por isso, fortalece parcerias para otimizar a intenção e o foco das ações para melhoria da educação municipal, nestes 11 anos já contabilizamos números surpreendentes: atuação em 101 municípios de 18 estados brasileiros, atendemos 1.227 escolas, e impactamos 547.949 mil alunos. Neste período mobilizamos com ações sociais mais de 2.454 mil pessoas entorno do projeto e envolvemos 9 empresas. (PVE, 2021, página eletrônica do programa).

Podemos verificar com esses números que a engrenagem de atuação nos municípios em que a Votorantim S/A se encontra robusta, atinge um número significativo de escolas e de alunos e, também, de comunidades. Portanto, a pesquisa em curso, mostra a disposição estratégica da empresa em atuar sob a orientação do Movimento Todos Pela Educação.

Até aqui nos propomos a apresentar a atuação metodológica do Instituto Votorantim através do PVE, identificando assim o pensamento empresarial sobre a educação pública, bem como se organizam para disputar e apropriar-se da educação dos municípios. Seus empresários e seus formadores, aqui são entendidos nessa análise como os intelectuais que dão organização ao projeto por eles elaborados.

No capítulo a seguir objetivamos analisar a sua inserção material em uma prefeitura do extremo sul baiano, visando estabelecer as conexões entre o modo de produção capitalista através do setor de celulose e papel da empresa Fíbria e sua atuação junto à Secretaria Municipal de Educação por meio do PVE.

Capítulo V- A Implementação do Programa Parceria Valorização na Educação, no Município de Alcobaça/Bahia

Neste capítulo apresentamos os resultados da pesquisa descrevendo analiticamente os mecanismos pela qual o Instituto Votorantim se incorpora no município de Alcobaça, entrincheirando-se desde a Secretaria Municipal de Educação via programa PVE e sua incisão direta na formação de gestores educacionais e coordenadores pedagógicos de duas escolas do campo.

A pretensão inicial era realizar a pesquisa no espaço da Secretaria Municipal de Educação e de mais quatro escolas do campo, no entanto com o advento da pandemia da covid19, concentramo-nos na medida das possibilidades em duas escolas, uma escola que integra um assentamento do MST e outra que integra uma comunidade rural.

Desta maneira, cabe localizar que o município de Alcobaça, atualmente com 247 anos, possui uma população de 22.470 habitantes segundo os dados do IBGE (2019)⁴². Sua base econômica advém do setor pesqueiro, do turismo e da agricultura, e é no campo que o setor de produção de celulose tem sua atuação ocupando 72% do território sob o plantio de eucalipto⁴³. No que tange a educação, o campo se destaca, visto que no município existem 40 escolas e destas, 30 se localizam na zona rural, ou seja 75% das escolas municipais estão no campo.

Os dados obtidos a respeito do município nos revelam duas informações importantes a serem consideradas: a primeira se refere a hegemonia do setor papelero neste município, que até o ano de 2019 era ocupado por duas transnacionais, as empresas Fíbria e Suzano, no entanto com a venda da Fíbria Celulose para a empresa Suzano, a mesma se torna detentora de mais de 70% das terras deste município, ou seja ao analisarmos a inserção do PVE na educação pública nos remete a compreender toda a lógica de primazia deste setor na região, como discorreremos no capítulo 3 deste trabalho.

⁴² Dado extraído do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2019), disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/alcobaca.html>, consultado em 12/07/2021.

⁴³ Dado obtido através da Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Alcobaça, em 19/08/2021.

Outra informação refere-se ao quantitativo elevado de escolas que se localizam no campo, situadas em assentamentos, povoados, pequenas comunidades. Observamos que estas escolas sobrevivem e resistem a lógica de fechamento ⁴⁴em massa pelo qual o agronegócio provoca, no entanto elas não estão imunes a lógica de desenvolvimento pelo qual esse modelo de agricultura causa, por isso elas também se inserem na estratégia de atuação empresarial como veremos adiante.

Partindo dessa constatação, retomamos o objetivo central da pesquisa que diz respeito a analisar a atuação do Instituto Votorantim enquanto um aparelho privado de hegemonia que atua na formação de gestores e docentes da educação do campo, buscando compreender suas estratégias político pedagógica para as populações inseridas nas escolas, desde um grupo empresarial do agronegócio, na perspectiva de estabelecer uma crítica a cerca desta ofensiva em curso e também identificar elementos e formas de superação desta ofensiva empresarial na educação.

A questão de nossa investigação nesse sentido buscou compreender *como se materializa a atuação do Instituto Votorantim enquanto um aparelho privado de hegemonia da educação do capital na formação de gestores e coordenadores pedagógicos de escolas do campo no município de Alcobaça?*

O percurso metodológico na pesquisa de campo buscou analisar a inserção do Instituto Votorantim através do PVE a partir de três espaços pelo qual este atuou durante os anos de 2017 até o ano de 2019. O primeiro refere-se a Secretaria Municipal de Educação aonde foi possível dialogarmos com a Secretária da pasta, a escola Municipal de Ensino Fundamental Pouso Alegre, da comunidade rural Pouso Alegre via visitas de campo e entrevista com a gestora da escola e por último com a Escola Municipal de Ensino Fundamental Elói Ferreira, através de visita de campo e aplicação da entrevista com o gestor e a coordenadora pedagógica da escola.

⁴⁴ Segundo dados do INEP(2018) Alcobaça não fechou nenhuma escola do campo dos anos de 2010 a 2018, dado esse que não acompanha o quadro regional aonde foram fechadas nesse período mais de 104 escolas da zona rural.

Neste caminho buscamos com essa pesquisa adotar o Método de análise do Materialismo Histórico Dialético, concepção de análise já abordada na introdução deste trabalho, realizamos assim um exercício que demonstra as categorias que possibilitaram analisar a formação de Gestores e coordenadores pedagógicos pelo Instituto Votorantim.

O percurso metodológico possibilita apresentar os dados obtidos e analisados nesses três espaços educacionais do município de Alcobaça, a começar pela secretaria municipal de educação.

5.1 A inserção do Programa Parceria Valorização pela Educação na Secretaria Municipal de Educação do Município de Alcobaça

Iniciamos a seção apresentando os resultados da pesquisa de campo que teve como objetivo analisar a inserção do PVE na Secretaria Municipal de Educação do Município de Alcobaça. Nesse sentido, reivindicamos a conceituação de Estado advinda da teorização de Antônio Gramsci e também de Sonia Mendonça (2007) aonde a mesma nos explica que:

Estudar o Estado é investir na pesquisa sobre quais sujeitos coletivos, organizados na Sociedade Civil contam com representantes – intelectuais – junto a que organismos estatais. Estudar o Estado é verificar a que interesses – quase sempre conflitantes – suas várias agências privilegiam, ao definir e perpetrar suas mais distintas políticas. É também investigar que outros aparelhos, privados de hegemonia, contam com porta-vozes – ainda que em posição não hegemônica – junto a cada um dos “aparelhos” estatais. Estudar o Estado, enfim, é estudar o conflito e não a homogeneidade. Mendonça (2007, p. 7).

Adentrar o espaço da Secretaria Municipal de Educação para analisar a inserção da Fibria Celulose através do PVE no início desta pesquisa nos transpareceu algo que traria desafios, pois sem esse espaço perderíamos dados importantes no que tange a compreensão da instalação do programa e sua pertinência para o município.

O encontro com a secretária de educação, ocorreu no dia 20 de março de 2020, período pelo qual a pandemia começava a demonstrar sua força, sem imaginarmos o que viria pela frente. O clima na Secretaria Municipal era de organização do trabalho devido o início do ano letivo que já havia começado

desde meados de fevereiro. Deste modo não foi possível a secretária envolver outros técnicos de educação na entrevista como esperávamos.

É importante salientar que a Secretária se encontrava no seu quarto ano de gestão da educação municipal, a mesma integrou o corpo de secretários do prefeito Léo Brito do Partido Social Democrático PSD, esse que já governou o município em outra gestão. No primeiro momento do encontro apresentamos os objetivos de nossa pesquisa e a metodologia elaborada para a coleta de dados em campo que envolveria o município, de pronto a secretária nos deu aval para a realização do que fosse necessário, e desta maneira solicitamos a ela o aceite de sua participação na pesquisa como demonstra o documento anexado neste trabalho.

O objetivo da entrevista com a secretária era compreender como se deu a metodologia de entrada do programa PVE na Secretaria Municipal de Educação e além disso, percebermos como este espaço concebeu o programa e o instituiu nas suas ações de formação com os professores e trabalho com as escolas. Para tanto, utilizamos a metodologia de coleta de dados através de entrevista semiestruturada que também teve aval para ser gravada.

A secretária antes das primeiras questões inicia o diálogo nos contando que atualmente não sabem como o programa se dará a partir do ano de 2020, levando em consideração que a Fíbria celulose teve sua fusão realizada com a empresa Suzano, então o que os secretários têm de informação é que a Suzano será parceira do Instituto Votorantim durante esse ano, mas não sabem como isso se dará a partir de 2021. Diante dessa informação percebemos o interesse em uma possível continuidade com o programa.

Realizamos a primeira questão buscando compreender como o PVE chegou até o município. A Secretária nos conta que:

A parceria com a Fíbria começou da seguinte forma, o representante da empresa apresentou, isso foi no ano de 2017, o programa Votorantim pela educação, trouxe toda a sistemática e a metodologia do que era necessário fazer. Então depois eu fui para São Paulo aonde tinha 55 municípios do Brasil Participando, lá tive a primeira formação.

A mesma continua nos explicando que posterior a sua ida para São Paulo, aonde teve um contato aprofundado sobre o programa, vieram até o

município três responsáveis pela pactuação do projeto, um representante da empresa, outra do CEDAC e um do Instituto Votorantim, foi um momento importante segundo ela, pois o prefeito assinou o acordo de cooperação com o Instituto Votorantim e Fíbria e desta forma constitui-se a parceria. Solicitamos o acordo de cooperação para analisarmos as atribuições de cada parte, no entanto não foi possível ter acesso.

Neste ato de acordo, aonde fica permitido a inserção pactuada do capital via Fíbria na educação pública, retomamos a nossa discussão em relação ao conceito de estado, que por Mendonça (1996), sob a ótica do pensamento de Gramsci irá nos explicar que o Estado seria o produto das múltiplas interconexões entre sociedade civil e sociedade política, num permanente movimento de pressão e contrapressão que visam buscar o consenso, atribuindo o projeto e/ou visão de mundo de um determinado grupo, por parte de todos os demais a ele “submetidos”. Entendemos que os detentores de 70% do território de Alcobaça com suas monoculturas de eucalipto, necessariamente buscam sem cessar imprimirem seus interesses e a sua visão de mundo e, a escola é um espaço privilegiado para essa disseminação.

É importante compreendermos sobre o conceito de Estado que os partícipes do ato de realizar o acordo representam. Em primeiro lugar está a empresa, no caso a Fíbria Celulose. Em segundo o próprio Instituto Votorantim responsável pelas ações sociais nos municípios. E em terceiro o CEDAC, entidade que é responsável pela implantação das formações para os gestores. No decorrer da análise observamos como se dá a organização destes três representantes da Votorantim S/A, uma divisão específica que trabalha a todo momento construindo sua hegemonia.

Em seguida questionamos à Secretária sobre quais foram as primeiras ações que o Instituto Votorantim/PVE realizou dentro do órgão público em questão. A mesma narrou que o CEDAC- Comunidade Educativa apresentou a proposta de implantação de um curso voltado a formação dos gestores e coordenadores, esse curso se desenvolvia em quatro módulos. A colaboradora afirma que tinha momentos de formação só para os gestores e outros para os coordenadores, cabendo à Secretaria cadastrar as escolas e motivá-las a

participar das formações, na totalidade das 40 escolas, todas se comprometeram em participar.

Posterior ao cadastro das escolas nesse programa, a colaboradora da pesquisa segue com a narrativa sobre processo de formação no primeiro ano de projeto, no ano de 2017:

No primeiro ano foi para ver como a escola estavam, então na verdade foi um ano de diagnóstico a partir de muitos dados tanto que o CEDAC trazia, mas também que as escolas construíam a partir de cada realidade, o CEDAC nos deu um modelo pra irmos preenchendo, tinha também um plano de ação que estudamos e que transformamos no plano de ação da secretaria, ali tinham as competências, as ações, as tarefas, os responsáveis, o prazo, tem que ter previsão de início e término, não é algo solto, tem a alimentação do sistema, que nos compete, mas também tem a alimentação do sistema nas escolas.

A partir da narrativa da Secretária podemos afirmar que as formações promovidas pelo Instituto Votorantim na Secretaria de Educação de Alcobaça seguiram o padrão pelo qual já apresentamos no capítulo anterior. Desta feita, iniciam com a apresentação de dados educacionais e também colocam os espaços educacionais a produzirem esses dados, ao mesmo tempo que imprimem essa metodologia, visam estabelecer seu modelo de gestão, isso é corroborado pela própria gestora da secretaria quando afirma que passou a assumir esse modelo dentro de sua pasta.

Visualizamos, desta maneira que o Instituto Votorantim para além da formação de gestores e coordenadores pedagógicos imprime sua lógica de organização pedagógica e gestão nas instituições públicas. Salientamos que a pesquisa, como verificamos no capítulo dois e capítulo quatro, revela a implicação em uma opção alinhada de educação do capital baseada na pedagogia das competências, que segundo Freitas (2018, p.55) nos ajuda a compreender que *“a educação vista como um serviço que se adquire e não mais como um direito”*.

Neste processo Freitas (2028, p.56) nos explica que o empresariado ao inserir-se na educação pública dá passos rumo a uma transição para a privatização, visto que implantarão no seio do sistema público de educação

mecanismos de padronização como é o caso das bases comuns curriculares e a reforma do ensino médio que estão em pleno vigor, no caso brasileiro.

Vejamos a seguir o modelo de gestão e as competências a serem adotadas pela Secretaria de Educação, considerando as orientações do caderno pedagógico do PVE fornecido pela Secretária.

QUADRO 3: Modelo de Gestão conforme caderno de orientações do PVE

Processo de gestão	Registro e documentação	Acompanhamento das aprendizagens
Apropriação pela equipe da secretaria dos processos de gestão, grau de autonomia com que são executados e participação da comunidade escolar em instâncias de planejamento.	Apropriação pela equipe da secretaria do uso de registros e documentação dos seus processos, com envolvimento da gestão escolar.	Apropriação pela equipe da secretaria do acompanhamento dos resultados de aprendizagem dos alunos por meio dos dados educacionais primários e secundários disponíveis, com envolvimento da gestão escolar.
Práticas	Práticas	Práticas
Planejar Executar Fazer diagnóstico Acompanhar Envolver a equipe Usar as tecnologias da Informação e comunicação Institucionalizar	Fazer os registros obrigatórios Registrar os processos internos Estimular o registro na escola Usar o registro para Acompanhamento	Acessar e divulgar os resultados aprendizagem Analisar e usar dados educacionais Envolver equipe da Secretaria de Educação

planejamento		
--------------	--	--

Fonte: Caderno PVE Estar presente faz a diferença, 2018.

O quadro acima aponta que a equipe do PVE apresenta uma forma de realizar a organização da Secretaria de Educação, desde sua dimensão de gestão até o acompanhamento da aprendizagem, além disso, as orientações descrevem as práticas que devem ser realizadas em cada uma dessas dimensões.

Tem momentos que as formações do PVE batem na ferida, nós professores queremos ficar no nosso pedestal, que sabemos tudo, muitas vezes vem uma pessoa de fora e nos coloca pra pensar, é um momento de reflexão proporcionou que as pessoas mudassem algumas práticas, revisse seus conceitos, certos pré- conceitos que estavam lá formados. Tivemos assim resultados exitosos, nós não temos hábito de fazer registros, o professor não tem hábito de fazer registro, mas com o CEDAC eles trouxeram pra nós as planilhas, nos cobram os registro fotográficos, e ainda tem os relatórios inseridos no sistema que ao longo dos quatro encontros anuais nós vamos apresentando pra eles.

No decorrer do diálogo com a colaboradora, a mesma enfatiza o modelo trazido pelo PVE e defende sua potencialidade ao refletir sobre o avanço na educação do município, *“faz com que as coordenações discutam e cobrem de seus professores a partir das nossas fragilidades”*, ou seja um mecanismo também de estabelecer cobranças/controle tomando por base os parâmetros das avaliações externas tais como: IDEB e Prova Brasil que como verificamos é um dos mecanismos principais pelo qual o PVE se ancora.

IMAGEM 3 : Formação do PVE com gestores das escolas municipais no ano de 2017.



Fonte: noticias.primeirojornal.com.br.

O diálogo com a gestora aponta que o ano de 2017 foi marcado pelo intenso processo de avaliação sobre a educação no município, se fez diagnósticos e também se construiu banco de dados sobre os principais problemas a serem enfrentados pelas escolas. Os gestores e coordenadores pedagógicos também tiveram o desafio de envolver a comunidade na avaliação, buscando atingir as famílias dos estudantes, afinal de contas como afirma a colaboradora “ a educação é uma responsabilidade de todos e não só dos professores e gestores”, slogan mastigado e verbalizado pelo empresariado da Votorantim como já verificamos. Neste contexto podemos fazemos menção ao que Freitas(2018) nos enfatiza a respeito da reforma empresarial na educação e sua real face:

A reforma empresarial da educação tem uma agenda oculta no seu discurso da “qualidade da educação para todos” que está além das formas que vai assumindo: trata-se da destruição do sistema público de educação, por meio de sua conversão em uma organização empresarial inserida no livre mercado. FREITAS(2018,p.56).

Assim, ao perguntarmos a Secretária como se deu o trabalho do PVE no ano de 2018, a mesma por sua vez narra que o principal problema enfrentado pelas escolas diz respeito a aprendizagem, referindo-se ao desafio da leitura e da escrita, relata que foi esse o grande objetivo do ano, “*melhorar a qualidade da educação promovendo projetos de incentivo à leitura*”. A colaboradora narra com entusiasmo sobre os distintos projetos que as escolas organizaram:

Em 2018 tivemos os projetos da leitura, ai tivemos algumas escolas que se destacaram, foram as escolas da zona rural, começaram a trabalhar a questão da mandiocultura, como Alcobaça tem a questão da produção da mandioca, as escolas começaram a pesquisar sobre as casas de farinhas, todo o processo como é feito, então hoje no município tem as pessoas que fazem o sorvete de mandioca , sabão, então eles fizeram maquetes para fazer exposição todo o trabalho que foi feito, então nós fizemos uma culminância aqui no largo da prefeitura, onde as escolas vieram, bem interessados, o gestor(prefeito) participou , os meninos vieram da zona rural e gostaram muito.

A pesquisa aponta como o PVE mobiliza diferentes frentes para desenvolver as ações prevista no projeto, as fragilidades no campo da leitura e da escrita diagnosticadas pelo conjunto de gestores, coordenadores e

professores e disparada como um eixo, que para além de tratar o problema irá espalhar-se para mobilizar o terceiro eixo que justamente diz respeito à mobilização social. Podemos verificar que a Secretaria se empolga em relatar os feitos do projeto que envolveu questões produtivas e comunitárias e que ao final mobilizou até mesmo o prefeito em uma grande culminância.

O entusiasmo ao refletir sobre essas inúmeras ações nos revela que a partir da pedagogia de projetos possibilitou desencadear inúmeras ações, neste sentido é importante nos atentar para o que Saviane (2007) nos explica que essas pedagogias estão interligadas à “pedagogia das competências” que se apresenta como outra face da “pedagogia do aprender a aprender”, cujo objetivo é dotar os indivíduos de comportamentos flexíveis que lhes permitam ajustar-se à mudanças no mundo do trabalho (SAVIANI, 2007, p. 435).

Um novo depoimento da Secretaria de Educação, afirma sobre a importância do projeto no que tange a mobilização dos jovens estudantes:

Com essa relação com as atividades, então tem o PVE que quer colocar o aluno como protagonista desse processo de aprendizado, então tivemos avanços, pois os alunos começaram a sair daquela zona do comodismo e a buscar, e na comunidade de pouso alegre por exemplo os moradores começaram até fazer hortas em seus quintais, mudou toda uma realidade da comunidade.

As referências com que a colaboradora faz pertinência do programa para construir um aluno como protagonista, sempre elevando as ações comunitárias, deixando a entender que as ações modificaram toda uma realidade.

A Secretária nos explica que no seu entendimento a mobilização social é um dos grandes feitos que o PVE trouxe para a educação do município, destacamos assim que a atuação no eixo social segundo a Secretária contava com agentes de sustentabilidade da empresa, *“eles nos ajudaram a interagir principalmente com a zona rural e promoveram muitas mudanças”*. Neste sentido relata que:

A mobilização social que vai estar mobilizando as pessoas das comunidades, a sociedade civil organizada, vem o formador orienta como trabalhar a mobilização social quem são as pessoas participantes, ele vai dizer quem pode ser o mobilizador social, para

não ficar só a cargo da gestão pública, ele quer também que a sociedade civil se locomova, que busque outros caminhos.

A pesquisa permite afirmar que o Instituto Votorantim realiza o convencimento sobre a importância da mobilização social e é uma peça chave da engrenagem, levando em consideração que esse é um espaço pelo qual a empresa apresenta à sociedade sua imagem.

O formador do PVE é um profissional, aqui entendido como intelectual orgânico da Votorantim, com a tarefa bem definida de apontar os mobilizadores e seu papel dentro do projeto, destarte a locomoção desta sociedade civil se dá sob as lentes orientadoras da empresa, onde o próprio projeto desenha a organização e o conteúdo à população envolvida a partir de seus interesses.

Desta maneira podemos evidenciar que essa metodologia utilizada pelo Instituto Votorantim corrobora-se com os estudos de Lamosa(2016, p.110) a respeito da Associação Brasileira do Agronegócio aonde o autor constata que *“o braço pedagógico desta representação é formado por organizações que se dividem entre as tarefas de formar intelectuais orgânicos da classe e difundir a autoimagem do “agronegócio”.*

A afirmação de Lamosa corrobora conceitualmente com nossa análise sobre a intenção desse empresariado formar os intelectuais orgânicos a serviço de sua classe que segundo conceito gramsciano estes tem por função em *“determinar e organizar a reforma moral e intelectual, isto é, adequar a cultura à função prática* (Gramsci, 1999, p. 126).

Ainda, o PVE possui estratégias que dão motivação para esse processo de mobilização. Para isso eles promovem concursos e realizam competições entre os diversos grupos de jovens que se organizam no entorno do PVE. Vejamos como isso se materializa no município de Alcobaça:

Foi através da mobilização dos jovens que Alcobaça ficaram entre os vinte melhores com projeto sonhos, de 460 projetos inscritos. O projeto foi elaborado pela própria escola, e mostra através de vídeo e fotos como se estabelece a metodologia dos sonhos entre esses jovens, assim através de vídeos e fotos as pessoas fizeram análise, então são pessoas desconhecidas, pessoas que não conhecem o projeto, mas o que podemos ser vistos no Brasil inteiro através do PVE, e mais importante que ficamos entre os 20 melhores projetos do Brasil. É um motivo de muito orgulho para nos de Alcobaça.

A secretária segue explicando que para além dos prêmios nacionais, a Secretaria assume essa prática e através do apoio do PVE, promove concursos no município, pensando na preservação do meio ambiente. Vejamos como se deu:

Nós tivemos também em 2018 um bom concurso dentro do município que envolveu grande parte das escolas com o tema do meio ambiente, as escolas motivaram muito os alunos a inovarem e construírem propostas, então premiamos os jovens do Centro Educacional de Alcobaça, a empresa (Fibria) que elegeu eles deram um prêmio simbólico de 500 reais, Já o prêmio de 2019 será de 1000 reais, o prêmio ajuda muito na auto estima dos meninos, este ano o concurso já está no nosso planejamento e os jovens mobilizadores se organizando.

Os dados coletados nos permitem identificar que as ferramentas utilizadas pelo PVE demonstram na prática um assalto a subjetividade dos estudante e dos docentes das escolas do campo, nesse sentido esses nos revelam que ao invés da escola trabalhar no sentido da emancipação humana de acordo a proposta educativa da educação do campo, ela acaba assimilando a proposta de educação das empresas de eucalipto, aqui explicitando a proposta de educação do capital.

A temática do meio ambiente de fato é algo emblemático em nosso contexto regional como já observamos no capítulo três deste trabalho, visto que a implantação de monoculturas de eucalipto para além da concentração fundiária e exclusão social com ênfase na concentração econômica, também traz danos profundos ao meio ambiente. Alcobaça faz parte das estatísticas do mapa do avanço da celulose, suas comunidades rurais sub existem ao meio dos desertos verdes impactados de todas as formas por esse modelo de produção.

No entanto, esse estudo constata que os temas ambientais incentivados pelo PVE e abordados pela Secretaria encontram-se na superfície da real concretude do que o tema representa, pois, a escassez de água e a morte da biodiversidade da mata atlântica é causada justamente pelo modelo do agronegócio que inclui hegemonicamente o eucalipto. Dito isso, apontamos na pesquisa que a empresa é que promove o concurso internacionalizando sua visão de meio ambiente aos alunos e professores, para além imprimir seu

modelo de organização e conteúdo, tecendo o tema na lógica que julga e premia as escolas.

Quando perguntado à Secretária sobre os principais impactos resultantes da ação do PVE para o Município, a mesma aponta dois grandes resultados, o primeiro é a mobilização que promove entre a sociedade e as escolas e o segundo diz respeito a formação dos gestores e coordenadores.

Olha eu acho que em primeiro lugar é a mobilização das comunidades, Interessante que 2017 tivemos também o dia D na escola em todo município, onde a escola convidava a comunidade toda pra ir pra escola apontar o que estava dando certo e o que não estava legal, a própria comunidade fazia avaliação da escola, foi um diagnóstico feito com a ajuda do mobilizador do PVE. Sobre os resultados a gente já sabia porque a gente conhece as escolas, mas comunidade se sentiu agraciada, pois aconteceu pela primeira vez, teve carro de som na rua, a comunidade se sentiu “poxa estou sendo chamada pra participar”, que muitas vezes a escola ela se fecha e não permite que a comunidade participe.

O eixo da mobilização social, bastante enfatizado no programa PVE desde a narrativa dos empresários e também de seus intelectuais orgânicos do Instituto Votorantim, constroem algo que a primeira vista é um dos grandes desafios da educação pública, visto que a participação das famílias na escola é um fator importante, no entanto a Secretária afirma que na realidade as avaliações de cada escola o corpo docente já tinha, ou seja, a ida das pessoas para o espaço escolar atende uma demanda para orquestrar o processo, no caso os mobilizadores do PVE, irão demonstrar como existem desafios educacionais e como a empresa cumpre seu papel social junto a educação.

Por outro lado, a Secretária não coloca a formação dos gestores e coordenadores em primeiro lugar, o que de certa maneira nos transmite que o programa não atinge cem por cento deste eixo, a mesma narra que ao longo dos três anos algumas escolas foram se desmobilizando para participar das formações

A gente sabe que nem todos têm esse comprometimento, algumas escolas deixaram de vir nos encontros no ano de 2018, em grande medida as da sede, 4 desistiram, só restou uma, mas as da zona rural permaneceram, nenhuma desistiu, elas se empenharam muito, dali saíram dois importantes prêmios para o município e ainda publicamos um capítulo de um livro em um evento da UESC, eu o diretor e o formador do PVE, agente escreveu sobre a gestão da escola Paraíso Verde.

A Secretária nos conta que os motivos para as desistências disseram respeito aos gestores das escolas questionarem sobre investimentos nas mesmas, e que a empresa não injeta recurso no município, dá a formação, no máximo oferece o lanche, até o transporte dos gestores e coordenadores é Alcobaça que paga nos dias das capacitações. Eis o papel empresarial, formação do seu projeto bancado com recursos públicos, logicamente ao haver um diagnóstico da situação das escolas devem constatar fragilidades nas estruturas que requerem recursos, sobre esse tema aprofundaremos a seguir ao analisarmos o PVE nas escolas.

Ainda sobre o tema da adesão ao programa as informações pela fala da colaboradora, as escolas situadas na zona urbana aos poucos foram evadindo dos processos de formação, no entanto as escolas do campo não tiveram desistência, que de certa maneira nos leva a refletir sobre como a empresa atua junto a essas comunidades na construção deste projeto, levando em consideração que é no campo que as contradições e conflitos se agudizam entre trabalhadores e as empresas. A necessidade de atuação e mobilização nestes espaços é fundamental na produção de consenso e minimização de conflitos.

A partir da afirmação mencionada percebemos que a metodologia da premiação é um fator que mobiliza e convence a Secretaria de Educação da importância deste projeto: *“em fevereiro eu fui pra São Paulo, receber o prêmio jovem mobilizador, ficamos entre os 20 melhores projeto do Brasil entre 101 municípios concorrentes”*.

Imagem 4: Secretária de Educação de Alcobaça recebendo o Prêmio Jovens Mobilizadores PVE 2018:



Fonte: Foto extraída da página eletrônica do PVE.

A foto acima é muito representativa, visto que no ano de 2018 a empresa VotorantimS/A celebrou seu centenário e, como verificamos uma de suas metas é justamente se inserir na educação pública de mais de 100 municípios do país.

Buscamos questionar a Secretária sobre sua opinião do objeto que leva a Fábria Celulose através do Instituto Votorantim inserir-se na educação pública dos municípios. Vejamos:

O que as empresas fazem não é nem um favor, uma coisa que fica claro é que as empresas precisam investir no social, pra que investir melhor se não na educação, porque vai ser uma propaganda sem muitos custos, chega dentro da escola que programa é esse? de quem é? aquela propaganda de boca a boca poderiam investir mais, eu como educadora sabe do investimento que precisa, todas as empresas independente de quem seja, não só a Fábria quando investem no social elas tem um retorno muito maior, o primeiro é no imposto de renda, tem a lei que fala isso, eles estão tendo retorno econômico, quando investe em educação tem pessoas mais preparadas pro setor do setor é sem dúvida fundamental, eu acho importante esta parceria e estreitamento da educação pública com a privada.

A análise da colocação acima, sugere que a colaboradora tem pleno acordo de investimentos das empresas privadas na educação pública, visto que para ela a empresa para além de estar realizando uma propaganda sobre sua imagem, também tem lucro pelas isenções de impostos e além disso ressalta o investimento na formação dos alunos que vai ser revertido em melhor preparo para os negócios.

Neste contexto ao questionarmos a respeito de existir outras parcerias público X privada no interior da Secretaria de Educação, para nossa surpresa haviam vários projetos em curso promovidos por outras empresas do setor do agronegócio e indústrias de agrotóxico.

O PVE é o programa mais robusto que temos dentro da secretaria, mas estamos também contando com a empresa Syngenta, no caso eles tem o foco na educação do campo, assim cadastramos 5 escolas no ano de 2019, como eles são uma empresa de inseticidas eles vem pra trabalhar a educação do campo, começaram pela escola de Canta Galo, São Bernardo e Igreja e estão se inserindo em outras, a prefeitura irá disponibilizar uma engenheira agrônoma para ajudar no trabalho. Agente sabe que hoje tudo que comemos tem agrotóxico, assim se precisar técnico para fazer a horta, mesmo usando o inseticida, ele vai ensinar como usar e explicar quanto tempo depois podemos comer e também vai ser colocado como faz o descarte das embalagens. Esse projeto é um plano piloto aqui na região.

A pesquisa aponta a maneira que os interesses do setor dos agrotóxicos na educação do campo se instala, mas sobretudo a abertura da Secretaria para o mesmo, levando a analisar que não possuem direcionamento e compreensão alguma sobre o conceito de educação do campo, mesmo que esse município na gestão anterior tenha instituído o componente de agroecologia na Secretaria, no entanto esse foi retirado da matriz curricular na atual gestão. A análise demonstra a evidencia das opções políticas que esse órgão faz em favor das grandes corporações do agronegócio.

Outra parceria citada pela Secretaria diz respeito ao SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, esta entidade representante da classe patronal brasileira desenvolve com a prefeitura ações junto a educação infantil, ela nos explica que a Parceria com SEBRAE –*“visa capacitar as crianças para empreendedorismo, trabalhar com elas desde cedo para que se desenvolvam empreendedoras, assim os professores irão a Salvador para terem a capacitação e fazer o trabalho com as crianças”*.

Vimos claramente a pedagogia do capital tecendo com sua mão, desde os primeiros anos escolares, com a finalidade de formar trabalhadores para um

mundo do trabalho precarizado através do chamado empreendedorismo⁴⁵, aonde estes estejam disponíveis a se adequar as profundas formas de exploração da era neoliberal como vimos no capítulo dois desse trabalho. Os professores são os alvos dos intelectuais empresariais que os utilizam como transmissores e formadores dessa pedagogia.

Desta maneira essa pesquisa nos aponta que em boa medida o projeto PVE sequestra a autonomia da Secretaria de Educação e também das escolas, podemos assim fazer uma comparação aos estudo de Lamosa(2018, p.282) visto que o autor nos explica que essa lógica empresarial penetra nas instituições públicas e sequestra a autonomia pedagógica dos próprios educadores e escolas, pautando sua necessidade como necessidade dos professores, esses, por sua vez, desempenham um papel de propagador do consenso sobre esse modelo de desenvolvimento para o campo e contribuem, mesmo que não tenha consciência sobre isso, para a consolidação da hegemonia deste bloco.

Nosso exercício neste contexto visou compreender como se materializa essa dominação da classe dominante a partir da Fíbria celulose , representada pelo Instituto Votorantim na construção de sua hegemonia dentro do estado via Secretaria de Educação, assim Gramsci (1978, p. 11) nos leva a compreender que a hegemonia é conquistada por determinado grupo social a partir de sua capacidade de domínio tanto do ponto de vista técnico no mundo da produção, mas também da perspectiva política por sua capacidade de direção, para o autor esse processo é estabelecido na relação da sociedade civil (superestrutura) e sociedade política (Estado).Neste Contexto a Fíbria Celulose a partir de seu domínio econômico impõe seu projeto de dominação

⁴⁵ Empreendedorismo- Empreendedorismo - ideologia liberal que aposta na formação de trabalhadores de novo tipo, convencidos de estarem apto à enfrentar os desafios do atual mercado de trabalho vendendo sua força de trabalho, prestando serviços, fazendo consultorias, trabalho terceirizado, trabalho temporário, a domicílio, subcontratado, com bolsas de estudo, estágio ou arranjos flexíveis e precários similares se expande através da ideologia liberal do empreendedorismo que ganhou relevo nos anos de 1990, quando várias propostas foram apresentadas para combater os problemas decorrentes do desemprego que atingiu sobremaneira os jovens, atualmente o componente empreendedorismo torna-se disciplina e algumas Escolas da rede pública de ensino. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2780/214>>. Acesso em: 12 de junho de 2015.

penetrando na estrutura de Estado enquanto sociedade civil e atuando como um aparelho privado de hegemonia. O PVE ao dar direção no projeto educativo da secretaria, cimenta nessa a educação do capital contribuindo assim para a dominação burguesa na educação pública.

Ao final da entrevista perguntamos a Secretária municipal sobre as expectativas futuras com o programa Parceria Valorização pela Educação, afirmou o seguinte:

Com a fusão da Suzano no final de 2018, 2019 o programa continuou com o mesmo formato, o Instituto Votorantim seguiu conosco, não poderia trocar tudo ao mesmo tempo, mas a Suzano começou a visitar os municípios membros do PVE perguntando se tinham interesse em continuar em 2020, vieram 3 técnicos da Suzano, coloquei para eles que sim, tinha que ver também a questão da realidade local, nossa metodologia é essa, o programa tem que considerar a realidade do município, até porque estamos trabalhando a reestruturação do currículo desde de 2018, além dos marcos legais. Eles falaram que sim, queremos valorizar os saberes locais, a bncc fala isso, o aluno daqui conhecer fora e também a realidade, pra isso o aluno precisa ser crítico. Uma das questões que o PVE faz é a questão do protagonismo juvenil e onde o jovem possa ser um sujeito crítico e possa fazer a diferença, não fique esperando apenas por eu você ou outra pessoa.

A fala da gestora da educação do município afirma que a Fíbria celulose, setor papelero que domina o território de Alcobaça, com atuação do Instituto Votorantim e do seu Programa Parceria Valorização pela Educação vem desde 2017 apropriando-se da educação pública do município pelo viés do entrenchamento do PVE na Secretaria de Educação. É importante salientarmos que esse movimento é realizado como uma ação massiva coordenada pelo empresariado brasileiro do Movimento Todos pela Educação do qual a Votorantim S/A é filiada e a pauta de educação integra a construção da hegemonia burguesa na sociedade.

O estudo revela que o Instituto Votorantim cumpre um papel de aparelho privado de hegemonia, atuando no interior da secretaria de educação representando a fração de classe do qual faz parte, o setor papelero, sobretudo no entendimento da pesquisa, impõe seu projeto de educação através da atuação de seus intelectuais orgânicos, pois esses formam os gestores a serviço do seu projeto educativo.

Na próxima seção objetivamos compreender como se materializa o projeto PVE dentro de duas escolas do campo do município de Alcobaça através de seus gestores e coordenadores pedagógicos.

5.2 A implementação do Programa Valorização da Educação na Escola Municipal de Ensino Fundamental Núcleo Pouso Alegre

Conhecer a Escola Municipal de Ensino Fundamental núcleo Pouso Alegre teve uma importância significativa para a pesquisa, sobretudo porque a escolha da escola possibilitou-nos compreender parte da estratégia de dominação empresarial na Educação do Campo. A escolha em selecionar essa instituição se deu mediada pela Secretaria de Educação e por representantes do sindicato dos professores do município, por estes julgarem que a mesma desempenhou o PVE com maior êxito entre as escolas inseridas no projeto.

Se faz importante demarcarmos a concepção de escola do campo assumida neste trabalho desde a concepção de Educação do Campo, neste sentido Molina e Mourão (2012, p 325) nos afirmam que:

Assim a concepção de escola do campo a ser tratada aqui se enraíza no processo histórico de luta da classe trabalhadora pela superação do sistema do capital. O acesso ao conhecimento e a garantia do direito a escolarização para os sujeitos do campo fazem parte desta luta. A especificidade desta inserção se manifesta nas condições concretas em que ocorre a luta de classes no campo brasileiro, tendo em vista o modo de expansão do agronegócio e suas determinações sobre a luta pela terra e a identidade da classe dos sujeitos coletivos do campo.

Nosso exercício de análise da Escola Pouso Alegre buscou orientar-se por essa compreensão conceitual de escola do campo perseguindo assim o objetivo de analisar os impactos do programa de formação para gestores pelo Instituto Votorantim, partindo da análise do corpo gestor da Secretaria de Educação de duas escolas do mesmo município. Também buscamos evidenciar a correlação de forças entre concepção de Educação do Campo e Educação do Capital expressas pelo corpo docente que integra essa pesquisa. A coleta de dados se deu através de entrevista semiestruturada e observações feitas no ato da visita em campo.

A presente instituição está localizada no distrito de Pouso Alegre. A comunidade tem como principal fonte de renda a agricultura familiar. Segundo

o seu Projeto Político Pedagógico os alunos em sua grande maioria moram na zona rural. O modo de vida da população vem sendo modificado devido as práticas agrícolas, em especial da monocultura do eucalipto, o documento revela que nos últimos anos houve um intenso êxodo rural da população. Estima-se que o povoado e suas comunidades circunvizinhas possuam uma população de aproximadamente 1000 pessoas.

Adentramos a comunidade Pouso Alegre buscando conhecer a escola do campo, sua gestora desde o início dos primeiros contatos demonstrou-se solícita com a pesquisa. Realizamos a visita presencial na escola no dia 22 de outubro de 2020 já em momento de pandemia. A escola havia estado fechada por um semestre inteiro, então em meados de 2020 o município iniciou as aulas remotas, por esta razão encontramos um ambiente escolar sem alunos, apenas com seus professores e funcionários trabalhando de forma alternada para evitar a contaminação pela covid 19.

A pretensão metodológica era realizar entrevista com a gestora e com o coordenador pedagógico da escola que desde o ano de 2017 acompanha as atividades desenvolvidas pelo PVE, no entanto o mesmo pediu licença do trabalho devido a problemas de saúde ocasionados pela pandemia, assim a gestora também respondeu as questões da entrevista destinadas a esfera da organização pedagógica da escola.

A professora Gestora da Escola Municipal Núcleo Pouso Alegre atua há mais de 23 anos na educação na zona rural. Sua formação foi na modalidade de Ensino a Distância- EAD nos cursos de História pela Unopar- Universidade Norte do Paraná e Uniasselvi- Centro Universitário Leonardo da Vinci no Indaial. A mesma reside na comunidade Rural de Pouso Alegre.

A gestora explica que a escola no ano de 2020 contava com 326 alunos, da educação infantil à Educação de Jovens e Adultos, e também atendia o ensino médio através do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica- EMITEC, destinado aos jovens do meio rural pelo governo do Estado da Bahia. A escola integra um núcleo, que por sua vez possui quatro escolas nucleadas dos povoados Sossego, Itaitinga 1 e 2, Pouso Alegre. Possui um quadro de 18 docentes, sendo 5 concursados e 12 contratados.

Iniciamos a entrevista abordando o tema a respeito da Educação do Campo com a gestora da instituição que nos explica:

A nossa escola antes do PVE nos trabalhávamos aqui uma educação voltada para os alunos irem embora daqui, irem para cidade. A educação aqui não dava tanta importância em formar o aluno para permanecer no campo. Então nós conhecemos o PVE aqui em 2017, Foi o primeiro encontro que tivemos aqui com o PVE, na época a diretora era até outra, e nós entramos como professores atuantes na sala de aula, ai nós começamos a perceber que a nossa educação tinha que ser voltada para a escola do campo.

A gestora fornece uma informação importante, sobre a sua visão do PVE, destacando que o referido programa foi quem provocou os professores a pensar sobre a Educação do Campo. Na sequência continua expondo que a Educação do Campo necessita trabalhar com as necessidades dos alunos para eles permanecerem no campo, trabalhar a agricultura, visto que a maioria dos alunos trabalha com a agricultura, por essa razão o grupo das escolas percebeu que tinham que mudar o currículo, *“antigamente os alunos tinham vergonha de falar que eram do campo, que morava na zona rural, essa realidade está mudando”*.

Dando continuidade ao diálogo sobre o tema a gestora relata que hoje a Escola pode afirmar que é uma Escola do Campo pois os trabalhos que vem desenvolvendo, vislumbra trazer os conhecimentos da população para a sala de aula. *“Nosso grande sonho é trazer novamente a feira de produtos para nosso povoado em que os alunos e famílias possam comercializar o que produzem”*.

É importante destacar que a Educação do Campo prima pelo vínculo da escola com a comunidade e também com seus processos de produção da vida como afirmamos na introdução desse trabalho *“considera-se uma educação que tem em sua prática o enfrentamento a lógica em curso para o campo brasileiro, visto que nesse processo os camponeses são excluídos da universalização da educação Caldart (2012, p. 263)*, no entanto sua raiz consiste num projeto político de campo que contraria a lógica do agronegócio, mas observamos como a lógica empresarial de educação burguesa trata de sequestrar termos da concepção originária da Educação do Campo, sonogando aos professores seu real conteúdo.

Adentramos na entrevista com o tema do PVE, objetivando inicialmente compreender a forma pelo qual a escola inseriu-se no programa, as informações relatadas pela gestora corroboram com o que a secretária municipal nos narrou. Neste sentido o PVE insere-se nesta escola a partir do ano de 2017 até 2019, “ *eles vieram aqui, mostraram o programa, a proposta de formação, assim nós íamos para os cursos e tinha o acompanhamento deles, tinha duas equipes a de São Paulo e uma pessoa da região*”.

Podemos constatar que desde o primeiro momento a secretaria disponibiliza o livre acesso do Instituto Votorantim às escolas, abrindo caminho para a atuação de sua equipe. A seguir, a pesquisa levanta elementos de como se dava a interação do curso com a escola através dos processos de formação pelo qual os gestores e coordenadores participavam:

Era assim, agente planejava as ações , a gente vinha para a escola, mostrava para os professores essas ações, depois a gente fazia essas ações dentro da escola e levava os resultados para eles, e através de gráficos eles analisavam e falavam, olha a sua escola precisa melhorar nisso, vamos dizer que nossa escola foi ruim no acompanhamento das atividades, porque ela foi ruim ali, era eles que faziam as avaliações, eles vinham nos visitar , pra ver se estávamos fazendo, Karine mesmo não saía de nossa escola, era sempre que a escola precisava.

Através das formações o PVE estabeleceu mecanismos de monitoramento das escolas, como vimos na descrição do projeto a intenção visa sobretudo em atuar na gestão dessas instituições e institui uma espécie de prestação de contas e supervisão “*era eles que faziam as avaliações, eles vinham nos visitar , pra ver se estávamos fazendo*” , ainda destacar que a gestora não cita a equipe da Secretaria de Educação, que aos nossos olhos, ela fica subsumida na esfera da formação, cabendo disponibilizar suas instituições ao Instituto Votorantim.

Podemos assim constatar a partir de uma leitura de Gramsci (2000, p.53)e dos dados da pesquisa que os formadores do PVE exercem a partir de seu trabalho pedagógico a função de “*organizar e dirigir as escolas*” tendo em vista a necessidade de criar condições mais favoráveis à expansão de sua classe.

A Gestora da Escola Núcleo Pouso Alegre nos traz exemplos de como o formador do PVE em nível regional atuava junto aos professores:

Por exemplo o professor está tendo dificuldade de passar o PVE na sala de aula, elaborava todas as questões que iam ser trabalhadas, o aluno ia para a prática, só que o professor não conseguia puxar dos alunos conhecimentos, e a gente convidava a Carina que era técnica do PVE pra vir mostrar como poderiam trabalhar.

A partir dessa afirmação compreendemos que o técnico do PVE assumia também papéis internos de direção e organização da escolas, pois era “convidado” a atuar no planejamento com os professores, assim o contato com os formadores do PVE não se dava somente nos momentos de formação, mas na vida cotidiana das escolas.

Perguntamos a Gestora qual era sua avaliação das formações obtidas através do PVE, e como impactaram na prática da gestão da escola, ela nos responde o seguinte:

Mudou muita minha visão de gestão escolar, o PVE veio para nortear tanto a parte de gestão, porque o gestor tem que ser presente na escola, ele tem q conhecer a escola como se fosse a palma da mão dele, o gestor não pode ser uma pessoa que ele entra na escola, sentou na mesa dele, deu o horário dele e ele foi embora, não! ele tem que questionar, tem q perguntar, ele tem que conhecer, tem que estar junto com professor orientando, tem que estar junto com o coordenador perguntando. Um coordenador somente participou desse processo, o outro foi embora, senti melhoramento na questão do trabalho dele na coordenação pedagógica. Eu sempre falava isso para Isabel (CEDAC) Bel a cada encontro que eu tenho com o PVE eu saio daqui mais maravilhada com os ensinamentos que vocês dão, e as ideias parecem que fluem.

A avaliação a respeito das formações com a temática gestão escolar é muito bem avaliada pela diretora dessa escola, em suas palavras destaca a pró-atividade que eles devem ter na condução do trabalho conjuntamente com o coordenador pedagógico, a mesma destaca sua satisfação referenciando uma das formadoras e na sequência nos explica sobre a metodologia das formações:

No primeiro encontro ela vai falar sobre a avaliação da gestão, o que a gestão deve fazer, deve acompanhar, os resultados o que agente deve buscar, e nesses encontros as ideias iam surgindo, agente chegava aqui e colocava em prática. Minha cabeça sobre gestão de escola foi transformada, aqui passou a ser tudo acompanhado, a

gente tinha várias orientações, está vendo aqui? Vem explicando tudo o que a gente tem que fazer, aí vem a estratégia, metodologia, formas de organização, nós tínhamos que fazer tudo isso, era dividido em vários ciclos, num ciclo você fazia a ação, começava a outra ação, um ia ajudando o outro, tinha as competências que nos orientavam.

No contexto do acompanhamento é importante compreender que esses gestores seguiam a matriz das competências elaboradas pelo PVE, na entrevista a gestora demonstrou, a partir do portfólio do projeto, que de fato a gestão da escola organizava de forma sistemática todos seus planos de ação e os resultados. Solicitamos esse documento para análise, mas infelizmente não foi disponibilizado.

Um dos documentos, contidos no portfólio dizia respeito ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Município e da escola, esse documento exemplifica os índices obtidos pela escola nos últimos anos:

Aqui eles traziam o nosso IDEB para nós analisar, aqui é o ideb da escola, na época que a gente analisou, para trazer para escola como poderíamos estar resolvendo esses problemas, eles já traziam os dados, eles que organizavam tudo, nos davam tudo. Nós focamos nesse aqui, **processo de gestão, competências e práticas**, nós conseguimos depois de dois anos fazer quase tudo, planejar, analisar executar, acompanhar a equipe, usar tecnologias, institucionalizar o planejamento, a gente viu que o nosso planejamento não estava um planejamento organizado.

A gestora continua sua narrativa enfatizando que um dos grandes desafios foi organizar a metodologia de acompanhamento da aprendizagem, pois é uma questão que o PVE preza muito. Assim, nos relata que conseguiram fazer gráficos das notas dos alunos, *“ali agente avalia com os professores, o que está dando certo e o que não está”*. A colaboradora afirma que avançaram, mas ainda não demonstraram isso para os pais e isso é uma das exigências do programa, a divulgação destes resultados.

Sobre os resultados o aluno pode muito bem ter um resultado bom e não ter aprendido nada, então nos esse anos íamos tentar verificar a avaliação, o resultado está de acordo com o que ele está fazendo como os parâmetros com o IDEB, nosso objetivo desse ano para além da avaliação de fora, é fazer a avaliação interna, o município o ano passado também iria fazer essa avaliação, o governo federal, município e também a escola, o ano passado o município fez e a gente não concordou com o resultado do município, porque a gente achou que os alunos estavam melhor.

Podemos analisar que a entrada do PVE dentro das escolas promove pressão aos gestores no que tange aos resultados da aprendizagem, essas medidas por avaliações externas, podemos constatar através da fala da diretora que a própria secretaria passou a promover avaliações no município, o que também provocou a escola a realizar uma avaliação interna por uma suposta improdutividade, pois julgavam que estavam “melhores”, ou seja um modelo de gestão comprometido e orientado a atender a lógica imposta pelos organismos internacionais como verificamos no capítulo dois desse trabalho.

Essas medidas a partir das avaliações são explicadas por Freitas (2018) visto que os interesses empresariais na educação pública irão ditar suas formas de avaliar a educação que irá medir a educação a partir de padronização na e da Educação, dando ênfase no ensino de conhecimentos e habilidades básicas dos alunos em leitura, matemática e ciências naturais, tomados como principais alvos e índices de reformas educacionais.

Buscamos questionar a professora sobre quais práticas pedagógicas o PVE ajudou a escola implementar durante os três anos de atuação, nesse momento a professora se levanta e se dirige a uma mesa em que se situam diversos banners e explica uma infinidade de ações desenvolvidas pela escola relacionadas a Educação do Campo, através da assessoria do PVE.

Esse aqui foi 2017- O projeto que a escola trabalhou em 2017 foi “Transformando o espaço escolar através de práticas sustentáveis”, agente trabalhava muito através de atitudes sustentáveis, mas a gente ainda não estava concretizando de fato a educação do campo. O objetivo era resgatar a importância das atividades desenvolvidas pelo agricultor e a carência de alimentos saudáveis na merenda escolar, desenvolvendo ações sustentáveis para o desenvolvimento escolar com o apoio dos agricultores locais.

A gestora nos explica que a escola teve acesso a alimentação saudável através da aquisição de alimentos feitas pela prefeitura, aonde compraram dos agricultores da própria comunidade, mas que ainda persistiam questões a serem trabalhadas a respeito do meio ambiente, então montou-se outro projeto denominado: *“O meio ambiente na escola e em seu entorno com o objetivo de diagnosticar os problemas ambientais existentes no entorno da escola”*.

Esse relato manifesta que a temática se entrelaça ao projeto desencadeado como ponto de partida a Secretaria Municipal de Educação, reafirmando as impressões nas seções anteriores. Vejamos como o PVE realiza a construção do projeto junto aos docentes da escola:

Então pra nos ajudar com esse projeto entra o PVE, eles nos ajudaram a refletir sobre os temas que entrariam, os saberes locais, o mundo do trabalho, a sustentabilidade e a necessidade dos jovens permanecerem no campo, como atividades a gente pensou em construir uma horta na escola aproveitando a disciplina de agroecologia. Foi muito bom esse projeto, trabalhos com atividades interdisciplinares, todos os professores trabalhando em cada tema desses e socializando conhecimentos. A alimentação, conservações ambientais sobre as nascentes porque nós tínhamos uma nascente aqui perto e desapareceu, e aí um dos objetivos da gente é ainda.

Desta maneira verificamos também que é o PVE que direciona as próprias temáticas a serem desenvolvidas pelos professores, desta maneira fica evidenciado a partir dos dados que o Instituto Votorantim intensifica as formações pelo viés da pedagogia das competências, que segundo Neves (2012 p.535) nos afirma que para além de atender ao propósito de reordenar a relação entre escola e emprego, a mesma também forma para educar os trabalhadores no contexto neoliberal, por isso que essa não se limita a escola, mas instala várias práticas sociais que educam os trabalhadores a novos padrões de produção.

Ao mesmo tempo que também é possível evidenciar a partir da entrevista concedida pela gestora que elementos da concepção de educação rural e do ruralismo pedagógico estão presentes nesta escola, visto que aparecem reflexões acerca da necessidade da formação para permanecer no campo, no entanto não questionam as formas pelo qual esse território é dominado do ponto de vista do acesso a terra.

Desta maneira como já citados nesse trabalho, os problemas ambientais e concentração fundiária derivam dos impactos dos monocultivos de celulose, a permanência do jovem no campo necessariamente depende da terra que é concentrada pela empresa no município. Ainda indagamos a diretora qual foi o resultado do desaparecimento da nascente de água da comunidade e ela nos explica:

Não, não chegamos, porque não deu pra fazer tudo, ficou faltando isso, mas eu acho que as nascentes daqui estão desaparecendo, porque antigamente isso aqui era fazenda e muitas roças, agora é plantação de eucalipto. Tem eucalipto para todo lado que você olha é eucalipto, nossa localidade vive aqui no meio dessas plantações, eu acho que elas secam as águas pelo que a gente vem vendo.

A gestora tem conhecimento sobre o impacto que os monocultivos causam ao meio ambiente, no entanto podemos observar que a problematização a respeito não ocorreu, possivelmente atendendo a necessidade da preservação da imagem da empresa e do programa por ela financiado.

Dando continuidade a entrevista perguntamos sobre como se materializa as contribuições do PVE com os projetos da escola, a exemplo do projeto do meio ambiente. A colaboradora da pesquisa explica que para além da técnica formadora regional a escola também é atendida pelos técnicos da Polímata que é uma empresa que atuava no PDRT (Programa de Desenvolvimento Rural Territorial) da Fíbria, sob responsabilidade da Polímata Soluções Agrícolas e Ambientais.

A Polímata é uma representante da Fíbria celulose que atua com seus impactados, e como um aparelho privado de hegemonia. Veremos a seguir as ações que desenvolve junto a Escola Núcleo Pouso Alegre:

Ai vem aqui conhecimentos sobre a terra, a primeira palestra que nós tivemos aqui foi um pessoal que veio, mandado pela Fíbria na época, que foi mostrar para os alunos a importância da terra; A questão do meio ambiente, acompanhamento pedagógico, o acompanhamento individual do aluno, que nós aprendemos através do PVE também, tirar da terra seu próprio sustento, que o aluno não precisava ir para a cidade, pra fazer uma casa, pra fazer uma faculdade, não precisa. Trabalhar a agricultura familiar, fazer um banco de sementes, nós até conseguimos fazer um banco de sementes.

Como verificamos a temática da preservação ambiental e trabalhos que costumeiramente são realizados em prol da agroecologia são incorporados na metodologia tanto da Polímata, mas também do PVE, programa esse que para além de realizar a formação com os docentes e alunos, segundo a gestora, também doa sementes para o cultivo de hortaliças. Abaixo algumas imagens de das atividades.

IMAGEM 5: Polímata/ Fíbria promovendo ações de construção da horta da Escola de Pouso Alegre:



Fonte: Arquivo disponibilizado pela EMEF Pouso Alegre.

Em seguida a gestora nos enfatiza que os projetos do PVE em boa medida também se desenvolvem nas aulas da disciplina de agroecologia que segundo a mesma tem uma professora disponível a trabalhar os temas, e cita que com as práticas na horta ensina os alunos a empreender, plantar e colher, *“assim com a colheita das hortaliças os alunos arrecadavam fundos para poderem realizar viagens ou fazer as comemorações”*. No caminhar da pesquisa a concepção do empreendedorismo também é conclamada na prática das aulas dando conteúdo contrário a um componente cuja temática objetiva questionar o modo de produção do agronegócio, desta forma a gestora destaca:

Agente não diferencia, PVE, agroecologia e educação do campo, para a gente é uma coisa só. Então não temos essa dificuldade, é uma coisa só. Ou seja o PVE ensina como você deve trabalhar e você coloca em prática nas disciplinas, a agroecologia é educação do campo, valorizar o homem e a mulher do campo.

A investigação a partir desta narrativa expressa pela contribuinte da pesquisa nos demonstra nitidamente as disputas conceituais pelo qual o Instituto Votorantim provoca nas escolas do campo. Neste sentido se faz necessário retomarmos a discussão teórica de Caldart (2012, p.260) aonde a autora nos explica que pela lógica dominante do sistema capitalista a educação

rural disputa a concepção de educação do campo no âmbito do Estado, visto que reciclada por novas formas ela pauta as novas demandas de preparação de força de trabalho para o mercado capitalista.

A pesquisa nos traz um exemplo que diz respeito a implementação componente curricular de agroecologia pautado pelo MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, através do sindicato de professores de Alcobaça, no ano de 2015 e instituído pela Secretaria de Educação na gestão passada, podemos perceber que pela ausência de formação a respeito da concepção de Educação do Campo e de agroecologia dos docentes, o PVE se apropria deste espaço e tece seu conteúdo nele. Desta maneira compreendemos que as disputas do PVE se dão em todos os âmbitos da vida escolar.

Ainda, outro espaço de dominação ao qual esse projeto incorpora-se na vida escolar diz respeito a articulação que estabelece com outras instituições via a escola. A gestora nos conta que uma das grandes lições que esses projetos trouxeram para a escola através do PVE é que a escola precisa de parceiros e que a mesma precisa se mobilizar para isso:

Isso ai agente aprendeu com o PVE, “que a escola sozinha não funciona” a gente tem que ter parceiros, então a secretaria de educação, a secretaria de transporte, a polímata, que é uma apoiadora da gente (ela é uma empresa que mexe com a questão do meio ambiente, ela ensina, inclusive ela ensinou os professores e alunos a produzirem os canteiros. A associações, secretaria de meio ambiente, ACABI da mandioca, o plano municipal de educação e o PVE. Os objetivos eram esses, coletar, discutir, saber, conhecer, desenvolver, consumir, pesquisar, observar etc..

O depoimento acima, registra como o PVE atinge seu objetivo no que tange ao eixo três do seu projeto, que diz respeito a mobilização social, na prática essa mobilização conta em boa medida com entidades intra- empresa que atuam dentro do território tal como a Polímata, mas exerce poder de mobilização de setores públicos como as secretarias municipais e ainda as organizações civis existentes em cada uma das localidades.

Neste mesmo horizonte, a atuação do eixo mobilização social é realizada com a escola, mas mediada e organizada via técnico formador do

PVE no território, a exemplo de articulação com universidades públicas da região:

A gente percebeu que os nossos professores que não sabiam mexer com computador, ai Karine Paiva nos levou lá na ufsb, a ufsb tinha um projeto muito bom, a professora Midian é formada em informática, e ela ensinava informática em troca de 2kg de alimentos para gato e cachorro. Karine Paiva, estava sempre lá, foi essencial para que nós conseguíssemos isso também.

Podemos constatar o papel deste formador do PVE na articulação com as entidades. A diretora quando perguntada sobre a função desse formador, explica que ela articulava as universidades, as viagens tidas como peça fundamental para que conquistassem o prêmio das vinte melhores escolas do programa PVE no Brasil, a qual a secretária foi representar o município.

Levamos os alunos na ufsb pra trocar lixo por objetos, tivemos uma vez, a Karine ajuda no intermédio, tudo que a gente fez aqui teve uma pitada dela “ é como vc fazer uma comida e ela está um pouco sem sal, ai vc vai la e coloca uma pitadinha de sal, ela era a pitadinha de sal” o pve contribuindo, é palestra, é lanche, é viagem, tudo o pve ta contribuindo. Se não fosse o PVE talvez a gente não teria ido tão alto, isso ai eu devo muito a ajuda de Karine também.

Refletimos que esse movimento de articulação com os ditos “parceiros da escola” não só legitimam a atuação do PVE na educação pública, mas também constroem na sociedade uma imagem de que a empresa possui responsabilidade social no desenvolvimento educacional.

Na sequência a diretora que a escola avançou muito através da participação da sociedade, que atualmente possui uma rede de parceiros que estão junto as ações da escola e nos cita a associações de pequenos produtores de Pouso Alegre que antes não participavam a exemplo: secretaria de transporte, professores, alunos, porteiros, vigilantes, auxiliares, secretaria de educação, Universidade Federal do Sul da Bahia-UFSB, igrejas locais e regionais, Posto de Saúde, amigos da escola, prefeitura municipal, SUZANO, pdrt/polímata.

A gestora avalia a relação da empresa Fíbria e Instituto Votorantim com as escolas públicas e do campo “*a iniciativa de formar as pessoas é excelente, eu concordo com a entrada dela na educação do campo, eu até falei na última*

formação que esse projeto deles deveria continuar”, e explica que os professores se acomodam, e que o PVE traz fatos novos, explicam em que a escola precisa melhorar e que não é porque é uma educação pública que se faz de qualquer jeito.

Observamos isso na prática, nossa escola era considerada uma das piores do município, nossa escola não ganhava nada e depois comecei botar em prática o que eu estava aprendendo, eu sou suspeita pra falar, porque tem escolas que talvez não ache a mesma coisa, já ouvi dizer que é só pra tirar da sala de aula. Agente aprendeu a registrar tudo, acompanhamento dos resultados dos últimos três anos dos anos finais do ensino fundamental, a gente sabe o que aconteceu, porque a gente registrou os resultados.

A Escola, como a gestora ressaltou, recebeu dois prêmios do PVE pela atuação no acompanhamento a aprendizagem e jovens mobilizadores, que classificou Alcobaça entre os 20 melhores projetos PVE 2019.

IMAGEM 6: Projeto jovens mobilizadores da Escola Núcleo Pouso Alegre vencedores do prêmio PVE 2019.



Fonte: Site <http://sigaanoticia.com.br/>

O prêmio é motivo de orgulho para a gestora. Como observamos essa metodologia das competições e premiações tem um impacto direto na aceitação e avaliação do projeto nessa instituição, ou seja, também é uma ferramenta de produção de consenso e de incentivo a competições no interior da escola, que reforça os objetivos de uma educação que prima por valores como a meritocracia e resulta em processos de exclusão. Na

imagem acima os jovens aparecem realizando uma exposição do seu trabalho no centro de Alcobaça.

No término da entrevista abordamos a temática acerca da venda da Fíbria Celulose para a Suzano e se a Escola Núcleo Pouso Alegre teria disposição de seguir inserida no PVE caso esse continue, a mesma nos relata a sua opinião:

A Suzano deve continuar, eu acho importante sua contribuição com a educação do município, com esse método de formação continuada, eu acho que as empresas privadas elas deveriam fazer isso. Se a Suzano continuasse com esse mesmo projeto desde que nos ajude a melhorar a educação, a empresa Fíbria contribuiu para escola, para a melhoria da nossa escola, a empresa mostra o ensinamento, a empresa mostra o caminho, a escola que se capacitou que se incentivou os professores a fazer, correu atrás e melhorou nossa educação sim.

A opinião da gestora revela a disponibilidade que essa tem em seguir o projeto do Instituto Votorantim na escola em que gesta. Analisamos a partir da totalidade da entrevista, que o Programa Parceria Valorização pela Educação atuou nesta instituição de forma intensa e construiu seus mecanismos de convencimento acerca de sua importância na educação pública.

Desta forma a pesquisa constata a partir dos dados levantados e analisados que a construção da hegemonia burguesa na escola Pouso Alegre se consolida pela penetração concreta do aparelho de hegemonia representado pelo Instituto Votorantim, Fontes (2010, p.133) explica que esses representam formas organizativas vinculadas ao mundo da produção econômica, nesse sentido aqui representado pela empresa Fíbria e ao mesmo tempo política pelo viés da Secretaria de Educação(Estado) e que a atuação destes aparelhos se dão eminentemente pela via Cultural, a exemplo do PVE.

Analisa-se a partir dos dados fornecidos pela secretaria de educação que essa incentiva e disponibiliza essa escola para o programa, desta forma são os intelectuais orgânicos⁴⁶ oriundos da Votorantim S/A que dão rumos ao

⁴⁶ A partir de uma análise Gramsciniana acerca dos intelectuais orgânicos os processos de ensino-aprendizagem desenvolvidos na escola e fora dela estão articulados à disputa pela hegemonia entre as classes e, concomitantemente a isso, a política desenvolvida nas "sociedades ocidentais" exige que se ensinem os indivíduos e os grupos sociais a viver de acordo com as necessidades e os desejos da classe que é dominante economicamente. Foi essa visão do cenário político em que viveu que fez Gramsci

projeto educativo das escolas, o que resulta na hegemonia do projeto na organização pedagógica da instituição. Assim constata-se que a autonomia pedagógica dos gestores e coordenadores pedagógicos fica subsumida e refém deste projeto.

Desta maneira é importante retomarmos o conceito que assumimos nesse trabalho a respeito da pedagogia da hegemonia, essa que segundo Neves(p 539) tem como objetivo a conformação moral e intelectual da população a um modo de vida que garanta positivamente a necessidade do crescimento econômico do sistema capitalista.

Fica evidente que de posse dos dados levantados, constatamos que as formações do projeto, o conteúdo e a metodologia, impõem diretamente as concepções e projetos educativos do capital para educação pública, ocupando espaço na disputa entre a concepção de Educação do Campo e a Educação Empresarial, visto que há falta de formação para os docentes sobre a Educação do Campo em especial na esfera de seu projeto político de agricultura e de sociedade, o PVE, de alguma forma sequestra a nomenclatura Educação do Campo e impõe seu conteúdo aqui representado pelo PVE.

No contexto da Escola Núcleo Pouso Alegre podemos afirmar que não existem resistências ao projeto de educação da Votorantim, pelo contrário, há conclamação deste como um fator que contribuiu para que a escola ficasse em evidência no município, a partir da articulação com as distintas entidades da sociedade civil e instituições públicas como universidades. Portanto, a Fíbria Celulose exerceu uma de suas estratégias de produção do consenso na comunidade de Campo Alegre, essa rodeada e impactada diretamente pelos monocultivos de eucalipto.

A ação do PVE na Escola dessa comunidade contribui para a alienação da infância e juventude em relação as contradições causadas pela relação capital versus trabalho, que como vimos no decorrer da pesquisa é um fator

afirmar que a "[...] tarefa dos intelectuais é determinar e organizar a reforma moral e intelectual, isto é, adequar a cultura à função prática [...]" (Gramsci, 1999, p. 126).

fundamental para reprodução da ordem capitalista, ou seja, o projeto educativo do empresariado necessariamente precisa incidir na socialização destas populações para o convívio pacífico com as multinacionais da celulose.

Na próxima seção iremos apresentar os resultados da pesquisa realizada numa em outra escola do campo, essa localizada em um assentamento que integra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Veremos como esse programa se materializa na formação de seu gestor e coordenador pedagógico.

5.3 A implementação do Programa Valorização da Educação na Escola Municipal de Ensino Fundamental Elói Ferreira

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Elói Ferreira está inserida no território de Assentamento 40-45, situado no município de Alcobaça. Segundo Santana (2020) esse Assentamento possui uma importância histórica na luta dos povos desta região, pois representa a primeira ocupação de terra realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na região nordeste do Brasil, ocorrida nos anos de 1987 que contou com mais de 600 famílias e 300 crianças, a ação ocorreu no latifúndio da fazenda FIONIBRA, produtora de eucalipto. A conquista deste assentamento se deu em novembro de 1988 aonde foram assentadas 133 famílias.

Santana (2020 p.7) explica que a história da Escola Municipal Elói Ferreira caminha junto com a história de luta do MST e desse assentamento, começando pela organização das famílias em lutar pelo acesso de escola para seus filhos no período de ocupação da fazenda FLONIBRA, onde a partir do assentamento houve a conquista da construção das primeiras salas de aula para atender as crianças dos anos iniciais do ensino fundamental e posteriormente conquistou-se os anos finais e só em 2008 obtiveram acesso ao Ensino Médio.

O trabalho de Santana (2020) traz que a história da escola é atravessada por processos de luta que vão desde o acesso à educação básica, transporte, estruturas físicas e também pela própria necessidade da implementação da

pedagogia do MST. O critério pela escolha da escola para integrar nossa pesquisa se deu justamente buscando entender como se dá a materialização de um projeto PVE em uma escola que tem sua trajetória composta por movimentos sociais de luta pela terra.

IMAGEM 7: Foto da Escola Municipal de Ensino Fundamental Elói Ferreira.



Fonte: Arquivo Cassio Santana (2020).

O encontro com a escola se deu no decorrer do curso de mestrado, tanto com seu diretor como com a coordenação pedagógica. Em meados de 2019 nos dirigimos a escola para realizar o pedido do aceite da pesquisa e fomos recepcionados pelo conjunto da gestão que nos relataram brevemente como estava sendo realizada a atuação do PVE nessa instituição. Nossa pretensão, era de acompanhar as formações do PVE, no entanto com a emergência da pandemia tivemos que readequar nossa metodologia.

A coleta de dados na escola foi realizada em 2021, em um momento que já estávamos vivendo a segunda onda da Covid-19, que como é sabido ceifou violentamente a vida de meio milhão de pessoas até aquele momento, por isso não foi possível irmos até o Assentamento 40-45 para realizar as entrevistas. A opção vislumbrou a realização da entrevista através das plataformas digitais como consta na metodologia do trabalho.

A coleta de dados foi realizada na interlocução com o gestor da instituição e uma das coordenadoras pedagógicas, visto que a mesma integrou as formações do PVE. As entrevistas se deram em momentos distintos.

Quanto a caracterização do perfil destes docentes, o gestor é formado em Pedagogia da Terra, curso esse oriundo do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária PRONERA, atua há 20 anos na Escola do assentamento e há 5 anos na gestão desta instituição. A coordenadora pedagógica é formada em Pedagogia pela UNEB, atua há 16 anos em escolas do campo, foi por 3 anos gestora da escola e há seis anos é a coordenadora pedagógica da mesma.

Os entrevistados relatam que essa escola atualmente atende 500 estudantes desde a educação infantil até o os anos finais do ensino fundamental, se constitui como uma escola núcleo de três escolas multiseriadas que se localizam uma no mesmo assentamento, outra no assentamento Rosa do Prado e uma em uma comunidade denominada Ribeirão. No prédio funciona também o Ensino Médio que é gestado pelo estado, atendendo 50 alunos da comunidade e de seu entorno.

Adentramos a entrevista lhes perguntando o que concebiam por Educação do Campo e também como a escola vem trabalhando em sua prática pedagógica.

Os entrevistados afirmam que Educação do Campo consiste em uma visão de educação sem perder de vista a necessidade do conhecimento formal, traz a base da formação humana e a busca pela justiça social no campo através da reforma agrária. Segundo o gestor *“a educação do campo tem suas especificidades seguindo os nossos princípios pedagógicos e filosóficos da pedagogia do movimento e encima deles a gente tem que lutar e garantir aquilo que a gente acredita”*.

Pela narrativa expressa por ambos e por compreender a trajetória formativa pelo qual tiveram inseridos visualizamos que sua compreensão a respeito da Educação do Campo é coerente com as elaborações teóricas apresentadas nesse trabalho. A partir de então a coordenadora pedagógica esclarece que as práticas da instituição visam estar conectadas à vida dos alunos em suas comunidades.

Em primeiro lugar buscamos valorizar a vida deles no campo, ajudar nessa construção de identidade com a terra, como você sabe a escola ajudou a inserir a agroecologia no currículo do município, isso

é uma realidade, então os alunos aqui têm aula de agroecologia uma vez por semana, as aulas são teóricas, mas são práticas também e se conectam com os lotes das famílias, com o que produzem, fazem os alunos verem os problemas dos venenos e trazem essa problematização. Nós também desenvolvemos com eles as dimensões da cultura corporal e identidade através da dança, da capoeira, maculelê, trabalhando também a saúde e bem-estar físico. Trabalhamos com questões literárias e a leitura crítica da sociedade que resulta nas semanas temáticas que ocorrem anualmente. (Coord. da Escola).

Neste sentido através de Caldart(2012, p.261) compreendemos que a educação do campo se vincula a questão agrária e as contradições postas neste âmbito, visto que necessariamente ela confronta a lógica de exploração do camponês pelo capital e resiste ao modo de produzir e de organizar a vida humana em relação com a natureza.

Como percebemos através do depoimento da coordenadora essa escola busca desenvolver atividades que se entrelaçam às dimensões da pedagogia do MST e também da Educação do Campo, o vínculo com a realidade e a análise crítica da sociedade.

A partir das entrevistas, sinalizações trazem como foi que o PVE passou a inserir-se na EMEF Elói Ferreira, assim, ambos responderam que foi via a Secretaria de Educação, *“Desde o ano de 2017, a tomamos conhecimento enquanto gestão e coordenação pedagógica, quando iniciamos já tomamos conhecimento que município já tinham aderido”* afirma a coordenadora, o gestor ainda nos explica que:

Na verdade, esse projeto que tem via secretaria, porque todo ano essa empresa ela entra na educação e infelizmente não entrou nenhum secretario para bater de frente para a empresa, para falar assim aqui não pode entrar, e na verdade eles querem colocar esse projeto no lugar que tem eucalipto, no nosso caso na zona rural de Alcobaça por isso não é só nas escolas da cidade. Onde o eucalipto é rodeado, onde tem comunidades para eles falarem que estão fazendo um trabalho social né, então quando eles chegaram lá na secretaria de educação, infelizmente lá é abraçado. (Gestor da Escola)

O gestor a partir de sua resposta nos leva a compreender que possui uma visão crítica ao projeto e a empresa, nos deixa entender que a mesma atua de longa data na educação, justificando seu trabalho social nas

comunidades, ainda tece críticas a Secretaria de Educação que não se dispõe enfrentar essas empresas e recusar os programas ofertados.

A pesquisa aponta que a Secretaria de Educação impõe a agenda do projeto no calendário das escolas e que mesmo com crítica os gestores das escolas acabam aceitando. Para a coordenadora pedagógica esse projeto inicialmente trouxe o objetivo da realização de uma avaliação participativa da qualidade da educação, sobre o quadro estrutural das escolas do município como um todo, *“o objetivo maior foi esse, avaliar os quadros de escolas que se tinham no município, e avaliar de forma participativa e no segundo ano foi mais direcionado a acompanhar pedagogicamente o ensino aprendizagem das escolas como também no terceiro ano”*.

Esse depoimento corrobora com a estratégia empresarial que segundo Freitas (2018) visa construir na sociedade uma visão da educação pública como um fracasso, justificando a inserção privada neste espaço.

Neste Contexto que (LEHER, 2017, 14), nos esclarece que a abertura de portas para a atuação empresarial no âmbito das escolas *“contribui no aprofundamento da mercantilização da educação inclusive porque vêm expropriando toda forma de conhecimento em nome do desenvolvimento das competências*. Neste sentido veremos que a secretaria municipal de educação abre-se aos interesses do capital da celulose impondo sua entrada na educação do campo.

Os entrevistados também explicam a respeito da metodologia das formações dos quatro encontros que corroboram com as informações fornecidas pela Secretária de Educação e da gestora da Escola Pouso Alegre.

Assim, o processo de avaliação incentivado a ser desenvolvido no âmbito da escola no ano de 2017, veremos como se materializou nas palavras de sua coordenadora pedagógica:

No primeiro momento isso foi muito positivo, isso ocorreu, deu certo esse levantamento participativo, essa avaliação da qualidade do ensino da escola tomando por base a proposta foi pegar, avaliar desde a educação infantil, outra questão importante também foi a abertura para avaliar as questões de relações raciais na escola, nesse primeiro momento isso foi muito positivo, eu trago como uma boa lembrança de como esse momento foi muito rico na escola, nós demos alguns passos em relação a isso, tivemos uma boa

participação do conselho da escola também , no preenchimento de todo os cadernos avaliativos, foi um trabalho muito bom, a compilação de dados, o resultado desse trabalho ele tem a cara de muitas mãos, a cara de todo mundo da escola. Esse primeiro momento eu diria que foi o momento mais rico.(Coord. Pedagógica da Escola)

Essas informações demonstram que mesmo com uma crítica do gestor da instituição, a metodologia do PVE foi aplicada, que como verificamos a partir do depoimento acima essa ação assim como na escola Pouso Alegre mobilizou docentes e comunidade. Constatamos nas palavras que há um sentimento positivo deste período e que a escola se empenhou na sistematização dos resultados a partir dos cadernos avaliativos.

A coordenadora aponta mudanças no campo pedagógico da escola a partir da intencionalidade do registro e sistematização deste processo, *“a necessidade do planejamento, da formalização e do registro, então eu trago esses aprendizados sobre essa formalização que não era uma prática que tínhamos”*.

Desta maneira compreendemos aos poucos que a intencionalidade do PVE em realizar junto as escolas um amplo processo avaliativo com a participação social é visto pela esfera pedagógica da escola como algo bastante positivo. O gestor da Escola afirma que o ano de 2017 mobilizou de fato a escola com esse chamamento para o diagnóstico, afirmando que a comunidade e os docentes criaram enormes expectativas a partir desse trabalho:

O primeiro ano foi um ano de muito trabalho, muita dedicação para construir esse mapeamento geral da escola, mas assim de certa forma agente acabou criando expectativa em nós mesmos, e no grupo maior da escola que aquilo ali não era em vão, aquilo ali que foi criado, mapeado , dados, o que era proposto mediante cada , agente trabalhava muito o que era potencial, o que era a força né e o que era fortaleza, então criou-se uma grande expectativa enquanto gestão mesmo de educação municipal, enquanto rede , enquanto gestão mesmo do município, muitas daquelas problemáticas levantadas seriam sanadas, essas foram as grandes questões levantadas no primeiro ano de formação, de que tudo que seria discutido com câmara de vereadores, com gestão municipal. (Gestor Escolar)

Podemos afirmar a partir das palavras do gestor que o PVE colocou os docentes desta escola a serviço de seu projeto, a metodologia utilizada foi capaz de mobilizá-los em pról da melhoria das condições da educação.

Neste mesmo sentido a coordenadora afirma que houve um trabalho que despertou o quadro educador e a comunidade para as necessidades de mudanças, mas que nos anos seguintes veio um viés totalmente diferente do que eles imaginavam ser.

(...)não que não fosse importante o acompanhamento da aprendizagem, mas que para os sucesso da aprendizagem agente dependia de melhorar ou concertar muita coisa que havia sido identificado na proposta anterior, e aí nós enquanto gestores percebemos isso nitidamente de que meio que foi um trabalho muito bom, mas que quando chegou no ano seguinte, meio que deixou ele quietinho, engavetado e partiu para outra proposta de trabalho.(Coord. Pedagógica da Escola)

Esse movimento é intensificado pelo PVE no sentido de realizar uma avaliação geral da situação da escola, no entanto como é sabido o programa não realiza investimentos econômicos ficando a cargo da própria Secretaria de Educação. Ou seja é um planejamento que não se consolida.

Dito de outra maneira, o programa expõe a própria gestão da escola e da Secretaria de Educação, visto que cabe a eles resolverem as precariedades existentes nessas. Em não realizando isso corre-se o risco de ser avaliado pela comunidade que estes são incapazes de gestar a educação pública, o que como vimos essa é a imagem que o empresariado da Votorantim dissemina. As promessas que não se cumprem passam ressoam como a incompetência do Município, da Secretaria de Educação e da própria escola.

A investigação a partir destes dados nos demonstra que o projeto irá dar ênfase na dimensão das *aprendizagens*, que como visualizamos no capítulo dois desse trabalho são sustentadas por teses neoliberais que segundo Santos (2020. P.417) se configuram como:

(...)as desigualdades sociais e educacionais são decorrentes da falta de esforço individual e, para superá-las, é preciso inserir crianças e jovens em uma lógica concorrencial que legitimará o vencedor, mas também o perdedor.Nesse viés, as instituições de ensino são compelidas para o modo empresa, estruturando, se na lógica de uma empresa. Daí, a necessidade de padronização –por meio de uma base curricular com ênfase no ensino de habilidades básicas em leitura e matemática e ciências naturais – e controle – por meio de testes censitários e provas regulares.

A partir dessa compreensão podemos evidenciar que mesmo que a escola realizou um planejamento a partir de outras demandas, o PVE irá atuar

a partir de seu projeto educativo, visando focar na temática das competências e habilidades para atingir as aprendizagens.

No decorrer da entrevista percebemos que o PVE faz o movimento de incorporar práticas coexistentes na escola em seu programa, pois na visão da coordenadora pedagógica esse planejamento do formação do PVE na verdade aproveitou práticas que a escola já tinha, por exemplo na dimensão literária, *“e assim com a proposta do programa de formação a gente achou que seria um momento de dar mais voz, de dar mais vez, fazer até aparecer essas práticas para fora do âmbito escolar, então não adotamos novas práticas , mas aproveitamos o ensejo e demos mais voz as práticas que já se faziam”* (Coord. Pedagógica).

Constata-se que o PVE não foi o motor de criação de novas práticas pedagógicas assim como se deu na escola Pouso Alegre, no entanto verificamos que a coordenação pedagógica da escola incorporou as práticas que já realizam ao projeto PVE, ao dar voz a essas práticas que realizam no interior do projeto as colocam como se emergissem dessa proposta. Ou seja, há uma apropriação do trabalho destes docentes como se fosse algo fruto do projeto. Da mesma forma que o PVE apropria-se da relação escola e comunidade e cria uma relação direta entre empresa e trabalhadores.

Lamosa (2016, p.283) em seu estudo destaca justamente essa relação de expropriação do trabalho docente que o agronegócio estabelece, para esse autor a Associação Brasileira do Agronegócio constrói uma autonomia ilusória com os professores, visto que os coopta para tornarem-se seus intelectuais orgânicos a partir dos projetos que estes produzem, difundindo assim a imagem positiva do agronegócio.

Percebemos o mesmo movimento do Instituto Votorantim ao analisarmos que as escolas inserem no PVE práticas pedagógicas que já ocorriam nessas, desta maneira há sem dúvidas um furto dessas por parte da Empresa Votorantim, que para além disso coloca toda a comunidade escolar a construir ações para sanar suas demandas no que tange ao seu projeto.

O PVE atua na escola na articulação de outras instituições parceiras, o gestor nos relata que os mesmos foram pontes para a organização de uma

oficina de melipolicultura que ocorreu a partir da disciplina de agroecologia “*eles foram lá na UFSB e trouxeram a oficina pra nós, assim como a oficina de jogos matemáticos*”. Percebemos assim, que os formadores do PVE atuam como organizadores deste percurso de relações interinstitucionais, atuando nessa esfera com total autonomia, visto que tem o aval da Secretaria de Educação e também aceitação da própria gestão da escola.

Sobre a avaliação que esta dupla de gestores tem sobre o PVE nas escolas do campo, afirmam que:

Olha o foco não é a educação do campo, não trazem como prioridade, eles tratam a educação de forma generalizada e em determinados momentos agente até encontra lugar, em alguns momentos a gente acha que tem lugar, essa diferença quem vai fazer fica a cada escola que se identifica pela causa que é de fato que faz a educação do campo, fica assim para a escola definir ações que venham beneficiar essa proposta de educação do campo. (Coord. Ped.)

Podemos visualizar que diferentemente da gestora da Escola Pouso Alegre a coordenação da Escola Elói Ferreira compreende que o PVE não é um programa que tem por intenção implementar a Educação do Campo, mas deixa expresso que cabe a escola adequar seus interesses.

Mesmo com essa suposta possibilidade de se adequar, as escolas do campo integram a proposta de educação ao PVE o que resulta em render-se a uma suposta autonomia que não possuem, quando na verdade estão se adequando para responderem as demandas da gestão municipal e ao mesmo tempo deixando robusta a atuação da Fíbria Celulose em seus espaços de atuação e enfraquecendo em boa medida o projeto educativo da educação do campo.

Em tom de indignação o gestor da escola problematiza as demandas concretas e a não realização destas por parte do programa que se quer aos olhos dele fornece as escolas a matéria prima que a Fíbria produz na região:

Aqui na escola agente gastava muito papel, quem faz o papel é quem? A questão é se isso é difícil para atender a escola? Não, não é difícil, é difícil fornecer madeira para um parque infantil? Não, não era difícil, eles simplesmente não atendiam. (Gestor da Escola)

Da mesma maneira a Coordenadora pedagógica irá refletir a respeito da implementação do PVE no que tange sua execução:

Então nós trouxemos muita coisa para o nosso plano de ação, identificadas, mensuradas a partir das necessidades levantadas e muita coisa nós não podemos realizar, por exemplo o nosso último plano de ação de 2019 ele trouxe por exemplo intercâmbio entre escola Elói Ferreira e Escola Egidio Brunetto, justamente pra tratar dessas questões mais agroecológicas, das experiências, dessa troca, mas não foi possível porque foi um ano que tivemos muitos problemas com transporte escolar, problemas constantes, então sempre que se pensava em preparar para agendar para ir se esbarra no transporte. Nós tínhamos no plano de ação a construção de parque alternativo, que é um sonho antigo, um desejo, nós não conseguimos efetivar essa ação, é um apoio estrutural, não avançamos, tinha no plano de ação o desejo de construção de tanques de produção de alevinos, sempre foi um desejo muito grande, que a escola fomentasse isso na comunidade, aí então não saiu do papel. (Coord. Pedagógica).

E é nesse sentido que a dupla gestora afirma que o projeto não é suficiente para a melhoria da educação da escola, que necessariamente há de se fazer investimentos estruturais, esses fatores nos levam a constatar que ao PVE não interessa fomentar atividades que não sejam condizentes com sua concepção de educação tal como a proposta de agroecologia, que como verificamos primava por espaços de intercâmbios, no entanto não houve empenho da gestão municipal e do próprio PVE em realizar articulação de transporte etc.

A respeito disso a coordenadora pedagógica nos afirma ainda que:

(...)eu compreendo hoje que educação de qualidade depende de melhorias, tomando por base a nossa escola, nós não vamos conseguir só com boa vontade, precisa ter recursos, precisa ter viabilização de pôr em prática, se não será sempre um documento a mais construído por muita gente, mas infelizmente o pouco que foi construído foi elencado saiu do papel.

A partir dessas insatisfações com o programa os questionamos sobre a opinião destes em relação a atuação da Fíbria celulose através do Instituto Votarantim junto as escolas, a coordenadora explica que:

Eu vejo o seguinte, nós somos conscientes que por trás de tudo destas grandes empresas elas tem a obrigatoriedade sócio ambiental, até porque elas atuam neste campo de sobrevivência e de crescimento constante com base nessa apropriação que por vezes é até indevida dos recursos naturais, essas parcerias se dão diante dessa obrigatoriedade que é imposta a elas, e por meio também , e eu acredito dessas parcerias com os gestores públicos municipais, eles tem esses elos , essas parcerias , ai então fica a educação , que é atrelada como ponte para que eles consigam efetivar essa

obrigatoriedade social, aí vem as formações, essas que nós enquanto escolas do campo precisamos ter muita consciência do nosso papel, do que precisamos ser e do que precisamos fazer para poder distinguir o que é que dialoga com a nossa identidade, o que não dialoga e se vale ou não a pena a adesões futuras, a determinados programas, a determinadas formações. (Coord. Pedagógica).

A coordenadora explicita a consciência que possui sobre a atuação da empresa para atingir sua responsabilidade social e também sobre a relação que a gestão pública possui com a mesma, enfatiza que existe essa necessidade e obrigatoriedade da empresa com a escola, no entanto no decorrer da entrevista não constatamos na dupla gestora a compreensão de que a empresa nesse movimento de entrada na escola está impondo sua concepção e projeto de educação, o que fragiliza a proposta de Educação do Campo.

Podemos compreender a partir desta pesquisa que a formação dos docentes na perspectiva do projeto de educação do campo e sua inserção dentro de uma escola do MST possibilita uma análise crítica sobre a entrada do programa PVE na escola, entendendo que esse não é um projeto que prima por esse projeto educativo, diferentemente da Escola de Pouso Alegre que como os dados nos apontaram teve uma total abertura para que esse fosse executado.

A partir do levantamento e análise dos dados em suas dimensões históricas vislumbramos a partir da realidade da Escola Municipal Elói Ferreira que sua materialidade é fruto do tripé: disputa pela terra, disputa pela escola e disputa pelo modelo de desenvolvimento no campo. Neste sentido que os dados analisados refletem a todo momento a contradição entre projetos de escola e de campo. Neste sentido podemos afirmar que há um processo de contra-hegemonia calcado em resistências da própria escola ao programa.

E desta maneira podemos concluir a análise a partir da Escola Municipal de Ensino Fundamental Elói Ferreira afirmando que em primeiro lugar a atuação empresarial via Instituto Votorantim não imuniza espaços tidos como contra hegemônico e de produção de resistência, pelo contrário ele se implementa via Secretaria Municipal de Educação que incorpora os gestores e

coordenadores em suas formações e assim passa a atuar diretamente nas escolas do campo.

Compreendemos também que sua metodologia de realizar um diagnóstico das realidades escolares a partir de parâmetros de avaliações externas é materializado com total satisfação do gestor e coordenador pedagógico, tido como um dos momentos mais férteis do projeto, que nos leva a afirmar que a agenda educativa da classe dominante é implementada nas esferas da coordenação e direção.

A pesquisa nos permite afirmar que as práticas pedagógicas, muitas sustentadas pela concepção de educação do campo são inseridas no PVE como uma das formas de dar visibilidade pública, no entanto passam a ser diluídas dentro de um projeto empresarial contrário a essa concepção, que ao nosso ver é um sequestro do trabalho dos docentes.

Evidencia-se através dos dados que mesmo que a gestão escolar e coordenação pedagógica apresente crítica ao programa, a materialidade da própria Secretaria de Educação os impõe a aderirem ao projeto, com isso percebemos que há uma perda de autonomia dos servidores públicos que são direcionados sem opção a participarem deste.

Outro elemento de análise que é identificado na pesquisa diz respeito a relação estabelecida entre PVE e comunidade, esse por sua vez cumpre o papel de dar visibilidade ao projeto com os trabalhadores, construindo muitas expectativas em relação a melhoria da educação.

No entanto todo esse planejamento, em especial a mudanças de estruturas físicas não se materializam dada que a gestão municipal não realiza tais investimentos, dando margem para uma avaliação negativa da mesma o que contribui para a construção do consenso que o estado é um mau gestor da educação.

Abre-se assim espaços da contra-hegemonia em atuar no sentido de implementar o projeto educativo da classe trabalhadora, representado na escola pela agroecologia, pelo zelo a história da luta pela terra e pela formação crítica dos professores e estudantes. A crítica tecida pela gestão da escola ao

PVE nos revela que não há um consenso a cerca desse módus operandi da educação do capital e nesse sentido lançam mão para a construção da superação desse modelo de educação do capital para os filhos da classe trabalhadora no campo.

Considerações Finais

O presente trabalho teve como objetivo geral analisar a atuação do Instituto Votorantim enquanto um aparelho privado de hegemonia que atua na formação de gestores e docentes da educação do campo, buscando compreender suas estratégias político pedagógica para as populações inseridas nas escolas, desde um grupo empresarial do agronegócio, na perspectiva de estabelecer uma crítica a cerca desta ofensiva em curso e também identificar elementos e formas de superação desta ofensiva empresarial na educação.

Como objetivos específicos nos debruçamos a:

- Estudar o plano de formação do PVE ofertado a gestores da educação pública do campo pela Fundação Votorantim no município de Alcobaça visando estabelecer uma crítica a respeito deste;
- Analisar a conformação do PVE enquanto um aparelho privado de hegemonia, descrevendo seu método de atuação desde a incorporação na ossatura material do Estado através da secretaria municipal de educação de Alcobaça;
- Analisar os impactos do programa de formação para gestores da fundação Votorantim, partindo da análise do corpo gestor da secretaria de educação de quatro escolas do mesmo município;
- Evidenciar a correlação de forças entre concepção de educação do campo e educação do capital expressas pelo corpo docente que integra essa pesquisa e identificar elementos de resistência e superação a educação do capital.

Podemos afirmar que foi possível através de referenciais teóricos filiados a concepção marxistas compreendermos a estrutura de classes sociais que organizam a sociedade capitalista sobre a primazia do capital versus trabalho, também discorreremos sobre a ofensiva neoliberal das últimas décadas e sua atuação enquanto projeto na educação pública, buscando compreender as estratégias que conformam sua hegemonia na educação através dos grupos empresariais tal como o Movimento Todos Pela Educação.

Para construir a análise de atuação do nosso objeto foi necessário também compreendermos os aspectos histórico da construção do território do extremo sul da Bahia buscando trazer presente a luta entre os povos trabalhadores e as classes dominantes, neste sentido foi necessário entendermos como se estruturam o ciclos econômicos de produção desde o processo de colonização até a hegemonia das empresas transnacionais de celulose que incluem a Votorantim S/A através da Fíbria Celulose, e neste sentido concluímos na atualidade que a lógica de dominação capitalista na educação tem sua base no domínio deste território por parte das empresas de celulose.

A pesquisa demandou compreendermos como se constitui o pensamento neoliberal do empresariado e as ferramentas de produção de hegemonia que estes constroem, nesse sentido nos debruçamos a analisar o Instituto Votorantim, esse compreendido por nós como um aparelho privado de hegemonia que através do Programa do Programa Valorização pela Educação penetra nas estruturas de estado e dá direção ao projeto educativo das secretarias municipais de educação seguindo a pauta do Movimento Todos pela Educação, ao qual a empresa se filia.

Neste contexto que buscamos responder a questão desta pesquisa que se propôs a compreender **como se materializa a atuação do Instituto Votorantim enquanto um aparelho privado de hegemonia da educação do capital na formação de gestores e coordenadores pedagógicos de escolas do campo no município de Alcobaça?**

Em primeiro lugar compreendemos a hegemonia do capital pelo qual o setor papelero exerce neste município através da Fíbria Celulose entendendo que o Instituto Votorantim ao se entrincheirar na estrutural estatal da Secretaria Municipal de Educação representa os interesse econômicos desta empresa, que sua atuação obedece a agenda de educação do capital e o programa PVE se desenvolve como a ferramenta de impor esse projeto educativo nas escola públicas e produzir um consenso sobre a produção de celulose no município.

Assim concluímos que a Secretaria Municipal através do PVE atua na promoção desse projeto de educação aonde permite sem resistências que os

intelectuais orgânicos da Votorantim S/A atuem na formação dos seus gestores e coordenadores pedagógicos, o que para nossa análise evidencia os projetos em disputa no interior da estrutura do estado, essa que posiciona nitidamente a favor desse projeto de educação. Assim podemos afirmar que no município de Alcobaça quem está educando os professores é um braço do agronegócio a partir do projeto de educação das classes dominantes.

A pesquisa permite afirmar que o projeto PVE é dirigido e organizado a partir de seus intelectuais orgânicos oriundos de organismos não governamentais que atuam a serviço da educação empresarial, esses exercem na educação pública de Alcobaça a função de formar os dirigentes das escolas e seus coordenadores na perspectiva do projeto de educação que representam, neste sentido o projeto prima pela padronização da educação sem levar em consideração os projetos políticos pedagógicos dessas escolas e suas concepções de educação, tal como a escola de assentamento que é inserida em um movimento social de luta pela Reforma Agrária.

A investigação nos permite afirmar que as escolas do campo pesquisadas aderem ao PVE e executam suas demandas a partir da materialização de diagnósticos sobre a qualidade da educação, por esse viés os dados nos apontam que o programa é vislumbrado pela comunidade escolar e pela sociedade. Neste espaço são construídas as bases que permitem esse aparelho privado de hegemonia atuar e dar direção as práticas pedagógicas das escolas, bem como apresentar a empresa como importante para a elevação da qualidade da educação pública.

A análise também nos aponta que o PVE sequestra práticas pedagógicas das escolas para o programa, expropriando o trabalho docente a serviço da educação empresarial, também é possível afirmarmos que a Votorantim S/A intencionaliza as escolas apontarem as suas fragilidades através das avaliações, expondo as gestões das instituições como incapazes de gestarem tais espaços.

Essa pesquisa também evidenciou que as classes dominantes atuam também em espaços de luta e resistência, justamente aonde se faz o exercício da contra hegemonia através da luta pela terra e pela Educação do Campo. A

partir das entrevistas podemos afirmar que esses lugares não estão imunes às formas de dominação, pois constatamos que os interesses da empresa de celulose são introjetados a partir da formação de gestores e coordenadores pedagógicos que obedecem a hierarquia estatal. Neste contexto mesmo com a consciência parcial do que o projeto representa para a escola e para o assentamento, estes aderem ao mesmo e assim incorporam suas práticas pedagógicas no PVE, que resulta na apropriação do empresariado deste trabalho docente.

Neste mesmo sentido podemos através da análise das duas escolas em questão afirmar que o projeto do PVE funciona com maior êxito na comunidade escolar em que não existe movimento social organizado e professores com formação em educação do campo, escola essa que possui características da educação rural e esse projeto dá ingredientes para a construção do consenso sobre o modelo de agricultura e de vida a ser construído.

Já em relação a escola de assentamento, podemos vislumbrar a partir da pesquisa que essa mesmo integrando-se ao projeto PVE, se apresenta como um germe de resistência ao modelo do agronegócio justamente pela sua origem, pois é advinda da luta pela terra e com isso questionadora da propriedade privada e reivindicadora de um projeto de educação emancipador através da luta pela educação do campo, as dimensões da agroecologia incorporadas pela escola se apresentam como questões superadoras do projeto em disputa.

Podemos ao final afirmar a partir desta pesquisa que nesse momento histórico a educação pública e as escolas do campo se constituem como alvos dos projetos empresariais de educação, no caso estudado, alvos do agronegócio da celulose, como resultado as escolas do campo passam a ser regida pelo projeto de educação dominante que disputam radicalmente o projeto educativo desde os movimentos sociais camponeses, imprimindo no campo sua lógica de dominação.

Nesse sentido se faz necessário a urgência de um projeto de educação calcado a partir da luta pela terra, pela defesa dos trabalhadores desse território que se encontra em um estado de profundas desigualdades. A

proposta de Reforma Agrária Popular, da construção da agroecologia, da soberania alimentar são vislumbradas desde a classe trabalhadora como horizontes de superação dessa sociedade capitalista e a escola é parte deste caminho que deve desde já ir emancipando seus sujeitos a partir de seu projeto educativo. Assim podemos afirmar, sem dúvida alguma, que quem deve educar os educadores dos trabalhadores é o próprio projeto histórico de emancipação da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO.P. Questão agrária e agroecológica no Brasil do século XXI. In: Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das reflexões sobre Agroecologia e Educação do Campo nos cursos do Pronera, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília: 2014.

CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CANCELA. F. De projeto a processo colonial: índios colonos e autoridades régias reformista da antiga capitania de porto seguro. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de pós-graduação em História, Doutorado em História, Salvador, 2012.

DELGADO, G. Do capital financeiro na agricultura a economia do Agronegócio: mudanças climáticas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FREITAS, Luiz. Carlos, A Reforma Empresarial da Educação, Nova Direita, Velhas Ideias. São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2018.

FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____ Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____ Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FRIEDMAN, Milton. Capitalismo e liberdade. Tradução de Luciana Carli. São Paulo: Editora Artenova, 1977.

FRIGOTTO, G. In CALDART, R.S; PEREIRA, I.B; ALENTEJANO, P; (organizadores). Dicionário de Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GRAMSCI. A. Cadernos do Cárcere, Rio de Janeiro, civilização brasileira , 2001. V1.

_____ Cadernos do Cárcere Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. V2.

_____ Os Intelectuais e a Organização da Cultura, 2 edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

_____ introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Ed. e trad. de Carlos N. Coutinho. Coed. de Luiz S. Henriques e Marco A. Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

GRUPPI. L. O conceito de hegemonia em Gramsci, Graal, Rio de Janeiro, 1978.

HARVEY. David. O neoliberalismo História e implicações. São Paulo, Ed. Loyola, 2005.

INSTITUTO. V. Relatório de Atividades 2018, consultado em <http://www.institutovotorantim.org.br/relatorio2018/>

JOLY, C. Especialização produtiva do território e o circuito espacial produtivo de celulose em Eunápolis, BA. 2007. 97 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

KOOPAMANS, José. O papel do Extremo Sul Além do Eucalipto. 2º Ed., 2005.

LAG. A monocultura do eucalipto no Brasil: Relatório das consequências socioambientais elaborada pelo Comitê Norueguês de solidariedade a América Latina em visita a região no ano de 2017. Disponível Em: <https://web.ua.es/es/giecryal/documentos/eucalipto-brasil.pdf>.

LAMOZA, R. A. Educação e agronegócio, a nova ofensiva do capital nas escolas públicas 1 ed. Curitiba: Apris, 2016.

LEHER, Roberto. Um Novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo, Revista Outubro, Ed. 03, 1999.

MALINA, L. *A territorialização do monopólio no setor celulístico papeleiro: a atuação da Veracel Celulose no Extremo Sul da Bahia*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre. São Paulo, 2013.

MANACORDA, MARIO ALIGHIERO. Marx e a Pedagogia Moderna. Campinas, Ed. Alínea, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. São Paulo, Escriba, 1968.

_____. O Capital: crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1988. (Volume IV).

NEVES, L. M. W. (org). A nova pedagogia da Hegemonia. Estratégias do capital para educar para o consenso. São Paulo, Xamã, 2005.

PEDREIRA, M da S. *O complexo florestal e o extremo sul da Bahia: inserção competitiva e transformações socioeconômicas na região*. 2008. 181 f. Tese (Doutorado em Ciências) -Instituto De Ciências Humanas e Sociais, CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2008.

PISTRAK, M. Fundamentos da escola do trabalho. SP: Expressão Popular, 2000.

PULANTZAS, Nicos. O Estado, O Poder e o Socialismo. Rio de Janeiro, ed. Graal, 2000.

PVE- Parceria Valorização da educação Caderno 2018- Competências educacionais, consultado em: <https://pve.institutovotorantim.org.br/matriz-de-competencias/>

PVE. Parceria Votorantim pela Educação: Uma década de história-documentário consultado em: <http://www.institutovotorantim.org.br/parceria-votorantim-pela-educacao-uma-decada-de-historia-do-pve/> 2019.

RAMOS. M. N. Referências teórico metodológicas da educação profissional em saúde no Brasil. In: EPSJV (Org.) Textos de apoio em políticas de saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, v.2.

RABELO, Jackline. Educação Para Todos e Reprodução do Capital 1. Revista Trabalho Necessário, ano 7, 2009.

RAFAELLO. R, SANTANA.E. Impactos sociais e ambientais da Bralanda no Sul e no Extremo Sul Baiano, por *In:EcoDebate*, ISSN 2446-9394.

SADER. E. Gramsci - Poder, Política e Partido. Expressão Popular. São Paulo, ed.1, 2012.

SANTOS. C. A. Educação do Campo e Políticas Públicas no Brasil. Brasília: Liber Livro; Faculdade de Educação/Universidade de Brasília, 2012.

SILVA. A. O Projeto Educacional De Empresários para o Brasil século XXI, 31º reunião da ANPED, 2008, Caxambu.

STAUFFER, Anakeila Barros(org.) Hegemonia Burguesa na Educação Pública: Problematizações no curso TEMS(EPSJV/PRONERA), Rio de Janeiro, EPSJV, 2018.

SOUZA, I. G. de; OVERBEEK, W. Violações socioambientais promovidas pela Veracel Celulose, propriedade da Stora Enso e Aracruz Celulose. São Paulo: Expressão Popular,2008.

TRIVIÑOS, Augusto N. Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1987.

VOTORANTIM. Relatório Atividades_2017 consultado em <http://www.institutovotorantim.org.br/p> .

VOTORANTM- Relatório 2018 consultado em <http://www.institutovotorantim.org.br/relatorio2018/PDF>.

Anexo1- Roteiro das entrevistas Semiestruturadas

- 1- Roteiro de entrevista sem -estruturada com coordenadores pedagógicos das escolas do campo:

Nome _____ Idade _____
 _____ Email _____ fone _____

Nome da
 escola _____

- 1- Há quanto tempo atua na coordenação pedagógica da escola?
- 2- Há quanto tempo atua na educação do campo?
- 3- O que você entende por educação do campo?
- 4- A Escola xx assume-se enquanto escola do Campo? Porque?
- 5- Quais práticas pedagógicas da escola se destacam em seu cotidiano?
- 6- Quais os maiores desafios encontrados pela escola?
- 7- Quais projetos são executados pela escola nos últimos períodos?
- 8- Como o PVE foi implementado na escola?
- 9- Quais seus objetivos?
- 10- Qual sua metodologia?
- 11- Como se dão os processos de formação do PVE?
- 12- O que tem aprendido?
- 13- Que práticas pedagógicas a escola passou a adotar via PVE?
- 14- Qual sua opinião sobre a implementação do programa na escola?
- 15- Qual sua opinião sobre a relação da fundação Votorantim com a educação pública?
- 16- Há ações do PVE junto a comunidade ?
- 17- A ação do PVE é condizente com os princípios da Educação do Campo?

- 2- Roteiro de entrevista semi -estruturada com gestores das escolas do campo:

Nome _____ Idade _____

E mail _____ fone _____

Nome da escola _____

- 1- Há quanto tempo atua na gestão da escola?
- 2- Há quanto tempo atua na educação do campo?
- 3- O que você entende por educação do campo?
- 4- A Escola assume-se enquanto escola do Campo? Porque?
- 5- Quais práticas pedagógicas da escola se destacam em seu cotidiano?
- 6- Quais os maiores desafios na área da gestão encontrados pela escola?
- 7- Como você analisa a atuação da secretaria de educação em relação a educação pública, os avanços e desafios?
- 8- Como a Escola inseriu-se no PVE?
- 9- O que você compreende por esse programa?
- 10-Quais seus objetivos?
- 11-Qual sua metodologia?
- 12-Como se dão os processos de formação do PVE?
- 13-O que tem aprendido?
- 14-O PVE influencia na sua atuação enquanto gestor/a da escola? De que maneira?
- 15-Qual foi sua estratégia de mobilização de professores e coordenadores para no desenvolvimento do PVE? Como foi a aceitação? Houve resistências? Quais? Quais os fatores que garantem a adesão da equipe pedagógica no programa?
- 16-Você conhece o Instituto Votorantim?
- 17-Qual sua opinião do Instituto Votarantim atuar na atuação na educação pública?
- 18-Para você o trabalho do instituto vai de encontro aos fundamentos da educação do campo? Porque?

- 3- Roteiro de entrevista semi -estruturada com a secretária Municipal de Educação:

Nome _____ Idade _____

Email _____ fone _____

• Questões:

- 1- Como se deu o processo de parceria entre secretaria Municipal de Educação e Instituto Votorantim?
- 2- Quais foram os espaços que essa discussão transitou para realizar o termo de cooperação?
- 3- Em que esse termo de cooperação consiste?
- 4- Quais os objetivos do PVE?
- 5- Quais foram as motivações para a SMEC firmar tal parceria?
- 6- Como foi implementado o PVE no município?
- 7- Como se deu a mobilização das escolas? Houve resistências e a que se deve? Qual é o percentual de adesão?
- 8- Qual sua avaliação sobre o processo de formação dos gestores e coordenadores pedagógicos promovidos pelo PVE?
- 9- Essas formações reverberam no cotidiano das escolas? De que forma?
- 10- O PVE modificou sua visão sobre a gestão da secretaria de educação? Porque?
- 11- Qual a participação da SMEC nas formações do PVE e no acompanhamento as escolas?
- 12- Que resultados se observam nas escolas e na SMEC a partir do PVE
- 13- Qual sua opinião da atuação do Instituto Votorantim na educação pública de Alcobaça?
- 14- Quais outros programas de formação a SMEC oferece aos professores? Há outras parcerias em curso?

